



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Cel Cav FABIANO ESPÍNOLA ARAUJO

**Segurança e Defesa da Pan-Amazônia: o papel atual da
Organização do Tratado de Cooperação Amazônica**



Rio de Janeiro

2018



Cel Cav FABIANO **ESPÍNOLA** ARAUJO

Segurança e Defesa da Pan-Amazônia: o papel atual da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Especialista em Política, Estratégia e Alta
Administração Militar.

Orientador: Cel Art Rfm Paulo Roberto Bueno Costa

Rio de Janeiro
2018

A663S Araujo, Fabiano Espínola.

Segurança e Defesa da Pan-Amazônia: o papel atual da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. / Fabiano Espínola Araujo. 2018.

122 f. : il ; 30 cm.

Orientação: Cel Art Rfm Paulo Roberto Bueno Costa
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 103-122.

1. Pan-Amazônia. 2. OTCA. 3. Defesa. 4. Segurança
I. Título.

CDD 355

Cel Cav FABIANO **ESPÍNOLA** ARAUJO

Segurança e Defesa da Pan-Amazônia: o papel atual da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em _____.

COMISSÃO AVALIADORA

Paulo Roberto Bueno Costa – Cel Art Rfm - Dr Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Fernando Luiz Velasco Gomes - Cel Art R1 - Dr Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Raphael Moreira do Nascimento – Cel QMB R1 - Dr Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Ao meu amado pai, Cel Med João Maria Araujo. Esta singela homenagem em reconhecimento ao exemplo e incentivo transmitidos ao longo de sua vida. Bem como, por sua paixão pela Amazônia e sua dedicação ao serviço, em prol do Exército Brasileiro e do nosso Brasil. Saudades eternas.

AGRADECIMENTOS

À minha amada esposa, Cynthia Elaine, pelo irrestrito apoio prestado no decorrer de nossa longa caminhada de vida a dois, sempre me amparando nos momentos difíceis e contribuindo significativamente para as minhas conquistas alcançadas.

Às minhas amadas filhas, Bianca e Helena, pelo amor, carinho, paciência, afeto e compreensão demonstrados em mais este desafio. Vocês são muito especiais em minha vida.

Aos meus pais, João Maria (*in memoriam*) e Helena, e aos meus irmãos, Moêma (*in memoriam*), Misael, Rodrigo (*in memoriam*) e Licurgo, todo meu afeto e eterna gratidão pela base da minha educação e pela formação do meu caráter.

Aos meus sogros, Afonso e Maria Marlene, pelo apoio constante e, por mais uma vez, colocarem-se à disposição de se fazerem presentes quando necessitamos.

Cel Art Rfm Paulo Roberto Bueno Costa, pela camaradagem no trato, pelo incentivo contínuo e pelas orientações objetivas na realização deste trabalho.

A todos os amigos que integraram o grupo de pesquisa de Geopolítica, Estratégia e Relações Internacionais da ECEME, pelas constantes colaborações ao longo deste trabalho.

“Nossa origem se prende às glórias, da bravura sem par das bandeiras. Pois de Pedro Teixeira as vitórias demarcaram as nossas fronteiras. (...) Valorosos vigias tenazes, de presença altiva e valor. Sentinelas da selva audazes, ao Brasil dedicamos amor. Destemidos e bravos soldados, esta terra juramos guardar. E cumprir os deveres sagrados, da gloriosa missão militar.” (Trechos da Canção Soldado da Amazônia)

RESUMO

A Amazônia desde sempre, despertou curiosidade e interesse na comunidade internacional por sua grandiosidade. Nas últimas décadas do século XX, líderes de grandes potências, dentre outros, declararam abertamente as ideias de soberania limitada e de internacionalização da Amazônia, em defesa do meio ambiente, despertando a atenção para a relevância da questão. Em 1978, o Brasil tomou a iniciativa para a criação de um marco formal para ampliar a integração política entre os países amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), visando à cooperação e o desenvolvimento dos recursos regionais e salvaguardar a soberania dos Estados sobre seus territórios ante as ameaças existentes na região. Surgia então o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) ou Pacto Amazônico, o qual foi elevado à categoria de organização, a partir de 1998. O presente trabalho tem como objetivo verificar qual é o papel atual da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica para a segurança e defesa da Pan-Amazônia, decorridos 40 anos de sua criação. Para atingir tal objetivo esta pesquisa apresentou, inicialmente, um resumo histórico e as principais características fisiográficas, os aspectos dos campos do poder (político e militar) e a problemática dos países amazônicos. Em seguida, foi realizado um estudo da evolução do TCA até a sua transformação em organismo regional, verificando-se sua estrutura, seus projetos e seu potencial para a integração da região. Finalmente, foram apresentados os conceitos de segurança, de defesa e de segurança coletiva, com destaque para o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), da União das Nações Sul-americanas (UNASUL), além de verificar as atuais políticas de defesa dos países amazônicos, buscando identificar o grau de afinidade já existente entre os partícipes da OTCA e suas possibilidades de ampliação. Na conclusão, o autor evidencia a capacidade que a OTCA possui para contribuir para a segurança e defesa da Amazônia, servindo inclusive para fortalecer a integração de toda a América do Sul.

Palavras-chave: Pan-Amazônia, OTCA, Segurança, Defesa.

RESEÑA

La Amazonia desde siempre, despertó curiosidad e interés en la comunidad internacional por su grandeza. En las últimas décadas del siglo XX, líderes de grandes potencias, entre otros, declararon abiertamente las ideas de soberanía limitada y de internacionalización de Amazonia, en defensa del medio ambiente, despertando la atención y dando relevancia de la cuestión. En 1978, Brasil toma la iniciativa para la creación de un hito formal para ampliar la integración política entre los países amazónicos (Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Guyana, Perú, Surinam y Venezuela), buscando la cooperación y el desarrollo de los recursos regionales y salvaguardar la soberanía de los Estados sobre sus territorios ante las amenazas existentes en la región. Surgía entonces el Tratado de Cooperación Amazónica (TCA) o Pacto Amazónico, el cual fue elevado a la categoría de organización, desde 1998. El presente trabajo tiene como objetivo verificar cual el papel actual de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica para la seguridad y defensa de la Pan-Amazonia, pasados 40 años de su creación. Para lograr tal objetivo esta investigación presentó, inicialmente, un resumen histórico y las principales características fisiográficas, los aspectos de los campos del poder (político y militar) y la problemática de los países amazónicos. Seguidamente, fue realizado un estudio de la evolución del TCA hasta su transformación en organismo regional, verificándose su estructura, sus proyectos y su potencial para la integración de la región. Finalmente, fueron presentados los conceptos de seguridad, de defensa y de seguridad colectiva, con destaque para el Consejo de Defensa Sudamericano (CDS), de la Unión de las Naciones Sudamericanas (UNASUR), además de verificar las actuales políticas de defensa de los países amazónicos, buscando identificar el grado de afinidad ya existente entre los partícipes de la OTCA y sus posibilidades de ampliación. En la conclusión el autor presenta la capacidad que la OTCA posee para contribuir para la seguridad y defensa de la Amazonia, incluso pudiendo servir para fortalecer la integración de toda América del Sur.

Palabras-llave: Pan-Amazonia, OTCA, Seguridad, Defensa.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - América do Sul e Pan-Amazônia	33
Mapa 02 - Bolívia	36
Mapa 03 - Colômbia.....	38
Mapa 04 - Equador	40
Mapa 05 - Guiana	42
Mapa 06 - Peru	44
Mapa 07 - Suriname.....	46
Mapa 08 - Venezuela.....	47
Mapa 09 - Brasil e Amazônia Legal Brasileira	49
Mapa 10 - Complexos de Segurança Regionais.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Principais indicadores sociais e econômicos dos países amazônicos.....	34
Tabela 02 - Porcentagem de território amazônico dos países da OTCA.....	35
Tabela 03 - Principais indicadores de defesa dos países amazônicos.....	35
Tabela 04 – Extensão de fronteiras entre os países amazônicos.....	85

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
1.2	OBJETIVO.....	14
1.2.1	Objetivo geral	15
1.2.2	Objetivos específicos	15
1.3	HIPÓTESE.....	15
1.4	VARIÁVEIS.....	16
1.4.1	Variável I - Pan-Amazônica	16
1.4.2	Variável II - Segurança e Defesa	16
1.4.3	Variável III - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica	16
1.5	JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA.....	17
1.6	METODOLOGIA.....	17
1.6.1	Delimitação da pesquisa	18
1.6.2	Concepção metodológica	18
1.6.3	Limitação metodológica	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	PAN-AMAZÔNIA.....	20
2.2	SEGURANÇA E DEFESA.....	25
2.3	ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA..	27
3	PAN-AMAZÔNIA	33
3.1	BOLÍVIA.....	36
3.2	COLÔMBIA.....	37
3.3	EQUADOR.....	39
3.4	GUIANA.....	41
3.5	PERU.....	43
3.6	SURINAME.....	45
3.7	VENEZUELA.....	46
3.8	BRASIL.....	48
3.9	CONCLUSÃO PARCIAL.....	50
4	ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA ..	53
4.1	ANTECEDENTES E EVOLUÇÃO.....	53

4.1.1	Fase Defensivo-Protecionista (1978 - 1989)	55
4.1.2	Fase de Incentivo e Fortalecimento Político (1989 - 1994)	56
4.1.3	Fase de Amadurecimento Institucional (1994 - 2002)	56
4.1.4	Fase de Consciência Pan-Amazônica (2002 - 2009)	57
4.1.5	Fase de Revitalização da OTCA (a partir de 2009)	58
4.2	ASPECTOS INSTITUCIONAIS	59
4.2.1	Secretaria Permanente	60
4.2.2	Instâncias	60
4.2.3	Visão e missão	61
4.2.4	Eixos de abordagem transversais e objetivos estratégicos	62
4.3	SUORTE PARA A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA	64
4.4	CONCLUSÃO PARCIAL	67
5	SEGURANÇA	70
5.1	SEGURANÇA REGIONAL	72
5.2	CONCLUSÃO PARCIAL	81
6	DEFESA	83
6.1	POLÍTICA DE DEFESA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS	84
6.1.1	Bolívia	86
6.1.2	Brasil	88
6.1.3	Colômbia	90
6.1.4	Equador	91
6.1.5	Guiana	93
6.1.6	Peru	94
6.1.7	Suriname	95
6.1.8	Venezuela	96
6.2	CONCLUSÃO PARCIAL	97
7	CONCLUSÃO	99
	REFERÊNCIAS	103

1 INTRODUÇÃO

“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la.”
(Gen Rodrigo Octávio).

O presente trabalho acadêmico procurou abordar sobre o papel atual da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para a segurança e defesa regional, após 40 anos de criação do Pacto Amazônico. Desta forma foi escolhido como tema: “Segurança e Defesa da Pan-Amazônia: o papel atual da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica”.

A região amazônica serve de conexão entre duas áreas de importância estratégica no continente, o Caribe e o altiplano boliviano. A bacia Amazônica é limitada ao norte pelo planalto das Guianas e a divisória com o Orenoco, cuja rede se liga através do canal de Cassiquiari; ao sul pelo planalto Brasileiro; a oeste pelos Andes; e a leste pelo oceano Atlântico. Sua área total é cerca de 6.500.000 quilômetros quadrados, dos quais aproximadamente 70% se encontram em terras brasileiras, sendo que o restante abrange os territórios da Bolívia, da Colômbia, do Equador, da Guiana, da Guiana Francesa (Departamento Ultramarino Francês), do Peru, do Suriname e da Venezuela. (CASTRO, 1981).

A história da Amazônia confunde-se com a do Brasil, pois em 1500, o explorador espanhol Vicente Pinzón deparou-se com a foz de um rio imenso, denominando-o de “Mar Dulce”. Posteriormente, Diego de Lepe atingiu o mesmo rio, tornando-o conhecido na Europa como Maranhão, despertando grande curiosidade. (MATTOS, 1980).

Na primeira metade do século XIX, oficiais da Marinha dos Estados Unidos apresentaram propostas para a divisão do Brasil, separando a Amazônia do restante do país, bem como defendiam a livre navegação internacional do rio Amazonas, considerando que este deveria ser incorporado ao “status” do Direito Marítimo. (ROCHA PAIVA, 2006).

A ideia de internacionalização da região amazônica iniciou-se com a curiosidade científica despertada após a sua descoberta e é, atualmente, revestida por teses pseudocientíficas ou sócio-humanitárias empregadas como forma de ocultação dos verdadeiros objetivos políticos ou econômicos, tomando dimensões multifacetadas, mesclando justificativas diversas como a defesa do meio ambiente, a

proteção de povos indígenas, a pesquisa científica e o combate aos crimes transnacionais. (CARRASCO, 2005 e 2006; CÔRTEZ, 2007a; MATTOS, 2006).

O Brasil tem seu histórico de relações internacionais marcado por registros que o caracterizam como nação vocacionada para a solução pacífica dos conflitos. Como exemplo, as definições de fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa, na questão do Amapá, e com a Bolívia e com o Peru, na questão do Acre, quando a habilidade diplomática do Barão do Rio Branco conduziu as questões de maneira firme e serena na defesa dos interesses nacionais, conseguindo manter harmonioso relacionamento com as nações envolvidas, que perduram até os dias atuais. (GARCIA, 2000).

Em 1978, por iniciativa brasileira, foi criado um marco formal para ampliar a integração política entre os países amazônicos, visando à cooperação e ao desenvolvimento dos recursos regionais, bem como para salvaguardar a soberania dos Estados sobre seus territórios, trata-se da criação do Tratado de Cooperação Amazônico, conhecido por Pacto Amazônico. (MATTOS, 1980).

Nas últimas décadas, a pressão internacional sobre os países amazônicos foi intensificada, em particular com o Brasil, haja vista a divulgação de alarmantes relatórios sobre a degradação do meio ambiente da região e suas consequências para o aquecimento global. Na verdade, os principais objetivos das grandes nações não são tão nobres, pois o que almejam é apropriar-se das variadas e grandiosas riquezas minerais, da valorosa biodiversidade e da maior bacia hidrográfica do mundo, dentre outros tesouros amazônicos. (GONÇALVES, 2004; LESSA, 1999; VEJA, 1997).

Como contrapartida às pressões recebidas e baseando-se na estrutura já existente, as nações amazônicas decidiram, em 1995, criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), para fortalecer o espírito de soberania e de competência regional que, desde 1978, fora instituído quando da assinatura do tratado de mesmo nome. Em 1998, foi assinado o Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica criando efetivamente a organização, sendo ratificada em 2002. (OTCA, 2007).

Baseando-se na Constituição Federal, de 1988, em seus artigos 4º e 21, o Brasil intensificou suas relações internacionais no sentido de integrar a América do Sul, o que pode ser ratificado pelo empenho do governo brasileiro para o estabelecimento da recém-criada União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e

seu Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), em 2008, considerados importantes passos para o fortalecimento da integração da América do Sul e para a formação de um pensamento regional de segurança e defesa, servindo de referência para a Pan-Amazônia. (BRASIL, 2000 e PIGNOTTI, 2008).

A Política Nacional de Defesa, revisada em 2016, prevê que a região amazônica por sua importância estratégica e pelas riquezas que abriga deve ser considerada prioritária para a Defesa Nacional, possuindo hipótese de emprego específica. A segurança e defesa da Amazônia são de capital importância para a manutenção da soberania nacional, haja vista a comunidade internacional aceitar as intervenções político-militares contra nações de menor expressão no cenário mundial, baseando-se no inadmissível conceito de soberania relativa, como também pelo fortalecimento dos apelos ambientais perante a opinião pública em relação à proteção da Amazônia. (LESSA, 1999; BRASIL, 2018a e 2018b).

Desta forma, o presente trabalho apresenta a abordagem de tema atual e de extrema importância para a soberania nacional, despertando o interesse do Exército Brasileiro que é a principal vertente armada na região e que se faz presente nos mais remotos recantos amazônicos em defesa dos mais caros objetivos fundamentais do Brasil.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo Deutsch (1982, p. 237), “dentre os muitos objetivos perseguidos por governos e indivíduos, o mais amplo e o mais comum é a **segurança** [o destaque é nosso]”. Baseando-se em tudo que até aqui foi exposto, verifica-se que a problematização da presente pesquisa recai no seguinte: Qual é o papel atual da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para a segurança e defesa regional, após 40 anos de criação do Pacto Amazônico?

1.2 OBJETIVO

Os objetivos deste trabalho são elementos diretivos da pesquisa científica em questão, visando identificar e detalhar as distintas ações a serem realizadas pelo autor para alcançar a resposta à pergunta formulada como problema de

investigação. Serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos estabelecidos pelo autor.

1.2.1 Objetivo geral

A fim de identificar de forma clara e precisa o que se deseja alcançar ao final deste trabalho, o autor estabeleceu como seu objetivo geral: analisar o papel atual da OTCA, no tocante à segurança e defesa da Pan-Amazônia, decorridos 40 anos de criação do Pacto Amazônico.

1.2.2 Objetivos específicos

A seguir, serão apresentados os objetivos específicos, os quais vão propiciar a consecução do objetivo geral anteriormente descrito, constituindo o todo a partir de suas partes componentes:

- as pautas do Pacto Amazônico e a estrutura atual da OTCA serão apresentadas a fim de estabelecer-se a sua relação de causa e efeito com a defesa e segurança da Pan-Amazônia;

- ao caracterizar-se a Pan-Amazônia, será especificada a porção brasileira deste vasto território, a fim de ambientar o leitor à problemática da região, explicando-se a importância geopolítica da área;

- buscar-se-á caracterizar as relações exteriores do Brasil com as nações amazônicas, para que se possa depreender o atual estágio de integração validade para a segurança e defesa regional; e

- buscar-se-á apresentar os principais aspectos das Políticas Nacionais vigentes no Brasil e nos países amazônicos, alguns conceitos de complexos de segurança regionais, em particular o CDS, da UNASUL, e a abordagem do tema Segurança e Defesa no âmbito da OTCA.

1.3 HIPÓTESE

Por hipótese do presente trabalho entende-se como sendo a solução viável para o problema estabelecido, a qual será considerada testada ao final do mesmo, podendo concluir-se sobre sua veracidade. A hipótese selecionada pelo autor é: “O atual papel da OTCA contribui para a segurança e defesa dos países amazônicos, sendo fundamental para a integração regional?”. Ainda que, ao término desta

pesquisa o autor conclua que esta hipótese é falsa, seu trabalho terá validade, pois poderá servir de base para futuras investigações.

1.4 VARIÁVEIS

As variáveis apresentadas a seguir constituem-se nos elementos centrais da presente investigação, portanto serão explicados os seus significados no contexto do trabalho. Baseando-se no problema estabelecido: “Qual é o papel atual da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para a segurança e defesa regional, após 40 anos de criação do Pacto Amazônico?”, foram selecionadas as seguintes variáveis: a Pan-Amazônia, Segurança e Defesa e a própria OTCA. As variáveis foram classificadas respectivamente em dependente, independente e interveniente.

1.4.1 Variável I – Pan-Amazônia

A Pan-Amazônia foi selecionada como variável por caracterizar o espaço geográfico comum que engloba os países integrantes da OTCA, tornando-se um dos focos do presente trabalho. Esta variável foi considerada dependente, pois pode ser modificada (total ou parcialmente) pelas demais variáveis.

1.4.2 Variável II – Segurança e Defesa

Ao selecionar Segurança e Defesa como variável deste trabalho, o autor entendeu que a mesma está intimamente ligada ao objetivo final da pesquisa, abrangendo os níveis de segurança e defesa regional e nacional que se deseja verificar em relação à Amazônia. Pode-se classificá-la como independente, pois pode modificar as outras variáveis.

1.4.3 Variável III – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica é o centro desta pesquisa, considerando-a como variável interveniente à medida que a mesma se interpõe entre as demais, alterando de alguma forma a influência esperada entre a variável dependente e a variável independente.

1.5 JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA

A Amazônia brasileira possui destacada importância geoestratégica, o que pode ser evidenciada por sua extensão territorial (60% do Brasil), pelos inúmeros e valorosos recursos minerais, por sua riquíssima biodiversidade e seu grande potencial hídrico. Estes aspectos têm despertado grande cobiça internacional, notadamente nas três últimas décadas. (IBGE, 2007).

Pode-se ratificar tal afirmação por intermédio dos discursos de alguns líderes de grandes nações, com as ideias de “soberania limitada” e de “internacionalização da Amazônia”, por considerá-la o “pulmão do mundo”, intensificando os debates e passando a liderar as pautas da agenda internacional. Em outubro de 2006, o governo da Inglaterra divulgou um plano para administrar a Amazônia por meio de um consórcio internacional visando proteger a floresta. (CHAGAS, 1997; FOLHA ONLINE, 2006).

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Escola de mais alto nível da Força Terrestre, selecionou o presente tema para ser pesquisado, por entender que ao Exército Brasileiro cabe a responsabilidade de manter-se atualizado com a conjuntura internacional a fim de identificar temas sensíveis ao seu papel junto à sociedade brasileira.

Para selecionar o tema “Segurança e Defesa da Pan-Amazônia: o papel atual da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica”, o autor baseou-se em seu interesse e experiência na região amazônica e, ainda, por sua curiosidade científica sobre os assuntos correlatos aos campos das relações internacionais e de segurança e defesa, como forma de atualizar o trabalho acadêmico realizado anteriormente nesta Escola.

1.6 METODOLOGIA

O trabalho será desenvolvido com base em pesquisas bibliográfica e documental, compreendendo as seguintes técnicas: estudo explicativo, baseado no produto da coleta de material de fontes bibliográficas e documentais; o método a ser empregado na pesquisa será fruto, em sua maior parte, de processo dedutivo, pela combinação de fatos e acontecimentos relevantes dentro do espectro temporal do objeto de estudo; e a análise de dados será baseada em métodos comparativos.

1.6.1 Delimitação da pesquisa

O campo de estudo desta pesquisa científica limitar-se-á, geograficamente, aos países que integram a OTCA, com destaque para a região amazônica brasileira. Estudar-se-á as relações intraorganização, bem como o relacionamento da OTCA com as demais nações e organismos internacionais, desde que possam implicar na soberania amazônica. Temporalmente, restringir-se-á ao período compreendido entre 1978, quando da assinatura do Pacto Amazônico, e os dias atuais, sendo a ênfase do trabalho relativo aos últimos vinte anos, após ter sido constituída a OTCA, foco principal da pesquisa.

Dentre os campos do poder nacional, o presente trabalho dará ênfase às expressões política e militar, por entender que são as que melhor interagem com os temas de segurança e defesa. Das expressões econômica, psicossocial e científico-tecnológica, ainda que sejam muito importantes para as relações internacionais do Brasil, somente serão analisados os aspectos que interfiram na sua soberania.

1.6.2 Concepção metodológica

Os passos das pesquisas bibliográfica e documental seguiram os previstos nos Manuais Escolares de Trabalhos Acadêmicos na ECEME (BRASIL, 2004a e 2008b):

- levantamento da bibliografia, de monografias e de documentos pertinentes ao assunto do trabalho;
- obtenção de materiais produzidos em palestras, congressos e seminários, que abordem o tema;
- participação em palestras, congressos e seminários sobre segurança e defesa e sobre a Amazônia;
- seleção da bibliografia, de monografias e de documentos;
- consulta a sítios oficiais na rede mundial de computadores: da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, da União das Nações Sul-americanas, do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores e dos países amazônicos;
- leitura da bibliografia, de monografias e dos documentos selecionados, dando ênfase nos aspectos da cooperação/integração regional, segurança e defesa;
- montagem de arquivos, ocasião em que serão elaboradas as fichas catalográficas de citações, resumos e análises; e

- análise crítica, tabulação das informações obtidas e consolidação das questões de estudo.

É importante ressaltar que, precedendo esse projeto de pesquisa, este pesquisador já realizou as seguintes ações:

- resgate do arquivo pessoal existente sobre a pauta;
- leitura de livros e artigos, previamente, da bibliografia sobre o tema; e
- leitura de dissertação de mestrado e artigo científico de própria autoria, produzidos em 2007/2008.

A coleta de material será realizada por meio de consultas às bibliotecas da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, do Centro de Estudos de Pessoal, da Escola Superior de Guerra, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade do Rio de Janeiro, da Escola de Guerra Naval e da Fundação Alexandre Gusmão; também serão realizadas consultas ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Defesa e à Secretaria-Geral da OTCA; e serão consultados noticiários de jornais e revistas e a rede mundial de computadores.

1.6.3 Limitação metodológica

Durante todo o período de desenvolvimento do presente trabalho acadêmico não serão realizadas pesquisas de campo, nem elaboração e remessa de questionários, tampouco a execução de entrevistas com autoridades/estudiosos sobre o assunto em pauta.

A adoção de tais limitações metodológicas se fez necessária haja vista os seguintes aspectos: o autor já possuir experiência sobre o tema em questão (Mestrado da ECEME – 2008); tratar-se de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual não demanda grande profundidade em pesquisas; o curto espaço de tempo disponível para a consecução total do trabalho (de março a outubro); e ainda, pela existência das variadas demandas acadêmicas do presente Curso de Altos Estudos Militares, que é composto por atividades do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, da ECEME, do Curso Superior de Defesa, da Escola Superior de Guerra (ESG) e do MBA Executivo em Administração, Política e Estratégia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

“Se pude ver mais longe é porque trepei aos ombros de gigantes.” (Leibnitz)

Neste capítulo, o autor apresentará algumas ideias e argumentos de autores consagrados, bem como a abordagem documental oficial sobre o tema, de forma a dar conteúdo às variáveis escolhidas para a presente pesquisa científica.

A Amazônia é o ponto de congruência desta pesquisa científica, pois, pelo enfoque dado pelo autor, abrangendo as áreas das relações internacionais e da defesa nacional, no que tange à referida região, possibilitando o acesso a variado e rico material bibliográfico e documental (institucional e acadêmico).

Segundo Nye (2002, p. 9), “actores [sic], fins e instrumentos são três conceitos básicos para a teorização sobre a política internacional”. Desta forma, trazendo este pensamento para o presente trabalho, podemos relacionar os atores como sendo as nações, particularmente as grandes potências mundiais, ou grupos de nações reunidas em organismos internacionais, como a OTCA; os fins como os interesses ou objetivos político-econômicos dos referidos atores, respectivamente as riquezas da Pan-Amazônia e as soberanias nacionais; e, por fim, os instrumentos podem ser caracterizados pela força militar ou pela diplomacia a ser empregada pelos países na consecução de seus objetivos, o que fortalece a importância da integração regional entre as nações amazônicas.

O referencial teórico foi dividido em três tópicos: Pan-Amazônia; Segurança e Defesa; e Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

2.1 PAN-AMAZÔNIA

O General Meira Mattos utilizou-se da expressão pan-amazônia para caracterizar a abrangência de toda a região amazônica da América do Sul, entendendo que cada país tende a utilizar a palavra Amazônia isoladamente referindo-se à sua porção. (MATTOS, 1980).

O principal aspecto para a integração entre os Estados da região é o fisiográfico, posto que todos possuem, em maior ou menor escala, parte de seus territórios cobertos pela floresta amazônica. Atualmente, há a relevância das questões ambientais e o Brasil, detentor da maior parte desta rica área verde, sofre ações de organismos internacionais sobre a preservação da região, o que abre

espaço para uma exploração tendenciosa da vulnerabilidade brasileira. (CASTRO, 1992; EUR, 2005 e ESTADO DE SÃO PAULO, 2008).

Todos os países amazônicos participam de organismos políticos e econômicos, regionais e mundiais, sendo muito significativo para os objetivos de integração amazônica, posto que as nações que integram a bacia do Amazonas já possuem larga experiência no sentido de harmonizar interesses coletivos, o que facilitará os próximos passos no âmbito da OTCA. (COSTA, 1987 e CÔRTEZ, 2007b).

A região possui como núcleo o Brasil, uma vez que é o país que possui a maior extensão e fronteira com a quase totalidade das nações amazônicas, com exceção apenas do Equador. Ressalta-se, também, a destacada importância política e econômica do Brasil no contexto regional, o que levou a escolha de Brasília como sede permanente da OTCA. (OTCA, 2004a).

De maneira geral, as nações amazônicas enfrentam problemas sociais, tais como: distribuição desigual de renda, baixos níveis de escolaridade e saúde, desemprego, pobreza e exclusão, que representam um contínuo desafio para os seus governos. (PROCÓPIO, 2005; OTCA, 2006c e ABRIL, 2013).

Destaca-se, ainda, a existência de povos indígenas em quase todos os países da região, com maior representatividade para Bolívia, Peru e Venezuela. Tal situação é preocupante principalmente quando da localização de reservas em áreas fronteiriças, como ocorre entre o Brasil e a Venezuela, entre outros, posto que estas minorias étnicas têm sido alvo de proteção das ONG, como pretexto para manterem-se presentes na região. (IBGE, 2007; ROCHA PAIVA, 2006; GALDINO, 2007; NEWS, 2008; SOCIOAMBIENTAL, 2008 e VERMELHO, 2008).

A grandiosidade da Pan-Amazônia não é caracterizada somente por sua extensão, mas principalmente por suas potencialidades naturais, como riquíssima biodiversidade, diversificadas jazidas minerais, alta capacidade hidrelétrica e extraordinária reserva de água doce. Em números, a Amazônia representa um vigésimo da superfície terrestre, um quinto da água doce do Globo, um terço das florestas mundiais e o maior banco genético do Planeta; o que tem, ao longo das últimas décadas, despertado o interesse e a cobiça das grandes nações. (CASTRO, 1983; BECKER, 1990 e VILLAS BÔAS, 2007).

Se a Pan-Amazônia é capaz de impressionar por sua grandeza e seus potenciais, ela também chama atenção por aspectos negativos como pequena

densidade demográfica, baixo índice de desenvolvimento humano, taxa de mortalidade infantil acima da média, taxa de alfabetização e escolarização abaixo da média, entre outros dados nos campos econômico e psicossocial, causados pela pouca efetividade do Estado na região. Desta forma, ela permanece vulnerável às ameaças que lá estão presentes, tais como o narcotráfico, a guerrilha, o contrabando, os crimes ambientais e a ação obscura das ONG. (REIS, 1971 e ABRIL, 2013).

A Amazônia, desde seu descobrimento, vem despertando curiosidade e interesse na comunidade internacional por sua grandiosidade. A partir do século XIX, verificou-se crescente movimento sobre a possibilidade de se dividir a região entre as nações dominantes da época, como os Estados Unidos da América (EUA), a Inglaterra e a França. Nas últimas décadas, líderes das referidas potências, dentre outros, declararam abertamente as ideias de “soberania limitada” e de “internacionalização” da Amazônia. No final dos anos 80, surgiu na Europa este inusitado conceito de soberania, de acordo com as ambições das grandes potências, baseado no direito de ingerência, tendo a França como mentor da propagação desta ideia. (OLIVEIRA, 1992; SANTOS, 2000; SOUBLIN, 2003; PROCÓPIO, 2005 e MATTOS, 2006).

Em 18 de maio de 2008, o jornal norte-americano New York Times publicou reportagem com o título “Afinal, de quem é esta floresta tropical?”. O referido artigo, embora fosse basicamente descritivo, apontava como bem estabelecida a importância global da Amazônia como reguladora do clima. No mesmo período, o tablóide britânico “The Independent” teceu comentários em seu editorial sobre a renúncia da ministra do Meio Ambiente Marina Silva, propôs um programa conjunto de preservação da floresta e concluiu: “Essa parte do Brasil é importante demais para ser deixada aos brasileiros.” (ESTADO DE SÃO PAULO, 2008).

A atual agenda internacional estabelece, dentre outros assuntos, a preservação do meio ambiente, a proteção às minorias étnicas e o combate ao narcotráfico como temas a serem priorizados pela comunidade internacional. (GONÇALVES, 2004).

As pressões internacionais sobre a soberania da Pan-Amazônia caracteriza-se, em sua maioria, pelo pretexto de defesa de supostos interesses maiores da humanidade. Ocultando suas pretensões econômicas em relação às riquezas da região, autoridades e organizações estrangeiras simulam preocupações ecológicas

com o desenvolvimento da área, e até ousam sugerir direitos de ingerência, insinuando a falta de capacidade de preservação do patrimônio amazônico. A questão indígena se insere como ingrediente adicional daquelas pressões, haja vista a agenda internacional ter estabelecido como uma das suas prioridades a proteção das minorias étnicas, as quais possuem suas reservas localizadas em áreas contíguas ou coincidentes a unidades de conservação ou áreas com recursos naturais, podendo ainda ultrapassar as fronteiras nacionais. (LESSA, 1999; GONÇALVES, 2004; CARRASCO, 2005 e ROCHA PAIVA, 2006).

Ressalta-se também que o fortalecimento da OTCA como organização internacional poderá possibilitar-lhe maior respaldo na comunidade mundial para as necessárias negociações em caso de crescimento do movimento para a internacionalização da Amazônia. Pode ainda, angariar o recebimento de maior quantidade de recursos para o financiamento de ações de combate ao narcotráfico e de melhoria de vida dos povos da Amazônia.

Para que se possa neutralizar, ou ao menos diminuir, as pressões internacionais sobre a Amazônia faz-se necessário garantir a soberania dos Estados, em particular o brasileiro, haja vista a maior representatividade deste no âmbito do contexto amazônico, por sua importância geoestratégica, política, econômica e militar. O centro das atenções mundiais sobre a Amazônia tende a se transformar em ameaças abertas e crescentes, por sua associação a temas sensíveis para comunidade global, já instituídos na agenda internacional, que normalmente prioriza e representa a vontade das potências mais fortes. (SOUZA, 2007 e NETO, 2008).

A questão ambiental é a mais alardeada neste século, pois está intimamente ligada às mudanças climáticas do planeta (aquecimento global) e suas alarmantes e exageradas consequências. Faz-se necessária uma postura mais enérgica dos países em desenvolvimento, e no caso da região Amazônica, da OTCA em pronunciarem-se na defesa de seus interesses e na cobrança dos deveres das grandes potências, quanto ao meio ambiente, deixando de serem réus e passarem a ser promotores. (CARRASCO, 2005 e 2006 e ABRIL, 2013).

A questão indígena (minorias étnicas) é envolta em supostos interesses de preservação cultural e de defesa de direitos humanos, ocultando objetivos geopolíticos e econômicos sobre as áreas ocupadas ou demarcadas para os silvícolas. Se as grandes nações não demonstram as mesmas preocupações com

os povos famintos e abandonados de outras regiões do globo é porque elas provavelmente não dispõem das mesmas riquezas. (ROCHA PAIVA, 2006 e CBC NEWS, 2008).

Desde o início desta década, verificou-se uma nova problemática e grande desafio na região amazônica, com o surgimento de movimentos migratórios de consideráveis efetivos populacionais, com destino aos países amazônicos, particularmente o Brasil.

Após o terremoto ocorrido no Haiti, em janeiro de 2010, foi registrada a entrada de milhares de haitianos no Brasil, na busca de melhores oportunidades. Os primeiros imigrantes chegaram ao país ainda em 2010, geralmente em situação de grande vulnerabilidade social e sanitária. A Polícia Federal mapeou que não se trata apenas de uma migração espontânea e sim de uma máfia de facilitadores, que cobram caro por isso. (BRASIL, 2018e).

Nessa rota, os imigrantes haitianos seguem de avião do Haiti até o Equador, onde não precisam de visto, e atravessam de ônibus o Peru, por onde chegam ao Brasil, após quase três meses de viagem. Segundo o MRE, os haitianos não tinham visto para entrada, mas chegavam à fronteira e solicitavam refúgio, sendo criado o visto por questões humanitárias. Destaca-se o fato de que estas regiões não estavam preparadas para receber um fluxo tão grande de estrangeiros. Desde então, 1.300 vistos humanitários foram autorizados, de um total de mais de 4.500 imigrantes haitianos que ingressaram no Brasil desde 2010. (BRASIL, 2018d)

Neste mesmo contexto, desde 2016, vem aumentando a entrada de venezuelanos no Brasil e na Colômbia, como rota de fuga das precárias condições econômicas e sociais alcançadas pela Venezuela. (BRASIL, 2018d).

O governo federal editou uma medida provisória como parte do esforço de apoio humanitário a imigrantes venezuelanos, que viabilizará o custeio das ações que envolvem a participação de diversos órgãos, além das Forças Armadas, que já estão em curso nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, no estado de Roraima, em parceria com autoridades estaduais e municipais. Será realizado um censo dos imigrantes venezuelanos, pela Polícia Federal, para saber quantos estão regulares e irregulares, pois já são mais de 30 mil que entraram no Brasil e se instalaram pelas ruas da cidade de Boa Vista, capital de Roraima. Com isso, será possível realizar o apoio em ações emergenciais, que passam pelo acolhimento e abrigo dessas

peças e, também, pela questão do controle migratório, sanitário e de segurança na região. (BRASIL, 2018c).

Recentemente, foram identificados alguns casos de suspeita de sarampo em crianças venezuelanas, doença já erradicada no Brasil. Diante do atual cenário epidemiológico, a Secretaria de Estado da Saúde de Roraima, apoiada pelo Ministério da Saúde e pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), implementou uma série de ações para evitar a transmissão da doença. (BRASIL, 2018f).

A circulação e entrada de estrangeiros no Brasil e nos demais países amazônicos é tema de relevante importância, pois abrange questões de segurança pública e sanitária, além de alterar a estrutura socioeconômica das cidades atingidas.

A maior ameaça contra as soberanias nacionais da Pan-Amazônia está sendo desencadeada pelos próprios países condôminos, em virtude da pouca presença dos respectivos Estados nos rincões isolados da Amazônia, motivada pelos desafios colossais ali apresentados. Esta grave vulnerabilidade deve ser eliminada, não apenas pela presença militar como no passado colonial, mas com todas as expressões do poder nacional. A cooperação regional no ambiente amazônico tem condições de contribuir para a melhora da integração nacional e, por conseguinte, para o desenvolvimento sustentável da região, o que favorecerá para a redução de tão grave vulnerabilidade, garantindo a soberania de cada país amazônico. (ROCHA PAIVA, 2006 e VILLAS BÔAS, 2007 e 2013).

2.2 SEGURANÇA E DEFESA

Segurança e defesa são dois termos que vêm sendo utilizados de distintas formas para caracterizar uma situação existente. Em algumas oportunidades, conforme sejam empregados, se confundem, dando a entender se tratar do mesmo assunto, haja vista possuírem forte relação de complementaridade. A própria Política Nacional de Defesa (PND) brasileira afirma que, inicialmente, a segurança era entendida como uma necessidade básica para a defesa externa, pela existência de confrontos diretos entre Estados. Com o desenvolvimento das sociedades, novas ameaças surgiram, indo muito além dos tradicionais ataques de um conflito armado. (BARTOLOMÉ, 1999 e BRASIL, 2018a e 2018b).

No Brasil, as discussões sobre temas relacionados à defesa e segurança do Estado não recebem a devida atenção, não apenas por parte do segmento civil da sociedade organizada, mas também pelas instituições governamentais. Verifica-se como resultado do período dos governos militares, entre 1964 e 1985, que a palavra segurança, de certa forma, ganhou um significado amplamente rejeitado no contexto nacional. (LIMA, 2007).

Por ocasião da realização do VIII Ciclo de Estudos Estratégicos, conduzido pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, nos dias 03, 04 e 05 de junho de 2008, sobre a Concepção Estratégica Nacional, o Ministro da Defesa Nelson Jobim, o Embaixador Rubens Ricupero, o Deputado Federal Aldo Rebelo, bem como os Comandantes das respectivas Forças Armadas, durante suas apresentações e nos debates, deixaram claros os seguintes aspectos: a importância estratégica da América do Sul e particularmente da prioridade da Amazônia para o Brasil; o aumento da integração e cooperação regional, como a OTCA e a UNASUL, e seu relevante papel para a segurança coletiva; e sobre a necessidade de aumentar a presença do Estado na Amazônia como forma de reduzir as suas vulnerabilidades às ameaças já existentes na região. (BRASIL, 2008b).

Os conceitos de segurança e defesa por vezes se confundem, posto que há intensa complementaridade de ideias entre ambos. Como ideia geral pode-se se referir à segurança como um estado de tranquilidade ou de conforto, oferecido pelo Estado aos seus indivíduos e instituições ante as possíveis ameaças que sobre eles possam recair. Já a defesa é representada por ações do Estado, particularmente por sua expressão militar, visando garantir ou reconquistar seus interesses nacionais que foram ameaçados ou maculados. (BRASIL, 2018a e 2018b).

O conceito que abrange os de segurança e o de defesa é o de Defesa Nacional, o qual tem sido mais empregado nos últimos tempos e pode ser expresso como o conjunto de medidas e ações do Estado em todos os campos do poder, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra possíveis ameaças, particularmente as externas. (BILAC, 1965 e BRASIL, 2018a e 2018b).

Com o fim da Guerra Fria, verificou-se a evolução e diversificação das ameaças, alterando-se da possibilidade da guerra total entre os Estados para a maior probabilidade da guerra assimétrica e de quarta geração. Neste contexto as nações viram-se obrigadas a repensar suas estruturas e estratégias de segurança e

defesa. Como alternativa buscaram a aproximação política-econômica regional, como primeiro passo para se fortalecerem. No caso sulamericano há a busca de integração e cooperação entre os países por meio de vários organismos tais como o Mercosul, a CAN, a OTCA e, recentemente, a UNASUL. Esta última organização implementou um pensamento regional de defesa. (BARTOLOMÉ, 1999; OEA, 2007a; HERZ, 2008 e PINTO SILVA, 2008).

Pode-se inferir que no âmbito do Complexo de Segurança Regional (CSR) da América do Sul é lícito supor que se caminha para uma nova subdivisão, com a inserção do sub-complexo Amazônico, abrangendo o sub-complexo Norte Andino, o Brasil e a Bolívia, como forma de integrar os sub-complexos já existentes e no futuro servir de ponte para a adoção de um CSR sem divisões, conforme proposta recente do governo brasileiro sobre a criação do Conselho de Defesa Sulamericano. (BUZAN, 1991 e 2003 e MATTOS, 1993).

A segurança coletiva é um sistema de organização internacional e tem como objetivo a manutenção da paz e da segurança. Os partícipes são comprometidos com este objetivo, que passa a ser de todos, o que contribui para o aumento da dissuasão de cada um dos integrantes, pois o poder dissuasório de um sistema de segurança é superior aos dos seus componentes e não decorre exclusivamente da expressão militar. Deve ser considerada a natureza política do organismo e será tanto mais significativa quanto maior o valor político e econômico de seus membros. (JARRIN, 1989; ROSA, 1994; VIEIRA, 1994; VIDIGAL, 1996; COSTA OLIVEIRA, 2006; GUERREIRO, 2006 e RABELLO, 2006).

É preciso que as políticas de segurança e de defesa reflitam, de forma clara e objetiva, os valores e os interesses da sociedade brasileira em toda a sua complexidade e sejam coerentes com as conjunturas regional e global. Pois Segurança e Defesa Nacional referem-se a todas as expressões do poder nacional, sendo um dever de todos e não somente do Estado.

2.3 ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

Desde o início dos governos militares, na década de 60, o Brasil está sendo alertado sobre a importância da Amazônia, para se adotar medidas que atendam ao quadrinômio – colonização, integração, exploração e vigilância. Dentro desta linha de pensamento, o governo brasileiro tomou a iniciativa de criar um marco formal

para ampliar a integração política entre os países amazônicos, visando à cooperação e ao desenvolvimento dos recursos regionais, bem como para salvaguardar a soberania dos Estados sobre seus territórios. (CASTRO, 1981 e 1983).

Antes da iniciativa brasileira para o estabelecimento de um acordo supranacional relativo à Amazônia, outros surgiram, contudo com forte influência internacional e não obtiveram êxito. (ANTIQUERA, 2006).

Em 1978, o governo brasileiro propôs a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), o qual foi ratificado pela Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, em 1980. (CASTRO, 1983 e 1992). Ao analisar o surgimento e o desenvolvimento do TCA, percebe-se, em primeiro lugar, que as mudanças ocorridas não representaram apenas um adensamento e um fortalecimento dos objetivos iniciais, consagrados no documento de 1978. Não pode ser considerado simplesmente como um processo cooperativo de uma área específica que ao longo do tempo se aperfeiçoa, superando entraves e multiplicando sua efetividade. O posicionamento de liderança brasileira foi fundamental para a compreensão das transformações sofridas pelo Tratado. (MATTOS, 1982; COSTA, 1987 e ANTIQUERA, 2006).

Reverendo a perspectiva histórica da política externa brasileira para a Amazônia, até os anos 1970 a disparidade entre a atenção reservada ao lado platino e ao lado amazônico era notável. Tal situação passou a ser modificada a partir da ratificação do TCA pelos países amazônicos, a contar de 20 de agosto de 1980. (QUIROGA, 2003 e ANTIQUERA, 2006).

Nos anos 80, o Brasil e outros países da região encontravam-se mais direcionados para questões internas, relegando o TCA a um segundo plano. No fim da década, no entanto, as pressões internacionais referentes ao meio ambiente, à mudança brusca no cenário internacional e às transformações políticas internas no Brasil, vão levá-lo a uma revalorização, como meio de se ganhar credibilidade no cenário internacional, responder às críticas de caráter ambiental, e aproveitar o debate ecológico para captar recursos internacionais, por intermédio da utilização do conceito do desenvolvimento sustentável. (JUNIOR, 1988 e SILVA, 1989).

A partir do processo de valorização do TCA, que marca os anos de 1989-1994, aparecem alguns elementos importantes. O primeiro é que o Itamaraty vai identificar a necessidade de torná-lo mais eficiente para captar recursos

internacionais e para dinamizar o contato entre os signatários, como passo fundamental para a integração da América do Sul. Daí a proposta, feita em 1993, de transformação da Secretaria “*Pro Tempore*” em Secretaria Permanente. (QUIROGA, 2003 e ANTIQUERA, 2006).

A partir de 1995, é decidida a transformação em organização internacional, para dar maior operacionalidade à secretaria, que passará a ser permanente. Desde então, e até 2002, as reuniões do TCA serão concentradas na definição dos moldes da nova organização internacional. Em 1998, é assinado o protocolo de emenda ao Tratado e, em 2002, foi criada a OTCA, sendo instalada a secretaria permanente em Brasília, deixando de ser um mecanismo fechado e passando a uma postura aberta e até convidativa com relação ao resto do mundo. (QUIROGA, 2003 e ANTIQUERA, 2006).

A partir de 2002, pode-se nomear a fase atual de consciência pan-amazônica, pois, com a elevação do Pacto à categoria de organismo internacional buscou-se implementar medidas que intensifiquem as integrações regionais, valendo-se das bases já existentes, pelas participações de países amazônicos em diversos organismos internacionais. (QUIROGA, 2003).

Composta por países que participam de organismos políticos e econômicos regionais já consagrados como a OEA, o Mercosul, a CAN, a Caricom, a IIRSA e a UNASUL, facilita a convergência de esforços para desenvolver a consciência pan-amazônica, e pode tornar-se uma importante peça para a integração de toda a América do Sul, já que reúne oito dos doze países sul-americanos, como ficou evidente por ocasião do recente processo de criação da União das Nações Sul-americanas. (ABRIL, 2013).

Em 2004, a Organização aprovou o seu Plano Estratégico 2004-2012, como instrumento de visão de longo prazo, para orientar a formulação, a execução e o acompanhamento de projetos, programas e iniciativas viáveis de alcance regional, visando avançar em seus propósitos. O referido plano incentiva a ampla cooperação internacional, não somente entre os países membros, mas também em relação a outras nações, além de organismos internacionais, como União Europeia, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e agências especializadas da Organização das Nações Unidas. (OTCA, 2004a).

Decorridos 40 anos, desde a iniciativa brasileira para a assinatura do Pacto Amazônico até ao atual estágio de integração da OTCA, pode-se verificar que o as

dificuldades resultantes da imensidão amazônica poderão ser mais facilmente vencidas por intermédio do esforço sinérgico e harmonioso dos países que a integram, cabendo ao Brasil a responsabilidade de manter o mesmo espírito realizador e a liderança que outrora deu origem ao TCA.

A OTCA, por ter sido instituída nas últimas décadas, encontra-se em fase de aprofundamento bibliográfico, contudo por possuir como embrião o tratado ratificado em 198, alguns autores como a Professora Therezinha de Castro e o General de Divisão Meira Mattos, dentre outros, já haviam se pronunciado a respeito.

A Amazônia é o ponto de congruência da presente pesquisa, abrangendo as áreas das relações internacionais e da defesa nacional, possuindo grande riqueza de material bibliográfico. Abaixo, uma pequena mostra de como o tema, e suas nuances, vem sendo tratado por alguns autores, em publicações que abordam o objeto de estudo.

A Professora Therezinha de Castro (CASTRO, 1981, 1983, 1992, 1999), estudiosa nos campos científicos da Geografia, da Geopolítica e da História, em suas obras: “Geopolítica – Princípios, Meios e Fins”, “Brasil da Amazônia ao Prata” e “Atlas-texto de Geopolítica do Brasil”, aborda a importância geopolítica da região amazônica para o Brasil e para o mundo, bem como discorre sobre as relações internacionais brasileiras com as nações limítrofes do norte, apresentando na íntegra o Tratado de Cooperação Amazônica, servindo de embasamento para o entendimento do atual estágio de integração regional.

O General Meira Mattos (MATTOS, 1977, 1980, 2002, 2006), mestre e estudioso da geopolítica, apresentou em algumas de suas inúmeras obras o pensamento geopolítico mundial e nacional das últimas décadas. Fez, na década de 70, a perspectiva da geopolítica brasileira para o fim do século XX, como também, já no século XXI, escreveu uma visão futura da situação brasileira, em ambos os casos ressaltou a importância estratégica da Amazônia. Pode-se destacar, dentre outras, as seguintes obras que servirão de apoio para o presente trabalho: “A geopolítica e as projeções do poder”, “Uma geopolítica pan-amazônica” e “Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira”.

O autor do livro “Cronologia das relações internacionais do Brasil”, Eugênio Vargas Garcia (GARCIA, 2000), reuniu os principais fatos que marcaram a história das relações internacionais do Brasil, desde a época dos descobrimentos até o fim do século XX. Pode-se encontrar a referência dos primeiros exploradores espanhóis

na região amazônica, bem como o relacionamento brasileiro com os países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, no último quartil do século XX.

No livro “Relações Internacionais: Factos, Teorias e Organizações”, António José Fernandes (FERNANDES, 1991) buscou introduzir o leitor à estrutura da comunidade internacional, abordando as relações internacionais pacíficas e conflituosas entre os estados, além de apresentar documentos fundamentais sobre o assunto, tais como a Carta das Nações Unidas e as Convenções de Viena sobre relações diplomáticas e consulares. Desta forma, esta obra possibilita o entendimento geral sobre as relações entre as nações, abordando as suas três categorias: de reciprocidade, de cooperação e de integração.

O embasamento teórico sobre relações internacionais, visando o entendimento da conjuntura mundial e do atual estágio de integração da OTCA, mediante a interpretação dos principais conceitos e correntes (liberalismo e realismo) das relações internacionais, será alcançado mediante a consulta às obras de autores consagrados sobre o assunto, tais como Raymond Aron (ARON, 1986); Karl Deutsch (DEUTSCH, 1982); João Pontes Nogueira e Nizar Messari (NOGUEIRA e MESSARI, 2005), Joseph S. Nye Junior (NYE, 2002) e Henry Kissinger (Kissinger, 2012 e 2015).

Na obra “Amazônia e a defesa nacional”, Celso Castro (CASTRO, 2006) organizou textos versando sobre o assunto em pauta, por intermédio da colaboração de pesquisadores da área de ciências sociais, abordando sobre as Forças Armadas brasileiras, a Política Nacional de Defesa, o Projeto SIPAM/SIVAM e o Projeto Calha Norte, bem como apresentou análise sobre o enfoque de monografias da ECEME, nos últimos anos, sobre o tema em questão.

O texto integral do Tratado de Cooperação Amazônica, extraído da página da OTCA na rede mundial de computadores, bem como as atas de todas as reuniões ocorridas, entre outras informações disponíveis no referido sítio, servem de subsídios fundamentais para o entendimento sobre o assunto do presente trabalho.

A Política Nacional de Defesa que foi editada em 1996, tendo passado por quatro revisões e atualizações recentes (2005, 2008, 2012 e 2016), tem papel primordial para o embasamento teórico desta pesquisa científica, haja vista tratar-se de um dos pilares mestres sobre o pensamento atual da defesa nacional do Brasil. (BRASIL, 2005a e 2018a).

A Constituição Federal (BRASIL, 2000), promulgada em 1988, estabelece em seu Art. 1º que a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a soberania. Em seu Art. 4º, apresenta os princípios pelos quais o Brasil rege suas relações internacionais, dentre eles a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, já o parágrafo único do referido artigo estabelece que a República Federativa do Brasil buscará a integração com os países da América Latina. Podem-se destacar ainda, os artigos 21 e 91 os quais definem, respectivamente, a competência da União e do Conselho de Defesa Nacional, aspectos importantes para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico.

As revistas científicas: “A Defesa Nacional”, o “PADECEME On-Line”, a “Coleção Meira Mattos” e da “Escola Superior de Guerra”, apresentam inúmeros artigos sobre a Amazônia brasileira e a Defesa Nacional, proporcionando o devido destaque ao tema em pauta, bem como apresentando enfoques diversificados de estudiosos sobre o assunto, quer sejam militares ou civis. Desta forma, enriquecem a bibliografia da presente pesquisa.

Pode-se destacar, também, como fonte de consulta bibliográfica o acervo de monografias da ECEME, da EGN e da ESG, com inúmeros exemplares abordando sobre a Amazônia, o Pacto Amazônico e a Defesa Nacional. Tais referências são importantes pelos seus conteúdos e principalmente pelo enfoque de abordagem que foram desenvolvidas, servindo como referência para a construção deste trabalho.

Visando aumentar o cabedal de conhecimentos teóricos acerca do assunto em pauta, o autor tem buscado assistir palestras e seminários que abordem as linhas mestras de sua pesquisa, quais sejam: a Amazônia, as relações internacionais do Brasil e a Defesa Nacional, como forma de aprofundar seu entendimento e facilitar a condução este trabalho. Como também, tem procurado estreitar laços com autoridades civis e militares consideradas especialistas ou estudiosas sobre o tema da presente investigação.

Amazônica limita-se ao norte pelo planalto das Guianas e a divisória com o Orenoco, cuja rede se liga através do canal de Cassiquiari; ao sul pelo planalto Brasileiro; a oeste pelos Andes; e a leste pelo oceano Atlântico. A região abrange parte dos territórios nacionais da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, como também parte do território do Departamento Ultramarino Francês da Guiana Francesa. (CASTRO, 1981).

Os países acima referidos, excetuando-se a Guiana e o Suriname, compõem parte da América Latina, pois foram colonizados por nações europeias de língua latina (espanhol, português e francês), possuindo em comum fortes laços históricos e culturais, bem como enormes problemas de desigualdades sociais e instabilidade política e econômica, e grandes potenciais de recursos naturais e humanos.

Tabela Nr 01: Principais indicadores sociais e econômicos dos países da OTCA

Indicadores	População Urbana (%)	Mortalidade Infantil (por 1000 nascidos vivos)	Analfabetismo (%)	IDH	PIB (milhões US\$)	Renda per capita (US\$)
Países						
Bolívia	68	31	8,8	0,667	30.601	2.550
Brasil	85	12	9,6	0,744	2.245.673	11.690
Colômbia	76	15	6,4	0,711	378.148	7.560
Equador	64	19	8,4	0,711	90.023	5.510
Guiana	28	30	15	0,638	3.076	3.750
Peru	78	13	10,4	0,737	202.296	6.390
Suriname	66	20	5,3	0,705	5.231	9.260
Venezuela	89	13	4,5	0,764	438.284	12.550

Fonte: ABRIL, 2015 (adaptado pelo autor).

Os países amazônicos participam, de maneira geral, dos seguintes organismos mundiais e regionais, políticos e econômicos: ONU, OEA, ALADI, UNASUL, OTCA, Comunidade Britânica, OMC, Banco Mundial, FMI, CAN, CARICOM, APEC e MERCOSUL, o que tem facilitado a integração no contexto mundial e sul-americano.

A expressão Amazônia suscita a uma associação direta com o seu maior símbolo que é a selva amazônica, maior floresta tropical do mundo atualmente. No imaginário mundial é recorrente pensar na Amazônia como sinônimo de Brasil, porque a maior parte da bacia amazônica e das florestas tropicais encontra-se em território brasileiro (Mapa Nr 01). A porção amazônica de cada país é bastante diferente entre eles, em alguns casos representa mais da metade do seu território (Tabela Nr 02).

As florestas amazônicas têm a maior diversidade de flora e fauna do mundo, e, segundo os pesquisadores, entre 1/4 e metade de todas as espécies vivas do planeta podem estar na região. Há mais espécies vivas em apenas um hectare de floresta no médio Amazonas do que em todo o território europeu, podendo ser encontrado: em sua flora, até 300 espécies de árvores e até 2 mil espécies de plantas; e em sua fauna, 55 espécies de formigas, 100 espécies de mamíferos, 68 espécies de anfíbios e 200 espécies de aves. (OTCA, 2004b).

Tabela Nr 02: Porcentagem de território amazônico dos países da OTCA

País	Área total do País (km ²)	Área da Pan-Amazônia do País (km ²)	% da Pan-Amazônica	% do País com Área Amazônica
Bolívia	1.098.581	600.000	7,94	54,62
Brasil	8.515.770	5.144.800	68,07	60,41
Colômbia	1.138.910	419.346	5,55	36,81
Equador	283.561	131.000	1,73	46,20
Guiana	214.969	182.723	2,42	85,00
Peru	1.285.216	756.992	10,02	58,90
Suriname	163.820	142.800	1,89	87,17
Venezuela	912.050	180.145	2,38	19,75
Total	13.612.877	7.557.806	100,00	---

Fontes: FACTBOOK, 2018a e EUR, 2005 (adaptado pelo autor).

O poderio militar de cada nação amazônica é muito variado, tanto em efetivos, quanto em investimentos com defesa, com países entre os 15 maiores investidores, como é o caso do Brasil, e outros inexpressivos no tocante à defesa, como o Suriname e Guiana, conforme se pode constatar na Tabela Nr 03, abaixo.

Tabela Nr 03: Principais Indicadores de Defesa dos países amazônicos (Ano 2017)

Aspecto País	Possui Ministério da Defesa?	Efetivos Militares				Gastos Defesa		Ranking Mundial
		Total	Exército	Marinha	Força Aérea	% PIB	US\$ (Milhões)	
Bolívia	Sim (1933)	34.100	22.800	4.800	6.500	1,43	543	64°
Brasil	Sim (2008)	334.500	198.000	69.000	67.500	1,41	29.400	14°
Colômbia	Sim (1965)	293.000	223.150	56.400	13.650	3,25	10.000	45°
Equador	Sim (1935)	40.250	24.750	9.100	6.400	1,59	1.570	69°
Guiana	Sim (1965)	3.400	3.000	200	200	1,56	56	-x-
Peru	Sim (1987)	81.000	47.500	24.000	9.500	1,00	2.100	42°
Suriname	Sim (1975)	1.840	1.400	240	240	1,29	67,4	134°
Venezuela	Sim (1946)	123.000	63.000	25.500	11.500	0,52	1.120	46°

Fonte: IISS, 2018; RESDAL 2016; e GFP, 2018 (adaptado pelo autor).

A Bolívia vem se consolidando como zona de atuação de redes transnacionais de tráfico de armas e drogas, sobretudo quanto ao abastecimento de organizações criminosas brasileiras. Sua produção de cocaína é estimada em cerca de 300 (trezentas) toneladas. Desse total, um terço se destinaria ao território brasileiro, para consumo (80%) e reexportação (20%). (FACTBOOK, 2018b).

A Bolívia possui a segunda maior reserva conhecida de gás natural da América do Sul, atrás apenas da Venezuela. A economia boliviana é dependente dos seus recursos naturais, particularmente os minerais fósseis.

O Presidente Evo Morales está no governo desde 2006, mantendo um alinhamento ideológico com os governos da Venezuela, do Equador, da Rússia e da China, valendo-se desse apoio para instituir no país um governo com apelos populistas, voltados para os indígenas e camponeses pobres. Recentemente, foi autorizado pela Suprema Corte a concorrer a novo mandato, o que tem causado descontentamento em parte da população. (ABRIL, 2015).

Pode-se dizer que a Bolívia está entre os países mais pobres e mais carentes de apoio externo para o seu desenvolvimento. A Bolívia vive com a sombra de um movimento separatista interno, sob um governo “ditatorial” socialista e com o narcotráfico em seu território e somando-se a isto a situação de pouca expressão de suas forças armadas. Possui pouca capacidade para contribuir para a segurança e defesa da Pan-Amazônia, necessitando estreitamento de laços de cooperação para garantir que as ameaças não transbordem as fronteiras com o Brasil.

3.2 COLÔMBIA

A República da Colômbia, capital em Bogotá, sofreu por cinco décadas com um conflito interno que envolveu grupos paramilitares de direita, guerrilheiros de esquerda e as Forças Armadas. Tal quadro foi agravado pela presença intensa do narcotráfico no território colombiano. Entre 2002 e 2010, com Álvaro Uribe na presidência da Colômbia, houve intenso combate à guerrilha, com apoio dos Estados Unidos da América, por meio do Plano Colômbia, bem como houve dificuldades de relacionamento, por divergências ideológicas em relação à guerrilha colombiana, com o Equador e com a Venezuela. A presença da narco-guerrilha no interior do país desestimulou as atividades agropecuárias. Em 2000, o país era

responsável por quase 80% da produção mundial de cocaína. (ABRIL, 2015 e FACTBOOK, 2018c).

A Colômbia situa-se no noroeste do subcontinente sul-americano, sendo banhada pelo oceano Pacífico e o mar do Caribe (Mapa Nr 03). Possui 1.138.910 quilômetros quadrados de área territorial, abrigando cerca de 47,7 milhões de habitantes, maioria branca e mestiça (cerca de 84%), distribuídos em 32 departamentos e o Distrito da Capital, com densidade demográfica de 41,8 habitantes por km². Tem muito bons índices sociais e econômicos (Tabela Nr 01), com a economia baseada na exportação de petróleo e café.



Mapa Nr 03: Colômbia
Fonte: FACTBOOK, 2018c.

Na última década, os fatos mais relevantes no país são aqueles relacionados com os processos de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que passaram a compor um partido político (Força Alternativa Revolucionária do Comum), que ainda não é bem aceito pela maioria da população. Há também a relação conflituosa entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN), uma espécie de dissidentes das FARC, que ainda promovem atentados no país, comprometendo a confiança nos processos de paz, seja com a antiga FARC, seja com o próprio ELN. O fortalecimento econômico da Colômbia e o acordo de paz com as FARC contribuíram para que, recentemente, fosse aceita como parceira global da OTAN e membro da OCDE.

O desafio ainda é grande para que o país passe de um país conflitivo e polarizado a um país de paz e união, sendo claro que o caminho a percorrer ainda é

longo e os perigos de volta às disputas armadas ainda existem. Os benefícios do patamar já alcançado são evidentes, refletindo-se em boas expectativas de melhoria da economia e aumento dos investimentos estrangeiros. Para tal, a intensificação da coordenação entre as instituições do Estado, dentre elas as Forças Militares, e os resultados futuros das negociações com o ELN em busca da paz, certamente terão reflexos diretos tanto na segurança interna quanto no entorno regional.

Dentro do aspecto do relacionamento com os países vizinhos, a questão da imigração em massa de venezuelanos em decorrência da severa crise político econômica naquele país já está afetando o Estado colombiano em termos sociais e pode, em médio prazo, também influir em sua economia. A postura a ser tomada com a Venezuela deve ser conjugada com outros vizinhos que também sofrem a influência da instabilidade e imigrações venezuelanas, como o Brasil.

A Colômbia depende fortemente das exportações de energia e mineração, tornando-se vulnerável a flutuações nos preços das commodities. A economia colombiana desacelerou em 2017 devido à queda dos preços globais do petróleo e à menor produção de petróleo devido a ataques insurgentes contra a infraestrutura do gasoduto. (FACTBOOK, 2018c).

Em relação aos demais países amazônicos, a Colômbia possui, na atualidade, muito boa situação socioeconômica e militar, bem como bom relacionamento regional e mundial com efetiva participação em organismos internacionais. Sua estreita ligação com os Estados Unidos da América e o recente ingresso na OTAN, são entendidos como uma forma de fazer frente à Venezuela e seus “aliados”, a China e Rússia, no âmbito regional. Os bons resultados no acordo de paz com as FARC e o combate permanente ao ELN, podem ser considerados muito positivos para a segurança e defesa da Pan-Amazônia.

3.3 EQUADOR

A República do Equador, cuja capital é Quito, divide-se em vinte e uma províncias, ocupando 283.561 quilômetros quadrados de área sul-americana com uma população de 16,3 milhões de habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de 57,5 habitantes por km², cuja maioria étnica é composta de mestiços. Possui índices sociais e econômicos medianos (Tabela Nr 01). Situa-se no noroeste da América do Sul, sendo banhado pelo oceano Pacífico e cortado por

duas cadeias montanhosas da cordilheira dos Andes. Conforme o Mapa Nr 04 observa-se que dentre os países amazônicos é o único que não possui fronteira com o Brasil. (ABRIL, 2015).

Na década de 90, entrou em guerra contra o Peru pela disputa histórica da região norte deste país, sendo resolvido o conflito por intermediação da Argentina, do Brasil, do Chile e dos Estados Unidos. Na última década, durante os mandatos do presidente Rafael Correa, esquerdista, o Equador manteve um forte alinhamento ideológico com os governos da Venezuela e da Bolívia, e afastamento da Colômbia.

O Equador depende substancialmente de seus recursos petrolíferos, que representavam cerca de um terço das receitas de exportação do país, em 2017. Desde 2007, o país voltou a integrar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A representatividade da agropecuária e da indústria, exceto a petroquímica, na economia nacional é de pouca expressão.

Com a queda dos preços do petróleo durante a recessão global, o ex-presidente Rafael Correa deixou de pagar, em dezembro de 2008, a dívida soberana do Equador (US\$ 3,2 bilhões). A China tornou-se o maior credor estrangeiro do Equador, desde 2008, e agora responde por 77,7% da dívida bilateral do Equador. O investimento estrangeiro no Equador é baixo como resultado do ambiente regulatório instável e do estado de direito fraco. (FACTBOOK, 2018d).



Mapa Nr 04: Equador
Fonte: FACTBOOK, 2018d.

Em 2008, a relação com a Colômbia ficou tensa, chegando a ser rompida, por acusações que relacionavam o governo equatoriano em apoio às ações das FARC e após ataque colombiano em território equatoriano contra o grupo guerrilheiro.

A situação política está instável no país, porém os militares se mantêm com a posição da legalidade, já a situação econômica continua degradada. O atual governo enfrenta a pior crise, que provavelmente acabará com a cisão do partido governista Aliança País. As ações violentas impetradas por narcotraficantes e guerrilheiros na fronteira norte com a COLÔMBIA, provocando baixas nas Forças Armadas equatorianas, fez com que o Governo equatoriano reformule sua política de segurança e redirecione os esforços do seu sistema de inteligência.

A República do Equador possui indicadores socioeconômicos medianos, com sua economia baseada na exploração do petróleo, e mantém muito boa participação em organismos internacionais o que contribuiu para a solução pacífica das questões recentes com o Peru e com a Colômbia.

Entre as nações partícipes da OTCA, o Equador é a única que não possui fronteira com o Brasil o que reduz a sua importância direta sobre os riscos à soberania da Amazônia, contudo é importante para a integração total região.

3.4 GUIANA

A República Cooperativa da Guiana, capital Georgetown, localiza-se no norte da América do Sul, sendo o único país de colonização britânica na região. Divide-se em 10 regiões e possui 214.969 quilômetros quadrados de área territorial para abrigar 737 mil habitantes, cuja maioria é de indianos (51%) e de afro-americanos (30%), com baixa densidade demográfica 3,4 habitantes por km². (ABRIL, 2015).

Mantém questões de fronteira em discussão com a Venezuela e com o Suriname. No primeiro caso, há a contestação para levar a linha fronteira para o rio Essequibo, o que reduzirá o território guianense em mais de 60%. Com o Suriname, a ONU deu parecer favorável, em setembro de 2007, à Guiana na questão da soberania de uma área marítima, onde se acredita existir potencial petrolífero.

A economia da Guiana exibiu um crescimento econômico moderado nos últimos anos e é amplamente baseada na agricultura e nas indústrias extrativas. A economia é fortemente dependente da exportação de commodities que representam

quase 60% do PIB do país e são altamente suscetíveis a condições climáticas adversas e a flutuações nos preços das commodities. (FACTBOOK, 2018e).

Os principais problemas do país são o narcotráfico, o garimpo ilegal e o tráfico de pessoas com a finalidade de prostituição. Sua fronteira com o Brasil se tornou mais viva com a construção da rodovia BR-401 e da ponte sobre o rio Takutu, ligando os dois países, uma das prioridades dos governos guianenses, para valorizar a integração regional.

Localizada na costa do Atlântico da América do Sul, situa-se no extremo da biodiversidade da região Amazônica, em uma das mais antigas formações rochosas, o Escudo da Guiana (Mapa Nr 05).



Mapa Nr 05: Guiana
Fonte: FACTBOOK, 2018e.

A Guiana encaminhou a disputa do território com a Venezuela para a Corte Internacional de Justiça, uma vez que por via diplomática bilateral, permaneceu por 52 anos sem avanços. A Venezuela continua propondo o reinício da negociação diplomática, o que poderá levar ao recrudescimento da tensão entre os dois países. O governo guianense tem expressado a intenção de incrementar a cooperação de defesa com o Brasil, tendo em vista a situação da disputa da região do Essequibo com a Venezuela. (FACTBOOK, 2018e).

Em razão da crise na Venezuela, as comunidades guianenses localizadas junto à fronteira foram afetadas na área de saúde e segurança pública. Os venezuelanos, tanto civis como militares, têm buscado atendimento médico e remédios nos postos de saúde, provocando um sobrecargo social.

Possui destacada situação ambiental, pela proteção de extensa área florestal em seu território e valoriza as suas minorias étnicas (comunidades ameríndias) com estrutura e legislação próprias, além de incentivar o desenvolvimento sustentável.

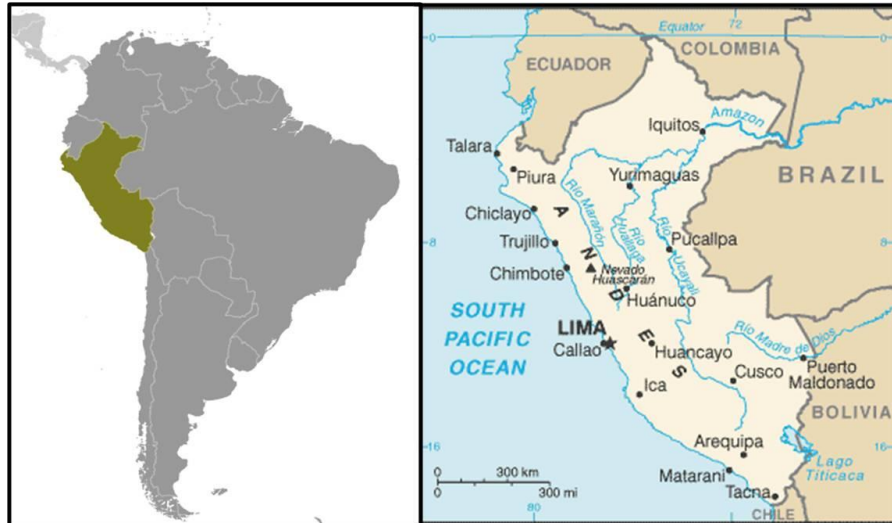
A Guiana, por seus baixos índices sociais, econômicos e militares, possui a pior condição para contribuir com o desenvolvimento da região, necessitando de maior atenção da OTCA nestas áreas. Pode-se considerar sua contribuição para a Pan-Amazônia o fato de atender muito bem os principais tópicos da agenda internacional, como a preservação ambiental e a proteção de minoria étnicas, reduzindo a pressão estrangeira sobre o entorno amazônico do Brasil.

3.5 PERU

A República do Peru é o terceiro maior país da América do Sul, com 1.285.216 quilômetros quadrados de extensão territorial. A sede de sua capital é na cidade de Lima e possui organização política-administrativa baseada em vinte e cinco regiões. A população peruana é de 31 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 24,1 habitantes por km². A maioria populacional é de origem indígena, entre quíchuas e aimarás, totalizando 45%. Seus principais índices sociais são medianos e a economia é boa (Tabela Nr 01), destacando-se na exportação de ouro, cobre e pescados, embora se estime que a arrecadação com o comércio ilegal de coca supere todas as demais exportações. (ABRIL, 2015)

O território peruano é banhado pelo oceano Pacífico e é dividido em três regiões pela cordilheira dos Andes: o litoral, o altiplano andino e a Amazônia peruana, onde estão as nascentes do rio Amazonas (Mapa Nr 06).

Por ocasião da Guerra do Pacífico (1879-1884), o Peru perdeu para o Chile o controle de importantes jazidas de nitrato na região de Atacama e na província de Tarapacá, sul do Peru. Nas últimas décadas, o Peru viveu períodos de grande instabilidade política e violência, com destaque para o combate aos grupos Sendero Luminoso e Tupac Amaru, o conflito fronteiriço com o Equador (1995) e o conturbado Governo de Alberto Fujimori. Em dezembro de 2017, uma denúncia de corrupção contra o presidente Pedro Pablo Kuczynski, levou-o a renunciar em março do corrente ano. Assumindo Martín Vizcarra, Primeiro Vice-Presidente, com a promessa de lutar contra a corrupção para tirar o Peru da crise política. (FACTBOOK, 2018f)



Mapa Nr 06: Peru
Fonte: FACTBOOK, 2018f.

As Forças Armadas têm sido empregadas rotineiramente, em combates ao narcoterrorismo. Os esforços para combater os ilícitos e as ações de remanescentes do Grupo Terrorista Sendero Luminoso (GSL) no Vale dos Rios APURÍMAC, ENE e MANTARO (VRAEM), região centro-sul do país, constituem prioridade para o Governo Peruano. Os membros do GSL se tornaram uma empresa prestadora de serviços de segurança para os narcotraficantes.

Em 2011, Ollanta Humala, foi eleito presidente e manteve as sólidas políticas econômicas, dos três governos anteriores, orientadas para o mercado. Os níveis de pobreza e desemprego caíram drasticamente na última década, e hoje o Peru possui uma das economias com melhor desempenho na América Latina. A economia do país sofreu mudanças consideráveis, passando de uma economia com uma intervenção direta do Estado, para livre mercado. (FACTBOOK, 2018f).

A economia peruana cresceu em média 5,6% ao ano, entre 2009 e 2013, devido aos altos preços internacionais das exportações de metais e minerais, que representam 55% do total das exportações do país. Entre 2014 e 2017, houve queda devido aos preços mundiais mais fracos para esses recursos. Houve redução da taxa de pobreza nacional em mais de 35 pontos percentuais desde 2004, mas a desigualdade persiste e continua a representar um desafio para o governo peruano, que defende uma política de inclusão social e uma distribuição de renda mais equitativa. (FACTBOOK, 2018f).

O Peru se tornou membro não-permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS-ONU), para o período de 2018 e 2019.

Destaca-se, ainda que, o Peru tem interesse direto no pleito boliviano junto ao Chile para o acesso ao oceano Pacífico, ainda como resquício da Guerra do Pacífico (1879-1884), por entender que deve tomar parte das negociações, o que fortalece a importância da integração amazônica.

A República do Peru possui situação econômica, social e militar de porte médio no âmbito dos países da Pan-Amazônia com sua economia baseada na exploração de recursos naturais. O Peru possui aspectos que podem vir a interferir na soberania nacional do Brasil na região amazônica, como ação de grupos terroristas, o contrabando de recursos naturais e o comércio ilegal de entorpecentes.

3.6 SURINAME

Antiga colônia da Holanda, até 1975, a República do Suriname divide-se em nove distritos e tem como capital a cidade de Paramaribo. Localiza-se na costa nordeste de América do Sul, onde o mar do Caribe une-se ao oceano Atlântico. Seu litoral é pantanoso e o interior, coberto por cerrados e florestas tropicais, possuindo grande rede hidrográfica (Mapa Nr 07).

Seus 592 mil habitantes estão distribuídos pelos 163.820 quilômetros quadrados de território, com 3,6 habitantes por km², cuja maioria ocupa o litoral. Sua população é bastante heterogênea, sendo que os dois grupos dominantes são os hindustanos (27%) e os crioulos (17,7%). Seus índices sócio-econômicos são baixos se comparados aos demais integrantes da OTCA (Tabela Nr 01), sendo um dos grandes produtores de bauxita.

A economia do Suriname é dominada pela indústria de mineração, com as exportações de petróleo e ouro representando aproximadamente 85% das exportações e 27% das receitas do governo. Isso torna a economia altamente vulnerável à volatilidade dos preços dos minerais. A queda mundial nos preços internacionais de commodities e o término da mineração de alumina no Suriname reduziram significativamente a receita do governo e a renda nacional durante os últimos anos. Em 2001, o Suriname assinou acordo com a Guiana para exploração conjunta de petróleo e gás em área disputada pelos dois países, sendo que em 2007, a ONU emitiu parecer final contrário ao Suriname sobre a região em litígio. Há, ainda, questões fronteiriças com a Guiana Francesa. (FACTBOOK, 2018g).



Mapa Nr 07: Suriname
Fonte: FACTBOOK, 2018g.

Com relação à política externa, o Suriname segue buscando ampliar parceiros, para viabilizar a implementação de projetos e para captar recursos para fazer frente à crise econômica que se arrasta desde 2015. Nesse contexto, a Rússia aparece como alternativa aos parceiros mais tradicionais do Suriname, inclusive no campo militar, com acordo de cooperação já firmado.

A República do Suriname está entre as nações amazônicas de menor expressão política, econômica e militar (Tabelas Nr 01 e 03). Mantém bons laços de relacionamento regional e mundial por meio de organismos internacionais. Tem objetivo de ligar-se fisicamente com o Brasil por meio da BR-401 (via Guiana) ou por intermédio da Guiana Francesa, para estreitar os laços entre os dois países. (FACTBOOK, 2018g).

Possui extensa área florestal intacta em seu território e é caracterizado pelo alto grau de miscigenação. Possui questão territorial com a Guiana Francesa e recentemente perdeu uma disputa marítima com a Guiana, mediante resolução do tribunal da ONU. O Suriname, por seus baixos índices sociais, econômicos e militares, possui pouca condição para contribuir com o desenvolvimento regional e com a soberania brasileira na região.

3.7 VENEZUELA

A República Bolivariana da Venezuela, situada ao norte da América do Sul, com capital em Caracas, divide-se em 22 estados, um Distrito Federal e 72

dependências federais, possuindo uma grande variedade de ambientes, com regiões de praias, de montanhas, de planícies, de desertos e de selvas, num total que compreende cerca de 912.050 quilômetros quadrados de área, abrigando 31,3 milhões de habitantes, com grande parte vivendo na faixa costeira, com densidade demográfica de 34,3 habitantes por km². A maioria da população é composta de eurameríndios (67%). (Mapa Nr 8). (ABRIL, 2015 e FACTBOOK, 2018h).



Mapa Nr 8: Venezuela
Fonte: FACTBOOK, 2018h

Na região do lago Maracaibo se concentra a extração de petróleo, que é responsável pelo maior volume das exportações. A Venezuela é detentora de uma das maiores reservas petrolíferas do hemisfério ocidental e integrante da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O setor industrial, exceto a petroquímica, e a agropecuária do país são insuficientes, acarretando a extrema dependência de importações.

Até a década passada, a República Bolivariana da Venezuela possuía um dos melhores indicadores socioeconômicos da região, baseado na exportação do petróleo. Como sua economia é dependente do petróleo, a queda dos preços do petróleo, desde 2014, agravou a crise econômica da Venezuela, causando uma baixa nos indicadores sociais básicos (Tabela Nr 01). (FACTBOOK, 2018h).

Durante os mandatos de Hugo Chavez (1999 a 2013) e de seu sucessor, Nicolas Maduro, o poder executivo tem exercido um controle cada vez mais autoritário sobre outros ramos do governo. Simultaneamente, as instituições

democráticas continuam a deteriorar-se, as liberdades de expressão e a imprensa são reduzidas, e a polarização política tem crescido. (FACTBOOK, 2018h).

Na última década, tem aumentado o número de acordos com a Rússia e a China nas áreas científica, construção civil e de comércio de Material de Emprego Militar (MEM), para modernizar suas Forças Armadas. Sua corrida armamentista gerou desconforto com a Colômbia e com a Guiana, países com quem tem questões de limites fronteiriços. (FACTBOOK, 2018h e IISS, 2018).

A situação atual da Venezuela inclui: violações dos direitos humanos; crimes violentos desenfreados; inflação muito elevada; escassez generalizada de bens de consumo básicos, remédios e suprimentos médicos; aumento da migração venezuelana para vários destinos de todos os continentes; e o aumento dos casos de doenças virais.

Em 2018, o Brasil, a Colômbia e o Peru, entre outros países, solicitaram a suspensão de suas participações em reuniões junto à UNASUL, motivada pelo impasse com o governo da Venezuela em relação à escolha do secretário-geral da organização, e também, ocorreu a votação a favor da resolução que decidirá pela suspensão da Venezuela da OEA, pelo descumprimento à Carta Democrática Interamericana. (OEA, 2018 e UNASUL, 2018a).

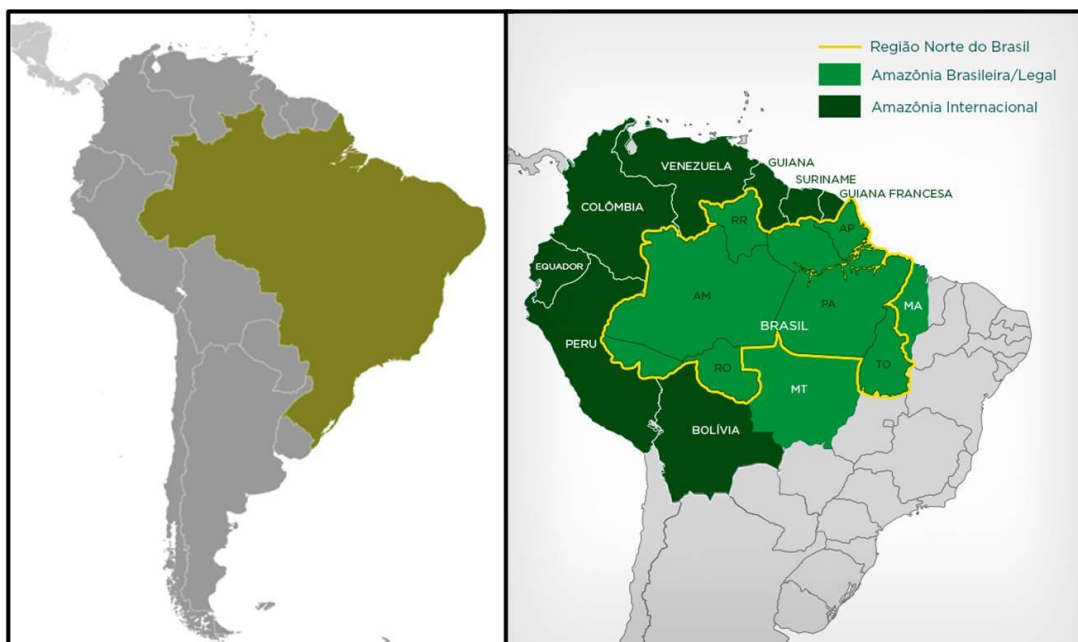
A crise política na Venezuela tem agravado a sua situação socioeconômica e desgastado sua confiança entre seus vizinhos diretos (Brasil, Colômbia e Guiana). A Venezuela, na atualidade, pode ser considerada um dos principais entraves para o avanço da integração pan-amazônica, pois seus problemas têm transbordado seus limites territoriais e gerado problemas ao seu entorno fronteiriço, podendo vir a comprometer a segurança e defesa da região.

3.8 BRASIL

A República Federativa do Brasil, com sua capital em Brasília, possui 8.515.770 de quilômetros quadrados e está situada no centro-leste da América do Sul, sendo banhado exclusivamente pelo oceano Atlântico. Está dividida em 26 estados e um Distrito Federal, organizados em 5 regiões naturais: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. Possui cerca de 16.900 quilômetros de linha de fronteira, com a maioria dos países sul-americanos, exceto o Equador e o Chile (Mapa Nr 9).

A população brasileira conta com 207,3 milhões de habitantes, com uma densidade demográfica de 24,3 habitantes por quilômetro quadrado, tendo cerca de 46,3% de brancos e 44,9% de pardos. De maneira geral, encontra-se distribuída irregularmente com a sua maioria ocupando a faixa litorânea (300 quilômetros), nos seus 7.367 quilômetros de costa, entre as regiões Sul e Nordeste. (ABRIL, 2015).

O Brasil está entre as dez maiores economias do mundo, mas está se recuperando de uma recessão entre 2015 e 2016, considerada a pior da história do país. A queda nos preços das commodities reduziu as receitas de exportação e o investimento, o que enfraqueceu o real e reduziu as receitas tributárias.



Mapa Nr 9: Brasil e Amazônia Legal Brasileira

Fonte: FACTBOOK, 2018i e PORTALPARAMAZÔNIA, 2018 (adaptado pelo autor).

A Amazônia Legal Brasileira (ALB), conceito criado na década de 50, possui uma extensão de pouco mais de 5 milhões de quilômetros quadrados (Mapa Nr 9). Corresponde a 60% do território nacional e está distribuída pelos seguintes estados, Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão (que está localizada a oeste do meridiano 44).

Em 2017, o Brasil solicitou adesão à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e permanece aguardando a resposta oficial. Além dos organismos internacionais já apresentados anteriormente, o Brasil integra o G-20, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o que vem facilitando a sua maior

integração no contexto mundial e sul-americano. Por seu peso político-econômico no subcontinente sul-americano, o Brasil tem pleiteado uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. (FACTBOOK, 2018i).

O Brasil ocupa o segundo lugar entre os maiores consumidores de cocaína do mundo e tem sido um país de transbordo de cocaína boliviana, colombiana e peruana para a Europa, e também usado pelos traficantes como uma estação de caminho para transbordos aéreos de narcóticos entre o Peru e a Colômbia. (FACTBOOK, 2018i).

A crise da Venezuela e a conseqüente migração de venezuelanos para o estado de Roraima têm causado problemas (segurança pública e saúde) na fronteira entre os dois países, levando o Brasil a tomar medidas voltadas a prestar ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos e ao controle da fronteira.

O governo brasileiro mantém bom relacionamento com os demais países sul-americanos, buscando a solução pacífica das crises. Nos recentes desentendimentos entre países vizinhos, o governo brasileiro contribuiu significativamente para que fossem selados acordos políticos ou econômicos de maneira amistosa e equilibrada, na busca incessante pelo desenvolvimento harmonioso de toda a região. O Brasil não possui pendências ou disputas territoriais com as nações do subcontinente, pois todas suas fronteiras atuais foram demarcadas até o início do século XX. (ABRIL, 2015).

O País vem sofrendo continuamente pela falta de políticas públicas de Estado, acarretando uma péssima infraestrutura de transportes, baixa qualidade da educação e da saúde, bem como, as seguidas crises estaduais na segurança pública. Tudo isso causado, parcialmente, pela corrupção que envolve boa parte dos dirigentes da vida política do país, nas esferas municipal, estadual e federal, dos três poderes.

3.9 CONCLUSÃO PARCIAL

A semelhança histórico-cultural da maioria dos países amazônicos tem facilitado a aproximação e comunicação entre eles, pois têm as mesmas raízes originárias da colonização dos povos da Península Ibérica.

O principal aspecto para a integração entre os Estados da região é o fisiográfico, posto que todos possuem, em maior ou menor escala, parte de seus

territórios cobertos pela floresta amazônica. A região tem como núcleo o Brasil, uma vez que é o país que possui a maior extensão e fronteira com quase todas as nações amazônicas. Atualmente, há a relevância das questões ambientais e o Brasil, detentor da maior parte desta rica área verde, tem sofrido ações de organismos internacionais sobre a preservação da região.

Todos os países amazônicos participam de organismos políticos e econômicos, regionais e mundiais, ressaltando-se que também criaram blocos econômicos sub-regionais bem sucedidos (CAN, CARICOM e MERCOSUL), com enorme significado para a OTCA, por demonstrar que as nações amazônicas possuem larga experiência no sentido de harmonizar interesses coletivos, o que facilitará os próximos passos de integração amazônica.

A Pan-Amazônia pode ser considerada como uma das áreas mais desmilitarizadas do mundo, ao se projetar os efetivos militares totais existentes na sua grande área física total, bem como pelos parques investimentos em defesa, com exceção para o Brasil e a Colômbia. Todos os países já possuem a estrutura de Ministério da Defesa, o que facilita a cooperação da diplomacia militar.

Exceto o Brasil, os demais países possuem sua economia baseada na exportação de recursos minerais, na maioria petróleo e gás, acarretando considerável dependência externa. Os recursos naturais são diversificados e abundantes, baseando-se no Brasil pode-se afirmar que há um médio grau de complementaridade entre os países amazônicos, pois o Brasil reúne plenas condições de atender às necessidades dos seus vizinhos no setor industrial e agropecuário, em troca de necessidades em recursos minerais.

A presença de grupos guerrilheiros na Colômbia e no Peru mantém a estabilidade política destes países em constante situação de alerta, podendo extrapolar as fronteiras e vir a perturbar a ordem de toda a região. A questão do narcotráfico, particularmente na Bolívia, na Colômbia e Peru, tem prejudicado a imagem da região. A existência de contenciosos sobre disputas territoriais entre alguns países, pode vir a comprometer os objetivos de plena integração.

Os países da região apresentam um predomínio absoluto de governos democráticos, embora a Venezuela e a Bolívia estejam passando por uma fase de perturbação da democracia. A tônica da área tem sido a busca da solução pacífica das divergências entre as nações.

Se a Pan-Amazônia é capaz de impressionar por sua grandeza e seus potenciais, ela também chama atenção por aspectos negativos nos campos econômico e psicossocial, causados pela pouca efetividade do Estado na região. Desta forma, ela permanece vulnerável às ameaças que lá estão presentes, tais como o narcotráfico, a guerrilha, o contrabando e os crimes ambientais, além de que a sua grandiosidade segue despertando o interesse e a cobiça das grandes nações.

4 ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

“Quero renovar minha confiança de que, unidos e solidários, avançaremos melhor e mais rapidamente em benefício de todos os povos irmanados na própria ideia da Amazônia”.
(Presidente João Figueiredo – Declaração de Belém).

No presente capítulo será apresentada a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), seus antecedentes e sua evolução, seus principais aspectos institucionais e sua importante contribuição para a integração regional sul-americana.

A OTCA é uma Organização intergovernamental, constituída por oito Países Membros: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, que incentiva o desenvolvimento sustentável e a inclusão social da Região. O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), ou Pacto Amazônico, ao completar em 2018, 40 anos de criação, comemora a iniciativa pioneira para a cooperação em temas ambientais e o desenvolvimento sustentável na América do Sul.

Ao longo de sua história, o Tratado de Cooperação Amazônico veio desenvolvendo mecanismos para consolidar e institucionalizar a visão comum que move seus Países Membros. As diversas dimensões de atuação da OTCA – político-diplomática, estratégica e técnica – correspondem às diferentes instâncias do Tratado e garantem o cumprimento dos propósitos, tanto do TCA como da própria Organização. (OTCA, 2018).

4.1 ANTECEDENTES E EVOLUÇÃO

Durante a reunião da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1946, em Londres, o representante do Brasil, Paulo Berredo Carneiro, apresentou a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA), destinado à promoção de pesquisas científicas sobre a flora e fauna amazônica. Os países amazônicos, posteriormente, não ratificaram o acordo de criação do IIHA por considerarem uma tentativa velada para limitar a soberania sobre os seus territórios e recursos naturais na Amazônia. (MATTOS, 1980).

Pode-se considerar o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica o antecessor direto do Tratado de Cooperação Amazônica. Esta organização internacional baseava-se na consciência do governo brasileiro de que não dispunha de meios, dos recursos financeiros, da infraestrutura e do pessoal qualificado, para desenvolver a Amazônia, da mesma forma, os países que compartilham a região também não podiam sobrepor-se à falta de recursos. Somou-se ainda forte oposição de setores das forças armadas, acarretando que o seu idealizador, o Brasil não ratificasse o referido acordo. Assim, o insucesso do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica fez com que a região saísse novamente da pauta da política externa brasileira. (ANTIQUERA, 2006).

Os anos finais da década de 1970 testemunharam mudanças importantes no relacionamento entre os países amazônicos, no início a aproximação se dava de modo bilateral e, em seguida, fortaleceu o caráter multilateral culminando, em 1978, com a celebração do TCA – Tratado de Cooperação Amazônica. (QUIROGA, 2003).

O Pacto Amazônico foi firmado, em 03 de julho de 1978, pelos ministros de relações exteriores da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, entrando em vigor a partir de 20 de agosto de 1980. O TCA pode ser visto como um marco do sucesso da cooperação e das boas relações entre os países da América do Sul, em particular da região amazônica. (COSTA, 1987).

Os Países Membros concordaram com todos os 28 artigos do Tratado, que segundo observou o embaixador Rubens Ricupero, o TCA é regido por cinco princípios gerais: a competência exclusiva dos países da região no desenvolvimento e proteção da Amazônia; a soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais e a consequente prioridade absoluta do esforço interno na política de desenvolvimento das áreas amazônicas de cada Estado; a cooperação regional como maneira de facilitar a realização dos dois objetivos anteriores; o equilíbrio e a harmonia entre a proteção ecológica e o desenvolvimento econômico; e a absoluta igualdade entre todos os parceiros. (MATTOS, 1980).

Com o passar dos anos, a evolução da temática ambiental, somada à intensificação dos desafios enfrentados na região amazônica e à percepção do insatisfatório funcionamento institucional do TCA propiciou as bases para que a cooperação amazônica pudesse ser fortalecida por meio de uma Organização Internacional, dotada de Secretaria Permanente e orçamento próprio. Assim, em dezembro de 1998, os países membros firmaram Protocolo de Emenda ao Tratado

de Cooperação Amazônica, que criou a OTCA e, em dezembro de 2002, foi assinado, no Palácio do Planalto, o Acordo de Sede entre o Governo brasileiro e a OTCA, que estabeleceu a Secretaria Permanente em Brasília. Vale notar que, até hoje, a OTCA é a única Organização Internacional sediada em Brasília. (OTCA, 2018a).

Desde o longínquo 3 de julho de 1978, o Pacto Amazônico evoluiu política e institucionalmente de acordo com as circunstâncias e os problemas vividos pelos países signatários. QUIROGA e MARCOVITCH (2003), ARAUJO (2007) e SIMÕES (2012) explicam tal evolução em cinco fases distintas, conforme serão apresentadas a seguir.

4.1.1 Fase Defensivo-Protecionista (1978 a 1989)

Caracterizada pela clara intenção, liderada pelo Brasil, de demonstrar para toda a comunidade internacional e seus atores políticos mais influentes, o exercício pleno e incontestável do controle soberano de seus recursos e do destino da Bacia Amazônica pelos países que a conformam. Esta primeira década foi marcada pela ausência de atividades significativas, pois os membros do TCA encontravam-se envolvidos em questões internas, referentes à transição democrática e a reformas políticas, o que prejudicou o avanço imediato dos projetos firmados em 1980;

A consciência e a identidade amazônica não se desenvolveram de maneira harmônica entre os países membros e seus compromissos com a agenda do acordo, tendo sido esta relação irregular e intermitente. Mas sobre tudo, a crise econômica dos anos 80 assolou a região quase sem exceção, e devido à carência de recursos públicos, o Tratado se fragilizou tão logo que entrou em vigência. O TCA precisou de um mecanismo financeiro que desse impulso e continuidade às iniciativas de seus membros.

A assinatura do Pacto Amazônico foi um esforço pioneiro para criar um instrumento sul-americano de cooperação para o desenvolvimento da Amazônia, que a princípio, constituiu uma resposta às pressões internacionais em matérias ambientais. Embora a primeira década tenha sido um período com escassa atividade, assentaram-se as bases para a construção de um mecanismo entre os países membros com acordos e projetos conjuntos, em seu afã de melhorar as condições do desenvolvimento nesta parte do subcontinente.

4.1.2 Fase de Incentivo e Fortalecimento Político (1989 a 1994)

Teve início com a I Reunião de Presidentes, em Manaus, a qual foi marcada pela renovação do compromisso político assumido pelos países membros, quando da assinatura do Tratado. Um fator central naquele momento foi a necessidade de atuar mais adequadamente para participar de maneira influente na agenda global do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Além disso, uma maior e melhor organização e participação da sociedade civil – principalmente redes de ONG – em tarefas ambientalistas e de desenvolvimento sustentável influía progressivamente nas decisões governamentais.

O Tratado de Cooperação Amazônica tinha deixado de ser um organismo constituído sob uma lógica predominantemente defensiva, passando para a preponderância da vontade de desempenhar um rol ativo nos temas de sua competência. Firmou-se o conceito de desenvolvimento sustentável como senso comum entre os signatários do TCA. As Comissões Especiais – Saúde, Infraestrutura, Educação e Turismo, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Assuntos Indígenas – ampliaram suas ações e iniciaram o estabelecimento de canais de cooperação entre os governos amazônicos, como também com agências internacionais, aumentando a troca de experiência e captando apoio financeiro.

Em 1992, quando da realização da ECO-92, na cidade do Rio de Janeiro, devido à Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e graças à participação ativa dos sócios amazônicos, recolheu-se em boa medida a perspectiva dos países em desenvolvimento e estabeleceu um marco de diálogo com os países mais desenvolvidos equitativamente.

4.1.3 Fase de Amadurecimento Institucional (1994 a 2002)

Esta fase coincide com a iniciativa de criação da Secretaria Permanente do TCA e sua transição para OTCA. Em 1994, logo que o acordo recebeu forte impulso político e foi reativado mediante a criação de novas comissões especializadas, os países se deram à tarefa de pensar na criação de um órgão permanente do TCA. Este interesse já mostrava um processo de maturidade do Tratado em termos do compromisso político de seus membros e do grau de envolvimento e impulso para o cumprimento dos seus objetivos.

Os países amazônicos resolveram adotar um instrumento de maior representação institucional e de caráter permanente para poder cumprir melhor os

propósitos a que haviam se comprometido. Em outubro de 1998, durante a IX Reunião Ordinária do Conselho de Cooperação Amazônica, os representantes nacionais finalmente acordaram sobre o conteúdo de um documento que desse passo às mudanças no funcionamento do Tratado. As mudanças institucionais continham os resultados acordados em três áreas importantes: o Protocolo de Emenda do Artigo XXII do TCA que trata sobre a Secretaria “*Pro Tempore*”; o Regulamento da Secretaria Permanente; e o Regulamento da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação.

Em agosto de 2002, criou-se efetivamente a OTCA, dotada de personalidade jurídica, sendo competente para celebrar acordos com as partes contratantes, com Estados não membros e com outras organizações internacionais, sendo definida, como sede da Secretaria Permanente, a cidade de Brasília. Esta determinação chave na evolução institucional para a OTCA procurava uma revitalização do Pacto Amazônico, adaptando-o às novas circunstâncias internacionais de meio ambiente e desenvolvimento.

4.1.4 Fase de Consciência Pan-Amazônica (2002 a 2009)

Em agosto de 2003, todos os países membros do Tratado completaram o depósito de ratificação da Emenda ao TCA ante o governo do Brasil, de modo que a partir desse momento entraram em plena vigência a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e sua Secretaria Permanente. Com a elevação do Pacto à categoria de organismo internacional – a OTCA – buscou-se implementar medidas que intensifiquem as integrações regionais, valendo-se das bases já existentes, pelas participações de países amazônicos em diversos organismos internacionais.

Em 2004, foi aprovado o Plano Estratégico 2004-2012, como instrumento de visão de longo prazo, para orientar a formulação, a execução e o acompanhamento de projetos, programas e iniciativas viáveis de alcance regional, visando avançar em seus propósitos, a partir de quatro eixos estratégicos: conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis; gestão do conhecimento e intercâmbio tecnológico; integração e competitividade regional e fortalecimento institucional.

As ações da Organização são calcadas nas reuniões dos ministros de relações exteriores dos países membros. Em 2004, durante a VIII Reunião celebrada em Manaus, foi acordado sobre uma reunião dirigida para avançar na interlocução política sobre questões específicas de interesse dos Estados Membros,

tais como: Defesa e Segurança Integral da Amazônia; Desenvolvimento Social; Infraestrutura e Integração Física; Comércio e Integração; Ciência e Tecnologia; e Biodiversidade e Propriedade Intelectual. Destaca-se que pela primeira vez, falava-se em debater a segurança e defesa da Pan-Amazônia, em vista do amplo espectro de ameaças de caráter transnacionais que já afetavam a região.

Em julho de 2006, a OTCA realizou a I Reunião de Ministros da Defesa dos países signatários, na Colômbia, para abordar especificamente a temática da segurança e defesa da Amazônia, tratando-se de um novo marco na integração regional, pois se ampliava os objetivos de cooperação, deixando de preocupar-se meramente com aspectos econômicos, psicossociais e ambientais, com a expectativa de que viesse a contribuir significativamente para a garantia da manutenção da soberania e integridade territorial de cada país amazônico.

Naquela ocasião, reconhecendo a necessidade de enfrentar os temas de Segurança e Defesa na região amazônica, o representante peruano apresentou a proposta de criação de uma Comissão Especial sobre Defesa e Segurança Integral da Amazônia, recebendo o beneplácito da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Suriname, recomendando à próxima Reunião de Ministros de Relações Exteriores da OTCA, a criação desta comissão especial com base no Artigo 24 do Tratado de Cooperação Amazônica com a finalidade de apoiar as políticas setoriais dos eixos da OTCA. (OTCA, 2007).

4.1.5 Fase de Revitalização da OTCA (a partir de 2009)

Em novembro de 2009, ocorreu a III Reunião dos Presidentes dos Países Amazônicos, quando os Chefes de Estado encarregaram os seus Ministros das Relações Exteriores de preparar uma nova Agenda Estratégica da OTCA com vistas a fortalecer o processo de cooperação, com ações de alcance regional que apoiem as iniciativas nacionais. Após um amplo processo de consulta, de diálogos setoriais regionais e de levantamento de informações nos Países Membros, ocorrido no âmbito do processo de revisão do Plano Estratégico 2004-2012, os Ministros das Relações Exteriores aprovaram na X Reunião, realizada em Lima, em novembro de 2010, a atual Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica, com um horizonte de implementação de oito anos.

A nova Agenda reflete as prioridades dos países amazônicos, de acordo com a realidade política e social da região, incorporando uma visão transversal e

multissetorial de todos os programas, projetos e atividades identificados, a fim de dar resposta às inquietações e solicitações dos Países Membros do TCA.

Além disso, a Nova Agenda traz uma abordagem temática que integra os âmbitos do TCA, tais como: florestas; recursos hídricos; gestão, monitoramento e controle de espécies da fauna e flora selvagens ameaçadas; áreas protegidas; uso sustentável da biodiversidade e promoção do biocomércio assuntos indígenas; gestão do conhecimento e intercâmbio de informação; gestão regional de saúde; infraestrutura e transporte; navegação comercial e turismo; além de temas emergentes como desenvolvimento regional, mudanças climáticas e energia.

Passados quinze anos da constituição da Secretaria Permanente da OTCA, atualmente a Organização experimenta processo de relançamento e de fortalecimento que foi impulsionado em novembro de 2009, por ocasião da Cúpula dos Presidentes Amazônicos, da qual emanou a Declaração de Manaus. Na oportunidade, os Chefes de Estados decidiram:

“dar à OTCA um papel renovado e moderno como fórum de cooperação (...), reconhecendo ser o desenvolvimento sustentável da Amazônia uma prioridade, por meio de uma administração integral, participativa, compartilhada e equitativa, como forma de dar uma resposta autônoma e soberana aos desafios ambientais atuais”. (OTCA, 2011).

Faz-se necessário destacar que não há registros sobre novas discussões a cerca de defesa e segurança da Pan-Amazônia, desde a I Reunião de Ministros de Defesa da OTCA, ocorrida em 2006, mesmo tendo sido proposto pelo representante peruano para a criação da Comissão Especial sobre Defesa e Segurança Integral da Amazônia, a partir da X Reunião de Ministros de Relações Exteriores da OTCA, que ocorreu em 2010. Talvez motivado pela coincidência do período, em que houve esforços para a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e seu Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). (OTCA, 2011).

4.2 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A seguir, serão apresentados alguns aspectos institucionais da OTCA para proporcionar um entendimento geral da organização. Dentre outros, destacam-se: a Secretaria Permanente, as suas instâncias, sua visão e a sua missão

organizacional, bem como os seus eixos estratégicos transversais e seus objetivos estratégicos.

A OTCA como instância de acordo, colaboração e cooperação intergovernamental representa um instrumento valioso para seus Estados membros, a fim de definir melhores condições para a sua inserção internacional.

A particularidade do entorno regional da OTCA atribui a si mesma um roteiro indissolúvelmente ligado ao destino da integração sul-americana em um sentido amplo: os governos dos países amazônicos e a gestão da organização empenhados nos interesses comuns da região. (QUIROGA, 2003).

4.2.1 Secretaria Permanente

A Secretaria Permanente da OTCA, sediada em Brasília, teve sua estrutura alterada em 2010, passando a contar, dentre outros setores, com as seguintes Coordenadorias: de Saúde; Assuntos Indígenas; Transporte, Infraestrutura, Comunicação e Turismo; Meio Ambiente; e Ciência, Tecnologia e Educação. (OTCA, 2004a e 2011).

A Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (SP/OTCA) é o órgão auxiliar executivo das instâncias políticas do Tratado de Cooperação Amazônica, com capacidade de firmar acordos e assumir compromissos em nome da OTCA quando os Países Membros assim o autorizem por unanimidade. A SP/OTCA é encarregada de promover a Organização como foro de intercâmbio, conhecimento, projeção conjunta assim como de executar as ações de cooperação previstas no TCA com base ao que foi encomendado pela Reunião de Ministros de Relações Exteriores e pelo Conselho de Cooperação Amazônica (CCA).

Na execução destas ações a SP/OTCA tomará em consideração as recomendações formuladas pela Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR).

4.2.2 Instâncias

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) tem as seguintes instâncias (OTCA, 2011):

- Reunião de Ministros das Relações Exteriores: órgão supremo de decisão e responsável por fixar as diretrizes básicas da política comum, avaliar iniciativas desenvolvidas e adotar as decisões necessárias;
- Conselho de Cooperação Amazônica (CCA): composto por representantes diplomáticos de alto nível dos Países Membros. Suas atribuições são: velar pelo cumprimento dos objetivos e finalidades do TCA e pelo cumprimento das decisões adotadas nas reuniões de Ministros de Relações Exteriores;
- Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR): é o órgão consultivo e auxiliar do CCA, sendo integrado por representantes dos Países Membros acreditados ante a OTCA; e
- Comissões Nacionais Permanentes (CNP): cada País Membro conta com seus encarregados da execução das disposições das instâncias da Organização, reunindo, com orientação das Chancelarias, todas as entidades responsáveis pelo desenvolvimento e cooperação amazônica em seus respectivos territórios.

A Comissão Nacional Permanente do governo brasileiro, foi criada por meio do Decreto Presidencial de 08 de novembro de 2002, sendo estabelecido que a Comissão é presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores ou por diplomata por ele indicado, sendo integrada por um representante de cada Ministério e órgão a seguir indicados: das Relações Exteriores; do Meio Ambiente; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Ciência e Tecnologia; da Justiça; da Saúde; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Educação; do Turismo; dos Transportes; das Comunicações; da Defesa; e Casa Civil da Presidência da República. Destaca-se que desde 2002, já estava previsto um representante do Ministério da Defesa na CNP no Brasil, como nos demais países amazônicos. (BRASIL, 2018g e OTCA, 2004a).

A Reunião dos Presidentes dos Países Amazônicos não é uma instância ordinária do Tratado. Trata-se de um foro fundamental para o diálogo sobre os interesses comuns, o intercâmbio de opiniões acerca dos temas que afetam a região, e o consenso quanto às ações orientadas a alcançar o desenvolvimento da região através de políticas e estratégias comuns. Até o corrente ano, ocorreram apenas três reuniões dos Chefes de Estados da OTCA, em 1989, 1992 e 2009.

4.2.3 Visão e missão

Antes de apresentar a visão e a missão atuais da OTCA, faz-se necessário

destacar o que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica considera como a Visão da Região Amazônica:

“Alcançar o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica através do equilíbrio entre aproveitamento, **proteção** e conservação **de seus recursos**, respeitando uma equidade que garanta seu desenvolvimento integral sustentável, com a **presença efetiva do Estado em seus diferentes níveis de Governo** e das populações amazônicas com pleno exercício de seus direitos e obrigações à luz da legislação vigente nacional e dos acordos internacionais”. (OTCA, 2011). (grifo nosso).

A visão de uma entidade normalmente representa a situação desejável para o seu futuro, devendo ser amplamente compartilhada por seus integrantes, pois são estes que conduzirão os destinos da organização. A visão da OTCA está definida na sua Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica sendo bastante desafiadora e voltada para o atendimento dos objetivos propostos no Tratado:

“Uma Organização reconhecida nos Países Membros e no âmbito internacional como referencial em **cooperação regional**, em discussão e posicionamento em temas da agenda internacional relativos à Amazônia e em intercâmbio de experiências, atuando com **base nos princípios de pleno exercício da soberania no espaço amazônico**, de respeito e de harmonia com a natureza, de desenvolvimento integral sustentável e de redução das assimetrias dos Estados da Região”. (OTCA, 2011). (grifo nosso).

O estabelecimento da missão é normalmente o primeiro passo para o processo de planejamento, estabelecendo-se o que faz a organização. Para a OTCA, a missão atual da Organização é a seguinte:

“Ser um **fórum permanente de cooperação**, intercâmbio e conhecimento, guiado pelo princípio de redução das assimetrias regionais entre os Países Membros; auxiliar nos processos nacionais de progresso econômico-social, permitindo uma paulatina incorporação desses territórios às respectivas economias nacionais; promover a adoção de ações de cooperação regional que redundem na melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Amazônia; atuar segundo o princípio do desenvolvimento sustentável e os modos de vida sustentável, em harmonia com a natureza e o meio ambiente e levando em consideração a legislação interna dos Países Membros”. (OTCA, 2011).

4.2.4 Eixos de abordagem transversal e objetivos estratégicos

Para a execução da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica foram estabelecidos dois eixos transversais, quais sejam:

- a conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis; e
- o desenvolvimento sustentável e social.

Com a finalidade de cumprir com o previsto no TCA e em conformidade à

visão e missão institucional da Organização, foram estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos (OTCA, 2011):

- facilitar o intercâmbio e a cooperação entre os Países Membros, promovendo o desenvolvimento sustentável e modos de vida sustentáveis de caráter estratégico na região, visando melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, com ênfase nas populações vulneráveis, povos indígenas e outras comunidades tribais;

- **zelar pelo respeito** e pela promoção dos interesses e **da soberania dos Países Membros**;

- facilitar e fomentar **ações voltadas para** a preservação, **a proteção**, a conservação e o aproveitamento sustentável **da floresta, da biodiversidade e dos recursos hídricos da Amazônia**;

- promover o aproveitamento dos recursos amazônicos baseado no espírito de respeito e de harmonia com a natureza e o meio ambiente;

- promover e disseminar a cultura dos povos que habitam a Região Amazônica e fomentar o respeito e a proteção dos conhecimentos e saberes ancestrais e atuais da Região Amazônica; e

- **promover a articulação dos Planos e Programas dos Países Membros** para o desenvolvimento das populações amazônicas, dando especial atenção às populações vulneráveis, povos indígenas e outras comunidades tribais.

Nos tópicos anteriores, foram grifadas algumas expressões, tais como: proteção de seus recursos; presença efetiva do Estado em seus diferentes níveis de Governo; cooperação regional; base nos princípios de pleno exercício da soberania no espaço amazônico; fórum permanente de cooperação; zelar pelo respeito da soberania dos Países Membros; ações voltadas para a proteção da floresta, da biodiversidade e dos recursos hídricos da Amazônia; e promover a articulação dos Planos e Programas dos Países Membros.

Estas expressões possuem estreita ligação com as missões tradicionais das Forças Armadas dos países amazônicos, pois tratam de temas afetos à segurança e defesa nacionais. Desta forma, percebe-se que na estrutura da OTCA faz-se necessário a criação de uma Coordenadoria de Segurança, conforme já havia sido proposto pelo representante peruano, em 2006, quando da I Reunião de Ministros da Defesa da OTCA.

4.3 SUPORTE PARA A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Não há dúvida de que a OTCA é um instrumento contemporâneo do TCA com uma ampla visão do processo de Cooperação Sul-Sul, que fortalece a vocação dos seus governos em construir sinergias com outros atores, nações, organismos multilaterais, agências de fomento, movimentos sociais, comunidade científica, setores produtivos e a sociedade em conjunto. (OTCA, 2011).

Sobre o potencial do TCA, de contribuir para a integração regional mais ampla, Mattos (1982) já previa esta possibilidade e afirmava:

Não se deve, é claro, confundir integração geográfica com integração econômica-política, mas é fato insofismável que a primeira é um caminho para se chegar a segunda e de que esta sempre pressupõe aquela. A integração (econômico-política) é sempre regional (geográfica), como o demonstram um Mercado Comum Europeu ou um Grupo Andino. E é sintomático que, em 1980, tenham os países amazônicos se reunido, para, por meio da cooperação, **avançar no caminho da integração e solidariedade de toda América Latina.** (grifo do autor).

As iniciativas na busca de um alinhamento de políticas exteriores na região não é um processo novo. O que ocorre é que esse esforço não tem sido sistemático, nem alcançado níveis de institucionalização mais intensos. Em 1969, Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai firmaram, em Brasília, o Tratado da Bacia do Prata, para promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência.

Em 1978, foi firmado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) entre o Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, pelos quais se comprometiam a realizar esforços e ações conjuntas para promover a sua defesa e o desenvolvimento sustentável dessa região. (OTCA, 2018a).

Entretanto, essas duas últimas iniciativas revestem-se de singular importância, pois seus objetivos têm evidentes pontos em comum, e o fato de participar simultaneamente de ambos os tratados, colocou o Brasil como um traço de união entre duas redes de cooperação sub-regional que, tomadas em conjunto, cobrem praticamente toda a América do Sul. Em certo sentido, pode-se dizer que, ao promover a conclusão do instrumento amazônico, o Brasil estava antecipando outra forma de regionalismo continental, o sul-americanismo. (CASTRO, 1983).

Os países da OTCA integram alguns organismos políticos e econômicos, tais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Comunidade Andina de Nações (CAN), a Comunidade do Caribe (CARICOM), a Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), o que facilita a convergência de esforços para desenvolver a “consciência pan-amazônica”, podendo tornar-se um importante passo para a integração de toda a América do Sul, já que reúne oito dos doze países sul-americanos.

Este aspecto é ratificado pela própria OTCA, pois constam, em sua Base Jurídica, as Atas das Reuniões de Chefes de Estado e de Ministros de Relações Exteriores, onde pode ser encontrada a seguinte afirmativa:

“(...) Enfatizam sua convicção de que a cooperação e a integração dos países amazônicos contribuirá de maneira decisiva à conformação gradual de uma Comunidade Sul-americana de Nações (...) Ressaltam, que a formação de um espaço de integração política e econômica na América do Sul deve construir-se sobre as bases dos mecanismos existentes de cooperação, e neste sentido enfatizam a importância de que se fortaleçam canais de contato entre a OTCA, o MERCOSUL, a Comunidade Andina, a ALADI, e o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, o CARICOM, entre outros.” (OTCA, 2013).

Na esfera do diálogo político e na busca de consensos regionais a OTCA tem cumprido tarefas com iniciativas em áreas diversas para posicionar a Organização com importância regional e dar voz à Amazônia Continental, como exemplo a sua participação desde o momento fundador - na histórica reunião de presidentes em Cuzco – da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), atual União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). A OTCA é parte deste esforço de integração regional junto a organismos de larga trajetória, como a Comunidade Andina de Nações, o MERCOSUL e a ALADI. (OTCA, 2008).

O autor de “Eu sou da América do Sul” aborda a política externa brasileira para integração sul-americana, citando a experiência brasileira com a OTCA:

A chave para o êxito nessa empreitada continua sendo uma mescla de pragmatismo e solidariedade, dois conceitos que integram a visão da diplomacia brasileira para definir as relações com os países vizinhos. A política externa brasileira, o processo de integração sul-americana e a experiência no âmbito da OTCA demonstram que não existe incompatibilidade essencial entre interesses e valores, entre a busca de objetivos nacionais em um contexto de cooperação e a solidariedade internacional. Mais do que isso, comprova que a busca pragmática do interesse pode ser mais bem servida em uma moldura

de cooperação e equidade nas relações com os demais Estados da região e do mundo. Em nenhum outro lugar essa convergência entre solidariedade e pragmatismo em nossa política externa é mais evidente do que na América do Sul. (SIMÕES, 2012).

A Secretaria Permanente da OTCA (SP/OTCA) participou da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), quando de sua criação em dezembro de 2004, em Cuzco, no Peru, por ocasião da Cúpula de Presidentes da América do Sul. Juntamente com a CAN, o MERCOSUL e a ALADI, a SP/OTCA foi convidada a integrar tal processo que envolvia os doze países do subcontinente. A participação da OTCA neste importante projeto sul-americano, ao lado de organismos regionais já consagrados, caracteriza o respaldo crescente da organização que na época contava com apenas dois anos de criação.

O Plano Estratégico 2004-2012 (OTCA, 2004a) já ressaltava a importância da organização para a integração da América do Sul:

Dessa forma, no atual contexto regional, a OTCA se torna um instrumento contemporâneo com uma ampla visão sobre a **integração sul-americana**, que fortalece a vocação de seus governos de construir sinergias com outras nações, organismos multilaterais, agências internacionais de fomento, movimentos sociais, comunidade científica, setores produtivos e sociedade civil, na **defesa soberana da Amazônia** e na busca por seu desenvolvimento sustentável. (grifo do autor).

A União das Nações Sul-Americanas, anteriormente denominada CASA, foi efetivamente criada no dia 23 de maio de 2008, com a assinatura do Tratado Constitutivo. O documento, assinado por 11 presidentes e um vice-presidente, conferiu personalidade jurídica internacional ao subcontinente. Com este acordo a América do Sul ganhou status de organização internacional, reconhecida na ONU e capaz de negociar com outros países, blocos de países e instâncias multilaterais. Na área militar, foi proposta pelo governo brasileiro, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). (UNASUL, 2018b).

O Plano Estratégico 2004-2012 foi atualizado e substituído pela Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (2012-2020), na qual se percebe o contínuo desejo de convergência e cooperação com a UNASUL, conforme abaixo:

“Destacar a importância de um enfoque regional coordenado em assuntos de desenvolvimento sustentável. Neste contexto, instruem à Secretaria Permanente da OTCA para interagir com a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) para identificar meios que

permitam uma progressiva convergência, coordenação e colaboração conjunta.” (OTCA, 2013).

O Brasil, em conformidade com o previsto em sua Constituição Federal (CF), no artigo 4º, que rege as suas relações internacionais, tem buscado a integração econômica, política, social e cultural no âmbito da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. Baseia-se, dentre outros, nos seguintes princípios: autodeterminação dos povos, igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. (BRASIL, 2000).

Neste sentido, as históricas e importantes iniciativas brasileiras de integração da Bacia do Prata e do TCA, e mais recentemente da UNASUL, ratificam a necessidade de o Brasil não abrir mão de seu protagonismo e de sua liderança regional, na busca da convergência de esforços para o fortalecimento da OTCA e da América do Sul.

4.4 CONCLUSÃO PARCIAL

A proposta de criação e o posterior desenvolvimento do TCA caracterizam que houve um adensamento e um fortalecimento dos objetivos iniciais, consagrados no documento de 1978. A iniciativa e o protagonismo da liderança brasileira foram fundamentais para as transformações ocorridas pelo Tratado, deixando de ser considerado simplesmente como um processo cooperativo de uma região comum que ao longo do tempo se aperfeiçoa.

Durante a evolução do TCA, o período de 1989-1994, ficou marcado pelo importante passo para a integração da América do Sul, com a proposta, feita em 1993, de transformação da Secretaria “*Pro Tempore*” em Secretaria Permanente.

Em meados da década de 1990, os Países Amazônicos decidiram pela transformação em organização internacional, para dar maior operacionalidade à secretaria, que passará a ser permanente. Em 1998, é assinado o protocolo de emenda ao Tratado e, em 2002, foi criada efetivamente a OTCA, sendo instalada a Secretaria Permanente em Brasília, deixando de ser um mecanismo fechado e passando a uma postura aberta e até convidativa com relação ao resto do mundo.

Entre 2002 e 2009, caracterizou-se pela fase da consciência pan-amazônica, pois, com a elevação do Pacto à categoria de organismo internacional buscou-se

implementar medidas que intensifiquem as integrações regionais, valendo-se das bases já existentes, pelas participações de países amazônicos em diversos organismos internacionais. Destacam-se, ainda, a elaboração do Plano Estratégico 2004-2012 e a I Reunião dos Ministros de Defesa da OTCA.

A partir de 2009, a OTCA vivenciou a III Reunião dos Presidentes dos Países Amazônicos e ainda, a aprovação da nova Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (2013-2020), renovando a estrutura e atualizando seus projetos e seus programas.

Excluindo-se apenas a Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, oito países sul-americanos pertencem à OTCA e integram outros importantes organismos internacionais e regionais, no campo político e econômico, o que tem facilitado sobremaneira as relações no subcontinente. É justo supor que a OTCA tem contribuído para o entendimento regional, a exemplo da criação da UNASUL, onde atuou ativamente desde os primórdios, em 2004, e que terá destacado papel a desempenhar no futuro, haja vista a importância estratégica da região.

A evolução da Organização em uma direção positiva necessita de avanços democráticos em cada um dos países membros e na região como um todo, para assegurar a governabilidade e beneficiar a cooperação amazônica. Benefício não somente num sentido demarcado à continuidade institucional das políticas públicas e o compromisso político de seus membros com a agenda amazônica, mas, principalmente, em termos da participação dos atores de diversas naturezas no aspecto amplo da Bacia Amazônica.

Decorridos 40 anos, desde a iniciativa brasileira para a assinatura do Pacto Amazônico até ao atual estágio de integração da OTCA, pode-se verificar que o espírito inicial de defesa da soberania e proteção dos recursos naturais foi mantido em alto grau, graças ao relacionamento amistoso entre os países membros. As dificuldades resultantes da imensidão amazônica poderão ser mais facilmente vencidas por intermédio do esforço sinérgico e harmonioso dos países que a integram, cabendo ao Brasil a responsabilidade de manter o mesmo espírito realizador e a liderança que outrora deu origem ao TCA.

Em quarenta anos de existência, a OTCA tratou efetivamente o tema Segurança e Defesa da Amazônia uma única vez, em 2006, quando da I Reunião de Ministros de Defesa da OTCA, sendo que as propostas apresentadas não foram levadas adiante, mesmo havendo um representante dos Ministérios de Defesa nas

suas respectivas Comissões Nacionais Permanentes, desde 2002. Pode-se inferir que mesmo conhecedores da problemática da região e da existência de ameaças comuns transfronteiras, a OTCA ainda não despertou para a necessária e imprescindível cooperação regional em segurança, a qual, de certa forma, é transversal às demais áreas temáticas de atuação da Organização.

5 SEGURANÇA

“A fragilidade dos meios de resistência de um povo acorda nos vizinhos mais benévolos veleidades inopinadas, converte contra ele os desinteressados em ambiciosos, os fracos em fortes, os mansos em agressivos”. (Rui Barbosa).

Não há dúvida que segurança e defesa são importantes políticas de Estado, sobre isto, David Mitrany (1990), em sua obra “ A Paz por Meio da Cooperação e Integração”, no contexto das Relações Internacionais e Ciências Políticas, faz referência às políticas públicas, separando-as em dois conceitos distintos:

- *High Politics*: abrange todas as **áreas vitais para a própria sobrevivência do Estado**, as suas principais preocupações nacionais e internacionais, aí incluindo-se a economia, **as relações exteriores, a segurança e a defesa; (grifo nosso)** e

- *Low Politics*: abrange todas as áreas que, embora contribuam para o desenvolvimento, não são absolutamente vitais para a sobrevivência do Estado, tais como as áreas sociais e ambientais, vinculadas ao bem-estar do Estado.

Segundo Barradas (2015), a partir das definições, conceitos, e ideias de autores e pesquisadores, pode-se perceber que há um núcleo comum em relação aos conceitos de defesa e segurança. A defesa seria os meios de que se utiliza o Estado para alcançar a segurança almejada. A segurança seria uma situação desejada pelo Estado, que afastaria os riscos e ameaças, seja por meio de dissuasão ou da defesa propriamente dita.

Almino (2002) caracterizou bem a interdependência entre segurança, defesa e diplomacia, ao afirmar que:

A dimensão da segurança internacional de um Estado vai muito além de sua perspectiva diplomática, e não apenas porque a política externa abrange um universo maior do que o da diplomacia. Ela depende também de suas condições políticas internas, da solidez de suas instituições e do estado de sua economia. Portanto, não é um exagero afirmar que a estratégia de segurança internacional de um Estado deve compreender investimentos na educação, a consolidação das instituições, à preservação da estabilidade econômica interna, políticas de crescimento, de distribuição de renda e a capacitação de suas Forças Armadas.

No caso do Brasil, os conceitos de Segurança e de Defesa Nacional são explicitados na Política Nacional de Defesa (PND), que é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional, coordenadas pelo Ministério da Defesa, conforme serão apresentados a seguir. (BRASIL, 2018a).

À medida que as sociedades se desenvolveram e que se aprofundou a interdependência entre os Estados, o conceito de segurança foi ampliado, requerendo medidas de largo espectro, envolvendo, além da defesa externa: a defesa civil, a segurança pública e as políticas econômica, social, educacional, científico-tecnológica, ambiental, de saúde e industrial. Permanecendo a defesa externa como papel inerente às Forças Armadas.

Dessa forma, a Política Nacional de Defesa define o conceito de segurança como sendo:

A condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos os exercícios dos direitos e deveres constitucionais. (BRASIL, 2018a).

É importante destacar que esse conceito, como foi definido, engloba desde a segurança individual até a do Estado. Como complemento a esta ideia, verifica-se que segurança é a condição na qual há a sensação de ausência de perigos ou de ameaças contra o Estado, a sociedade ou contra os indivíduos. (LIMA, 2007).

Como já se afirmou anteriormente, a segurança não pode ser associada somente ao uso da capacidade militar de um Estado, mas na adoção de medidas nos outros campos do poder que incorporam dimensões não militares, para se contrapor às ameaças. Portanto, verifica-se um caráter multidimensional, englobando, além do aspecto militar, o político, econômico, psicossocial, científico-tecnológico e mais recentemente o ambiental. Assim, a segurança pode ser caracterizada pela continuidade de medidas e ações que o Estado deve manter para com seus cidadãos e instituições, visando eliminar ou reduzir a sensação de exposição a ameaças. (LIMA, 2007).

A Organização dos Estados Americanos (OEA) considera que além das ameaças clássicas à segurança, apresentam-se outras, com características mais complexas e não-militares, tais como: o terrorismo, o crime organizado transnacional, o tráfico de drogas, a imigração ilegal, a corrupção, a degradação ambiental e a pobreza. (OEA, 2003).

O poder militar, ainda que um direito vital e irrenunciável dos Estados, passa a não ser mais sinônimo de segurança. Essa situação ocasionou um novo foco de conflito, no sentido de que a possibilidade de que esse direito legítimo dos Estados –

em possuir um adequado poder militar, mesmo com finalidades defensivas –, viesse a produzir o chamado dilema de segurança¹. (BARTOLOMÉ, 1999).

Após a apresentação de inúmeros enfoques sobre o conceito de segurança, pode-se afirmá-la como sendo uma sensação confortável, uma condição que deve gozar um Estado para considerar-se livre de ameaças ou antagonismos, sendo capaz de garantir a consecução e manutenção dos seus objetivos nacionais, que no caso do Brasil são: a democracia, a soberania, a integração nacional, a integridade do patrimônio nacional, a paz social e o progresso. (BRASIL, 2014).

5.1 SEGURANÇA REGIONAL

A importância do componente territorial nos estudos de segurança de corte regionalista descansa na regra que fundamenta a territorialidade das relações de segurança, segundo a qual a maioria das ameaças viaja mais facilmente através de distâncias curtas que através de distâncias longas. Segundo isto, a proximidade física fomenta as interações em segurança na maioria dos setores - militar, político, social, ambiental, e outros – com exceção do setor econômico. (VILLAMIL, 2012).

Lake e Morgan (1997) reconhecem como características suficientes e necessárias para formar um Complexo de Segurança Regional (CSR), as seguintes:

- a consciência dos membros que constituem uma região e a percepção de outros de que existe a referida região;
- a existência de padrões estáveis de amizade e inimizade entre as nações;
- a proximidade geográfica dos membros;
- a intensidade e regularidade das interações entre os membros, não somente em termos de segurança, mas também econômicos, políticos e culturais; e
- a existência de fatores externos que transcendam as fronteiras dos países membros e que possam converter-se em uma ampla ameaça à segurança regional.

Após o período da Guerra Fria, houve relativo enfraquecimento das guerras interestatais e pelo surgimento dos conflitos de nova geração, conhecidos como de natureza intraestatais, que ocorrem, geralmente, no interior dos Estados, tais como os étnicos ou religiosos, bem como o terrorismo conduzido por organismos não-governamentais.

1. Quando um Estado aumenta ou movimenta as suas forças em vista das mudanças ocorridas com seu possível oponente, acarretando maior gastos com defesa e ampliando as possibilidades de conflito, isto é, causar uma sensação de insegurança em seus vizinhos com os quais mantivesse uma relação conflituosa.

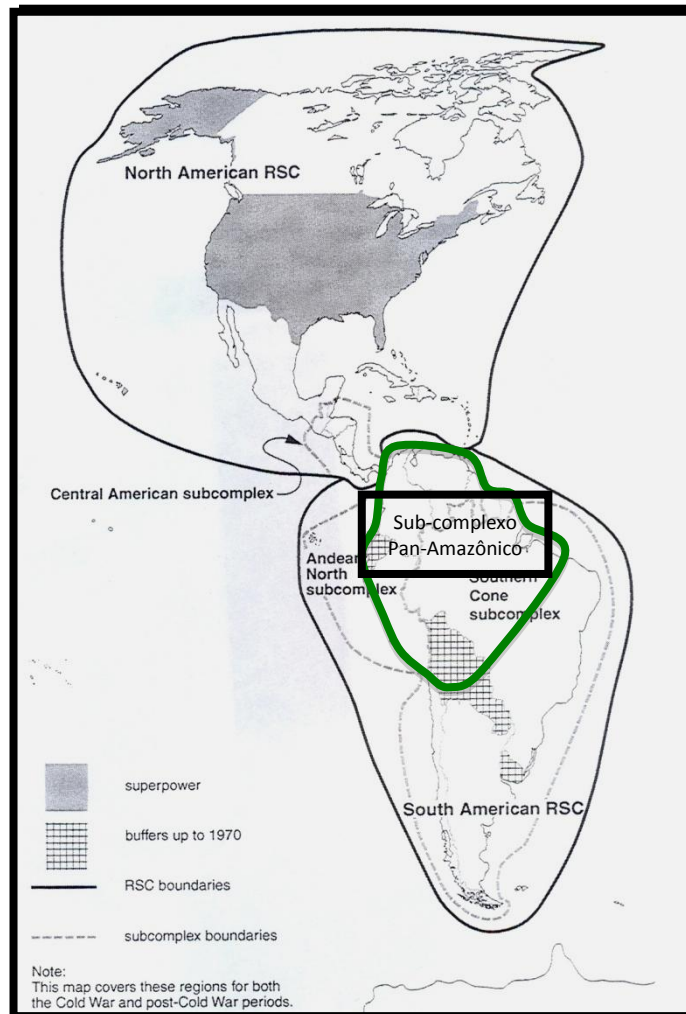
Contudo, após esse período, iniciou-se uma discussão sobre a redefinição do conceito de segurança em dois aspectos inter-relacionados: a regionalização da segurança e a ampliação de seu conceito. Para Herz (2005, p. 2):

A regionalização da segurança é hoje um fenômeno universal, estando as organizações regionais envolvidas em assuntos diversos (...). O número de organizações internacionais e o número de Estados partícipes de organizações regionais cresceram bastante após o fim da Guerra Fria, ocasião que propiciou um amplo debate sobre o novo papel dos mecanismos regionais de cooperação na produção de ordem no sistema internacional, na negociação de processos de paz, na criação de operações de paz, na produção de instituições e de normas internacionais, e o desenvolvimento de novos instrumentos analíticos para a investigação da segurança em nível regional.

Com respeito à ampliação do conceito de segurança, os debates pós-Guerra Fria aguçaram as percepções dos especialistas para a consideração de novas fontes e novos objetos de referência para ameaças. Os atentados terroristas de 11 de setembro, nos Estados Unidos da América (EUA), contribuíram de forma fundamental para essa mudança de pensamento. Sobre esse assunto, Herz (2005) considera que:

O aparecimento de novos temas (...), o estabelecimento de fortes conexões entre economia e segurança, entre política e segurança compõe este cenário. A relação entre conflitos violentos e a disputa por recursos e a percepção de que a origem e respostas às ameaças não estão limitadas à esfera militar, está cada vez mais presente na literatura especializada.

Sobre o conceito de securitização e o desenvolvimento de novos instrumentos analíticos em favor de um nível de análise regional para os problemas de segurança presentes no sistema internacional, cabe destacar a importante contribuição formulada inicialmente por Barry Buzan, na década de 1990, e posteriormente aperfeiçoada em parceria com Ole Waever (2003), retratada na Teoria dos Complexos de Segurança Regionais (CSR), onde a América do Sul constitui um CSR, o qual se subdivide em dois sub-complexos, o Norte Andino e o do Cone Sul, sendo que o Brasil integra este último. Por sua posição e dimensão, o Brasil tem a vantagem de avizinhar-se da quase totalidade dos países que compõem o sub-complexo Norte Andino, o que possibilitaria a formação de um terceiro sub-complexo na América do Sul, o sub-complexo Pan-Amazônico, conforme a Mapa Nr 10.



Mapa Nr 10: Complexos de Segurança Regionais
 Fonte: BUZAN e WÆVER, 2003. (adaptado pelo autor)

O nível regional adquiriu maior relevância para a análise das relações de segurança contemporâneas, onde se focalizam tanto as interações conflitivas como aquelas que priorizam a cooperação entre Estados. Argumentam que o cenário internacional atual, está caracterizado pelas relações regionais, as quais tendem a formar ordem de cooperação regional. (VILLAMIL, 2012).

Foi a partir da Conferência de Segurança e Cooperação da Europa (CSCE), em 1975, que surgiram as Medidas de Fomento à Confiança Mútua (MFCM), as quais foram a precursora da formação do conceito de Segurança Cooperativa, o qual empresta um caráter multidimensional à segurança coletiva ou regional, por considerar: a transparência nas relações e a solução de controvérsias, com ênfase no diálogo em foros internacionais e em soluções não-militares; a configuração defensiva de forças convencionais e a superação da dissuasão nuclear, além da resposta multilateral à agressão. (GUERREIRO, 2006).

De início, as MFCM eram voltadas para simples troca de informações genéricas, após aprimoramento, deram mais transparência e reciprocidade ao relacionamento supranacional, incluindo: a publicação dos livros brancos de defesa, realização de reuniões de ministros de defesa e de comandantes das forças armadas, a criação de organismos de consulta, a ampliação do intercâmbio militar, a notificação prévia sobre exercícios, manobras e deslocamentos de tropa, a realização de operações militares conjuntas e maior transparência na divulgação sobre aquisição de material de emprego militar. Tais medidas são mais facilmente estabelecidas e mantidas quando há similaridade histórica e geopolítica, além de objetivos e ameaças comuns, entre os interessados. (RABELLO, 2006).

O conceito de comunidade de segurança foi apresentado por Karl Deutsch, em 1957, ao evidenciar a necessidade de integração de interesses e a busca pela solução pacífica de conflitos, podendo ser interpretada como uma forma de promover relações pacíficas e preditivas entre os seus membros, construindo segurança através da cooperação. (RECH, 2017).

O termo cooperação é definido no Dicionário de Relações Internacionais, da seguinte forma:

Cooperar é agir conjuntamente com o outro, ou interagir em vista à realização de um fim comum. O sucesso na obtenção deste objectivo comum depende de (...), um consenso em relação aos fins a atingir, a existência de interesses comuns, a confiança recíproca dos actores, a elaboração em comum de um conjunto de regras, um acordo sobre o modo de coordenação das acções, a participação activa de todos os elementos. (SOUSA, 2005).

Ao se pensar em segurança e defesa coletiva faz-se necessário o entendimento das relações internacionais existentes em tempo de paz, pois será por intermédio das relações amigáveis que os países terão maior ou menor grau de afinidade para o desenvolvimento da cooperação. As relações pacíficas são divididas em: de reciprocidade (consulados e embaixadas); de cooperação (política, econômica, militar, social, humanitária, científica, cultural e técnica); e de integração (organização supranacional). Neste contexto, a atual situação de relacionamento dos países amazônicos atendem ao conceito de relações pacíficas, pois, em maior ou menor grau, mantém relações de reciprocidade, cooperação e integração, que

podem contribuir significativamente para a segurança da Pan-Amazônia. (FERNANDES, 1991).

As parcerias entre os países condôminos da Pan-Amazônia poderão ser ampliadas por intermédio da cooperação militar, através de ajuda, apoio e intercâmbios em áreas de pessoal, inteligência, ensino, doutrina, adestramento, logística e engenharia de construção, contribuindo significativamente para a projeção de poder regional. Podem ser estabelecidos acordos sobre venda, cessão e produção conjunta de material bélico, bem como parcerias em desenvolvimento científico-tecnológico e obras militares. A constituição de algo como uma “divisão de cooperação militar” no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) permitiria: coordenar a cooperação militar; realizar estudos estratégicos nos assuntos de interesse coletivo; adestrar forças combinadas em exercícios de campanha; e estabelecer doutrinas e métodos de planejamento para a ação combinada. (ROCHA PAIVA, 2013).

Para se formular um sistema de segurança e defesa da Amazônia é necessário compreender que há obrigatoriedade de definição de interesses, objetivos e ameaças ou óbices comuns, bem como a identificação do grau de poder da região, este entendido como o conjunto de recursos integrados, de toda ordem, de que dispõem os países amazônicos para alcançar e manter seus referidos objetivos ante os antagonismos e obstáculos existentes. Os problemas de segurança são integrais e, para a Pan-Amazônia em seu conjunto, são mais de ordem econômica, social e política do que militar e estratégica. (JARRIN, 1989).

Devem-se diferenciar os conceitos de segurança coletiva e de defesa coletiva. Esta última, por ser mais restrita, implica em uma aliança militar estabelecida com outros Estados para proteção mútua contra um ataque externo. Enquanto que a primeira é um conceito mais amplo que, além de abranger a defesa coletiva, não considera, necessariamente, o uso da força para a resolução das controvérsias internacionais, a não ser em casos de violação da paz. (BARTOLOMÉ, 1999).

Para Jarrin (1989), um sistema de segurança e defesa coletivo deve possuir dois compromissos políticos como componentes essenciais:

- o estabelecimento de uma Zona de Paz entre os Estados da região; e
- criar um Sistema de Segurança centrado em um Tratado de Defesa Regional, destinado a atender, tanto os aspectos da paz e da estabilidade, como os que se refiram às vulnerabilidades política, econômica e financeira. Devendo este tratado ter a seguinte conformação: um órgão de consulta e

coordenação; um Estado-Maior de Defesa; realização de reuniões periódicas de chefes das forças armadas; e uma academia de defesa.

Para o Brasil e demais países vizinhos, o desafio de segurança e defesa da Amazônia, dentro da nova ordem mundial, está no seu desenvolvimento. Este só será possível através da cooperação e da integração entre nações, que trará no seu bojo o fortalecimento das relações de segurança, que serão, por concepção, coletivas. O sistema de segurança coletivo perdeu seu caráter universal, para restringir-se a determinadas áreas geográficas e assumir proporções limitadas. (FERRAZ, 1996).

As verdadeiras e mais concretas ameaças relativas à região vêm do aparecimento de bandeiras como as do meio ambiente, direitos humanos das minorias indígenas, contenção da produção, comércio e uso de drogas, que podem gerar possibilidades de intervenção das potências mundiais e afetam igualmente a todos os países da área.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) caracteriza-se pela construção de espaço político de diálogo sub-regional, visando desenvolver temas nos âmbitos político, econômico e social, priorizando ações nas áreas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, assuntos indígenas, gestão regional de saúde, infraestrutura e transporte, turismo, energia, mudanças climáticas e desenvolvimento regional.

Em julho de 2006, a OTCA realizou na Colômbia, a I Reunião de Ministros da Defesa, sobre Defesa e Segurança Integral da Amazônia, caracterizando o interesse regional sobre o assunto e dando importante passo para a ampliação da cooperação de segurança e defesa. Durante a Reunião de Ministros de Defesa da OTCA, o representante do governo peruano apresentou a proposta de criação da Comissão Especial de Defesa e Segurança Integral da Amazônia, que mesmo tendo boa aceitação por todos os presentes, até o corrente ano, não foi estabelecida. (BRASIL, 2007e).

O consenso geral da I Reunião de Ministros de Defesa da OTCA, obtido a partir da leitura da sua ata, é de que se reiterou a importância de fortalecer os laços de cooperação entre os membros para combater mais efetivamente as ameaças presentes na região, por seu caráter transnacionais. Ainda, destacou-se a importância da Amazônia como reserva ecológica, fonte de recursos hídricos e como o mais rico ecossistema do planeta, o qual está ameaçado pelo tráfico de espécies,

pelo desmatamento, pela contaminação dos rios e por cultivos ilícitos. Estabeleceu-se, também, que a cooperação entre os países amazônicos poderá ser reforçada por meio do incremento do intercâmbio de informações entre os organismos competentes, pois a coordenação de esforços e a cooperação são as melhores e mais eficientes ferramentas na luta contra os problemas amazônicos, devendo-se concentrar nas zonas de fronteira, respeitando-se os limites legais de cada país e as normas do direito internacional. (BRASIL, 2007e).

Sobre a ideia de integrar pensamentos de segurança no âmbito amazônico, Argemiro Procópio (2005) referiu-se:

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica precisa abrir caminhos para estratégias integradas de segurança na Amazônia. Necessita tornar realidade espaços econômicos comuns articulando em conjunto políticas sejam comerciais, sejam culturais. Os oito amazônicos, se unidos, usufruirão de respeito e força no cenário internacional desde que ponham ordem no emaranhado indecifrável de legislações nacionais buscando comportamentos e normas jurídicas supranacionais.

Para Mattos (1995) há pontos que concorrem favoravelmente para a adoção de uma segurança coletiva entre os países amazônicos, a saber:

- solução pacífica de controvérsias, assim entendida a negociação direta, a mediação, o processo judicial e a arbitragem;
- a existência política de um Estado independente e do seu reconhecimento pelos outros Estados;
- a jurisdição dos Estados nos limites do território nacional, exercem igualmente sobre os habitantes, sejam nacionais ou estrangeiros;
- não são reconhecidas as aquisições territoriais ou vantagens especiais obtidas pela força ou por qualquer outro meio de coação;
- é reconhecido o direito de emprego de força para manutenção da paz e da segurança continentais;
- os Estados americanos condenam a guerra de agressão e entendem que a vitória não dá direitos;
- a justiça e a segurança social são bases de uma paz duradoura; e
- a solidariedade dos Estados americanos e os altos fins a que eles visam requerem a organização política dos mesmos com base no exercício efetivo da democracia representativa.

A América do Sul já possui uma Zona de Paz estabelecida; realiza periodicamente reuniões de cúpula dos presidentes, ministros de defesa e dos comandantes dos exércitos; criou o Conselho de Defesa Sul-Americano, portanto pode-se afirmar que a Pan-Amazônia, que representa dois terços do subcontinente sul-americano, reúne muito boas condições de consolidar sua cooperação de segurança e defesa, com base no seu organismo regional já consolidado que é a OTCA, ampliando a integração regional além do campo político, econômico e social.

Não significa que os países amazônicos tenham de desenvolver uma capacidade militar capaz de fazer frente a qualquer uma das grandes potências militares, mas sim na manutenção de forças armadas suficientes para dissuadirem os países mais poderosos em impor suas vontades, contrariando os interesses regionais. Paralelamente, faz-se necessário a condução da persuasão política (diplomática), a qual apresentará maior resultado se levada a efeito por um organismo regional, como pode ser o caso da OTCA. (BRASIL, 2004b).

Nesta ordem de ideias, a percepção de ameaça já não se centra no Estado e no tema militar especificamente, senão que se iniciam a incluir dentro da agenda possível de ameaças: o terrorismo, o crime organizado, as drogas, a corrupção, o tráfico de armas, o contrabando, a segurança sanitária, a pobreza extrema, os desastres naturais, as migrações transnacionais, as questões ambientais e indígenas, entre outros. Estas novas ameaças levam os Estados a assumir uma cooperação para afrontar as mesmas. Daí que a cooperação e, em maior medida, a integração se convertam na ferramenta mais eficaz para enfrentar as ameaças à segurança que afronta a América do Sul, em especial a Pan-Amazônia.

Compreende-se como ameaça as posições contrárias ao cumprimento dos objetivos dos Estados, sendo que a sua correta percepção e estudo constitui-se como uma das variáveis mais importantes para definir as políticas e estratégias de segurança e de defesa de uma Nação. (JOHNSON e FERNANDEZ, 1993).

Bartolomé (1999) entende que as ameaças podem ser consideradas como fenômenos que podem desestabilizar os sistemas social, econômico e político de um Estado e/ou reduzir as suas capacidades em apresentar uma defesa adequada de tais sistemas.

A maior ameaça contra a soberania da Pan-Amazônia está sendo desencadeada pelos próprios países, em virtude da pouca presença dos Estados nos rincões isolados da Amazônia, motivada pelos desafios colossais ali

apresentados. Esta grave vulnerabilidade deve ser eliminada, não apenas pela presença militar como no passado, mas com todas as expressões do poder nacional. A cooperação regional no ambiente amazônico tem condições de contribuir para a melhora da integração regional e, por conseguinte para o desenvolvimento sustentável da região, o que favorecerá para a redução de tão grave vulnerabilidade.

Na América do Sul, delinea-se uma clara tendência de cooperação em matéria de segurança e defesa. Essa tendência tem sido constantemente reforçada desde a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e, especialmente, do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Vê-se surgir na América do Sul uma comunidade de segurança, motivada pelo fato de os países vizinhos compartilharem experiências históricas comuns, desafios de desenvolvimento semelhantes e regimes democráticos, que facilitam a compreensão recíproca e propiciam uma acomodação pacífica dos diversos interesses nacionais. (BRASIL, 2012b).

No sentido da integração regional, o governo brasileiro participou da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), visando integrar os processos regionais desenvolvidos no âmbito do Mercosul e da Comunidade Andina. Já em abril de 2007, adotaram o nome atual de União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). (UNASUL, 2018a).

Em maio de 2008, a UNASUL estabeleceu a sede permanente da Secretaria-Geral, no Equador, e do seu Parlamento, na Bolívia, ambos países amazônicos. Em dezembro do mesmo ano, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), como um órgão de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa no nível sul-americano, que estabelece “a troca de informações e experiências no âmbito da defesa”. (UNASUL, 2018a e 2018b).

O Conselho de Defesa Sul-Americano é o elemento catalisador da relação cooperativa entre os estados-membros, sendo composto pelos ministros de defesa dos doze países sul-americanos, dos quais oito são amazônicos. Tem como objetivos principais: consolidar uma zona de paz; construir uma visão comum em matéria de defesa; articular posições regionais em foros multilaterais sobre defesa; cooperação regional de defesa; e apoiar ações de desminado, prevenção, mitigação e assistência a vítimas de desastres naturais. (UNASUL, 2018a).

O CDS tem um papel relevante como integrador de defesa e segurança, fazendo frente às novas ameaças surgidas no cenário mundial e sul-americano, podendo implementar políticas para defesa e cooperação militar, ações humanitárias

e operações de paz, indústria e tecnologia de defesa, além de formação e capacitação de pessoal militar. contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável e a defesa e segurança da América do Sul, em especial da Pan-Amazônia. (RECH, 2017).

Pode-se perceber que não há superposição de esforços entre o CDS/UNASUL e a OTCA, na verdade há perspectivas de grandes oportunidades para complementarem suas ações nos diversos campos do poder, atuando de forma sinérgica, em prol de um espaço comum desenvolvido, estável e seguro, contrapondo-se às novas ameaças que afligem a região Pan-Amazônica.

5.2 CONCLUSÃO PARCIAL

No presente capítulo ficou evidenciado que, no tocante às políticas públicas, as áreas de segurança e defesa são consideradas vitais para a própria sobrevivência do Estado, juntamente com a economia e as relações exteriores, o que evidencia a importância de consolidar os organismos regionais existentes, baseados em aspectos políticos (diplomáticos) e econômicos, passando a compor possíveis Complexos de Segurança Regional, vitais para a soberania de áreas geoestratégicas, como é o caso da Pan-Amazônia.

Pode-se observar que os conceitos de segurança e defesa por vezes se confundem, uma vez que há intensa complementaridade de ideias entre ambos. De forma geral, segurança é um estado de tranquilidade ou de conforto, oferecido pelo Estado aos seus indivíduos e instituições ante as possíveis ameaças que sobre eles possam recair. Enquanto que a defesa são ações do Estado, particularmente por sua expressão militar, visando garantir ou reconquistar seus interesses nacionais que foram ameaçados ou maculados.

A ideia de segurança possui um caráter multidimensional, não podendo ser associada somente ao uso da capacidade militar de um Estado, mas na adoção de medidas em todos os campos do poder, englobando o político, econômico, psicossocial, científico-tecnológico e também o ambiental. Como já visto anteriormente, a OTCA já atua nos referidos campos do poder, exceto segurança e defesa, sua grande lacuna.

A partir do final da Guerra Fria, houve uma evolução e diversificação das ameaças, diminuindo-se a possibilidade da guerra total entre os Estados para a

maior probabilidade da guerra assimétrica e de quarta geração. Desta forma, as nações foram obrigadas a atualizar estratégias e reestruturar a segurança e defesa. Surgiu como alternativa a aproximação político-econômica regional, como primeira etapa de seu fortalecimento. Na América do Sul, buscou-se a integração e a cooperação entre os países por meio da formação de organismos, tais como o Mercosul, a CAN, a OTCA e recentemente, a UNASUL. Por intermédio destas organizações tem-se discutido temas sobre a necessária implementação de um pensamento regional de defesa, a exemplo do Conselho de Defesa Sul-Americano, da UNASUL. Estas iniciativas fortalecem as relações pacíficas de reciprocidade, cooperação e integração entre os condôminos da Pan-Amazônia.

Conforme o que foi apresentado e observando o Mapa Nr 10, infere-se que no âmbito do Complexo de Segurança Regional da América do Sul pode-se supor que se caminha para uma nova subdivisão, com a inserção do sub-complexo Pan-Amazônico, abrangendo os países do sub-complexo Norte Andino, o Brasil e a Bolívia, todos integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, como forma de integrar os sub-complexos já existentes e no futuro servir de ponte para a adoção de um CSR sem divisões, conforme proposta recente do governo brasileiro sobre a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano.

A segurança coletiva é um sistema de organização internacional e tem como objetivo a manutenção da paz e da segurança. Os partícipes são comprometidos com este objetivo, que passa a ser de todos, o que contribui para o aumento da dissuasão de cada um dos integrantes, pois o poder dissuasório de um sistema de segurança é superior aos dos seus componentes e não decorre exclusivamente da expressão militar. Deve ser considerada a natureza política do organismo e será tanto mais significativa quanto maior o valor político e econômico de seus membros.

É preciso que as políticas de segurança e de defesa reflitam, de forma clara e objetiva, os valores e os interesses dos países amazônicos em toda a sua complexidade e sejam coerentes com as conjunturas regional e global. Haja vista a importância e prioridade da Amazônia, faz-se necessário que as medidas a serem adotadas, de forma unilateral ou por intermédio da OTCA, representem todos os campos do poder, deixando de restringirem-se tão somente ao componente militar. Pois Segurança e Defesa Nacional referem-se a todas as expressões do poder nacional, sendo um dever de todos e não somente do Estado.

6 DEFESA

“Os povos que desdenham as virtudes militares e não se preparam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações consequentes da derrota”.
(Barão do Rio Branco).

Os termos segurança e defesa têm sido utilizados de distintas formas e em algumas oportunidades, conforme sejam empregados, se confundem, dando a entender se tratar do mesmo assunto, haja vista possuírem forte relação de complementaridade. Ambos os conceitos são indissociáveis, não cabendo tratar de um sem abordar o outro.

Embora, os termos segurança e defesa sejam geralmente usados em conjunto, cada um deles possui significação específica. De acordo com Vidigal (1996):

A segurança é um termo muito mais abrangente, que envolve aspectos políticos, econômicos, sociais, científico-tecnológicos e militares. O termo defesa, muito mais limitado, embora podendo aparecer associado com todos esses aspectos, está mais relacionado com o emprego do poder militar.

A defesa é um grau mínimo a ser mantido continuamente e de uma ação a ser exercida eventualmente, tanto pelo corpo diplomático como pelas forças armadas e pelos ministérios envolvidos na mobilização nacional. Dessa forma, a Política Nacional de Defesa define o conceito de defesa como sendo:

O conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.
(BRASIL, 2018a).

A respeito das relações entre nações, sobre o ponto de vista dos objetivos nacionais, Hans Morgenthau (apud JOHNSON e FERNANDEZ, 1993), refere-se que não existem países amigos, apenas Estados com interesses comuns ou divergentes. Desta forma, considera-se apropriado que cada país mantenha uma política de defesa, baseada em um poder militar dissuasivo respeitável, para respaldar as suas decisões político-estratégicas.

Como visto anteriormente, o conceito simplista de segurança é uma sensação de conforto, já o conceito de defesa deve ser entendido como uma ação efetiva para a retomada da referida situação confortável, ou seja é um conjunto de medidas a ser

adotado pelo Estado, também envolvendo todas as expressões do poder, contudo com maior ênfase na militar, para superar as ameaças e garantir a sua soberania e seus demais interesses nacionais.

Para ratificar o entendimento de Defesa Nacional, pode-se se valer do pensamento de Olavo Bilac¹ que, no tocante ao assunto, afirmou sobre a importância do caráter preventivo da defesa, mesmo quando as ameaças ou inimigos não estão previamente estabelecidos, pois:

... a boa e verdadeira defesa deve ser preventiva. Se não há perigos imediatos que nos cerquem, há incontestavelmente sempre perigos latentes, próximos ou remotos, prováveis ou ao menos possíveis, que ameaçam constantemente todas as nacionalidades, ainda as mais sólidas, fortes e armadas; nada é perfeito nem eterno, na contingência da vida humana. [...] Se queremos viver, e viver com fartura, liberdade e honra, é necessário que nos defendamos. (BILAC, 1965).

A existência de uma política de defesa como parte das políticas nacionais é vital para dar a correta direção à organização e ao esforço da defesa. Esta política deverá determinar os objetivos e as capacidades a alcançar no âmbito nacional, assim como os recursos que devem destinar e as ações necessárias para materializá-la. Segundo Johnson e Fernandez (1993), a política de defesa deve reunir, dentre outras, as seguintes características:

- constituir uma política de Estado e possuir, portanto, um componente de permanência que permita projetar as visões e os cenários políticos de curto, médio e longo prazo, ante os quais será oportuno precaver-se. Assim, assegurar-se-á que entre esta e as outras políticas de alto nível, existirá a necessária coerência; e
- deve ser nacional, correspondendo às reais necessidades e possibilidades do país. Sua elaboração deve derivar de uma cuidadosa análise tanto dos objetivos nacionais e dos objetivos políticos definidos pelo governo, como das ameaças e desafios que se derivam do processo de seu cumprimento.

6.1 POLÍTICAS DE DEFESA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS

Normalmente, os países vinculam as suas políticas de defesa com as suas políticas externa, havendo compatibilidade entre os seus objetivos da defesa nacional e a sua clara vontade de respeito aos tratados e ao direito internacional.

1. Discursos proferidos durante as conferências públicas, realizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, em 1907, publicado pela BIBLIEX, no livro A Defesa Nacional, em edição da Comissão de comemoração do I centenário de nascimento de Olavo Bilac.

Na atualidade, uma política de defesa deve ser concebida com visão de futuro e considerando o cenário mundial, não sendo focada apenas nos problemas que atingem os estados dentro de suas fronteiras, pois isto seria uma visão muito restrita do problema. Os riscos para a segurança têm que ser analisados de maneira prospectiva e contextual.

Outra consideração será estruturar uma política de defesa baseada em aspectos intrínsecos (geográficos, históricos e culturais) de cada país, pois a geografia é uma de suas principais inspiradoras. A extensão do país, sua população, sua posição geodésica e suas fronteiras são fatores geopolíticos imperativos em sua formulação. Cada estado tem seu passado, objetivos e metas de futuro, por isso, suas políticas apresentam caráter peculiar.

Em relação às ameaças regionais, pode-se dizer que existem as tradicionais e as emergentes. Dentre as emergentes, podem ser citadas o narcotráfico, o terrorismo e as imigrações ilegais como as mais conhecidas.

Através do levantamento de ameaças comuns que incidem sobre a região amazônica, foi constatado que o caráter transnacional das mesmas contribuiu para o incremento no nível de cooperação na área de segurança entre os países amazônicos e sul-americanos. As significativas extensões de fronteiras entre os países Pan-Amazônicos, conforme a Tabela Nr 04 abaixo, caracterizam a necessidade premente de cooperação entre os membros da OTCA, para melhor controlar suas fronteiras e combater as ameaças transnacionais.

Tabela Nr 04: Extensões das fronteiras entre os países amazônicos (Km)

Países	Bolívia	Brasil	Colômbia	Equador	Guiana	Peru	Suriname	Venezuela
Bolívia	---	3.403	---	---	---	1.212	---	---
Brasil	3.403	---	1.790	---	1.308	2.659	515	2.137
Colômbia	---	1.790	---	708	---	1.494	---	2.341
Equador	---	---	708	---	---	1.529	---	---
Guiana	---	1.308	---	---	---	---	836	789
Peru	1.212	2.659	1.494	1.529	---	---	---	---
Suriname	---	515	---	---	836	---	---	---
Venezuela	---	2.137	2.341	---	789	---	---	---
Total	4.615	11.812	6.333	2.237	2.933	6.894	1.351	5.267

Fonte: FACTBOOK, 2018a. Adaptado pelo autor.

A similaridade das concepções gerais de segurança e defesa editadas nas respectivas políticas de defesa nacional dos países amazônicos, favorece a adoção de um sistema de segurança regional, podendo valer-se da estrutura da OTCA e respeitando os interesses soberanos de cada membro e as leis internacionais vigentes.

A execução e a decisão da política de defesa de qualquer país do mundo podem ser explicadas a partir de dois processos políticos: um externo e outro interno. O externo é interestatal, no qual a força ou a ameaça de seu emprego seria a medida básica. O interno, supostamente dentro do Estado, envolve todos os aspectos da política interna. No caso da OTCA, é importante ressaltar o pensamento de Antiquera (2006), que enfatiza que a ação multilateral do Tratado é subsidiária e complementar às ações nacionais, corroborando a importância da política interna e de seus documentos de estratégias. (MATOS, 2014).

Da análise dos documentos de defesa de seus condôminos, verifica-se que, em todos os países, sob distintos matizes, as Forças Armadas têm algum papel na garantia do crescimento econômico e da sustentabilidade ambiental.

Ademais, cabe destacar que Bolívia, Colômbia, Guiana e Venezuela não fazem qualquer citação à OTCA em seus principais documentos.

Por outra parte, observou-se que é recomendável que uma dimensão pró-defesa esteja presente nas estratégias da OTCA, nem que seja de forma subsidiária, para que projetos de integração regional não se tornem mais eficazes às organizações transnacionais ilícitas do que propriamente ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Esse óbice pode favorecer à retórica da ingerência internacional em temas como narcotráfico, autodeterminação indígena, crimes ambientais e escassez de recursos naturais.

Sob esses pressupostos, os documentos de defesa foram analisados por Estado-Membro da OTCA, baseando-se nos estudos de Matos (2014), Ishida (20??), Abdul-Hak (2013) e Simões (2012), conforme pode-se verificar a seguir.

6.1.1 **Bolívia**

A reforma estrutural da República para o Estado Plurinacional da Bolívia, ocorrida com a promulgação de nova Constituição, em 2009, também marcou novos paradigmas para a Defesa. Assim, o Livro Branco de Defesa de 2004 foi substituído pelas “Bases para a Discussão da Doutrina de Segurança e Defesa do Estado Plurinacional da Bolívia” (BOLÍVIA, 2010).

A Bolívia traz dinâmicas multidimensionais de securitização do seu modelo de desenvolvimento alternativo, o chamado Viver Bem, como uma resposta para preservar o meio ambiente, já que a economia do País depende expressivamente

dos recursos naturais. As Forças Armadas bolivianas são as garantidoras desse modelo. (BOLÍVIA, 2010).

Observa-se a percepção boliviana de que a presença de militares estrangeiros no subcontinente sul-americano é uma ameaça de ingerência internacional. Também se nota que a necessidade de controlar os recursos naturais, insumos-base da economia boliviana, é fator que determina a modificação da articulação das Forças Armadas, desde o nível político.

O documento ressalta a importância dada a fatores de sustentabilidade, consideradas ameaças:

Apresentam-se as Políticas de Defesa que permitem dar repostas [...] às urgentes necessidades da população [...] devido ao surgimento de novas ameaças globais e transnacionais [...] como o aquecimento global, que está gerando grandes desastres naturais com incidências negativas significativas para os países em vias de desenvolvimento. (BOLÍVIA, 2010).

No que concerne à “Estrutura de Segurança e Defesa do Estado”, os destaques são:

Um dos aspectos importantes [...] foi a criação da Direção Geral de Zonas de Segurança Fronteiriça para garantir a integridade territorial, a *preservação dos recursos naturais estratégicos e a participação nas políticas de desenvolvimento integral e sustentável dessas zonas* [...] O Exército [...] cumpre as seguintes missões específicas [...] *ocupar, proteger e apoiar o desenvolvimento das zonas de segurança fronteiriças, [...] proteger os recursos naturais e a preservação ecológica dentro do território nacional.* (BOLÍVIA, 2010).

O anteprojeto de Lei do Regime das Zonas de Fronteiras denota que tanto o desenvolvimento quanto a proteção ambiental são questões significativamente politizadas. A criação de uma Direção-Geral para Segurança Fronteiriça relaciona-se ao binômio “Segurança & Desenvolvimento”, particularmente com o apoio do Exército, que deve proteger e apoiar o desenvolvimento nessas regiões justamente para garantir a segurança.

Verifica-se, em face do exposto, que o Estado boliviano, nos âmbitos bilaterais e multilaterais, procura demandar ações que possam reafirmar seu compromisso com a preservação ambiental. Sabe-se que a economia do país depende significativamente de seus recursos naturais, que devem garantir, de forma sustentável, o crescimento econômico. O modelo de desenvolvimento, centrado no

paradigma do “Viver Bem”, responde em parte à sustentabilidade dos recursos, mas não garante, em si, um relevante crescimento econômico. Outrossim, destaca-se o fato de o documento não fazer qualquer citação à OTCA.

6.1.2 Brasil

O Brasil busca securitizar o desenvolvimento, repudiando qualquer tentativa de tutela sobre suas decisões justamente pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa. O adensamento da presença do Estado, a partir da articulação das Forças Armadas ao longo das fronteiras, é considerado condição relevante para o desenvolvimento sustentável. O emprego das Forças Armadas brasileiras, por meio de ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira, amparadas em lei federal, também é uma forma para garantir a proteção do meio ambiente e de seus recursos (BRASIL, 2018a e 2018b).

A Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2018a) “pressupõe que a defesa do País é inseparável do seu desenvolvimento, fornecendo-lhe o indispensável escudo”. Em seus preceitos teóricos, a Política prevê que “Preservar a segurança requer medidas de largo espectro”, envolvendo, inclusive, a questão ambiental.

Em sua análise do ambiente internacional, a PND dispõe que:

Neste século, poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, [...] e por fontes de água doce, de alimentos e de energia, cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos ou a disputas por espaços não sujeitos à soberania dos Estados, configurando quadros de conflito. [...] A *questão ambiental* permanece como uma das preocupações da humanidade. Países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo podem tornar-se objeto de interesse internacional. (BRASIL, 2018a).

O Brasil, em sua política de defesa, reconhece que questões ambientais e energéticas podem ser motivadoras de conflitos e de ingerência estrangeira, legitimadas no cenário mundial.

Na análise do ambiente regional, a PND identifica que o “estrito relacionamento entre os países amazônicos” (BRASIL, 2018a), no âmbito da OTCA, seria um fator que reduz as possibilidades de conflito no entorno estratégico. A interdependência regional a ser efetivada por ações multilaterais da OTCA é do

interesse da Defesa brasileira. Quando aborda o Brasil em si, a PND tece considerações sobre a Amazônia:

A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. [...] A vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. (BRASIL, 2018a).

Os meios militares, que, em tese, são o braço forte para emprego da violência contra ameaças externas, são um instrumento de promoção de desenvolvimento e da defesa na Amazônia. Isso é corroborado nas orientações políticas da PND:

Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, a efetiva ação do Estado no desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) e a ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais (BRASIL, 2018a).

Pela PND, destarte, infere-se que a cooperação, a presença das Forças Armadas e a promoção do desenvolvimento são metas para a proteção dos recursos naturais na Amazônia. São demandas políticas para o concerto regional.

Outra ação para o Ministério da Defesa seria: “Incrementar o apoio à participação brasileira no cenário internacional [...] no relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da OTCA” (BRASIL, 2012a), corroborando a orientação da PND sobre a importância dessas decisões multilaterais para a Amazônia brasileira.

No capítulo “O Estado Brasileiro e a Defesa Nacional”, o LBDN anuncia aspectos sobre a Amazônia, seus recursos, soberania, desenvolvimento e cooperação:

O Brasil afirma sua incondicional soberania sobre a Amazônia brasileira, que [...], abriga reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade do planeta. A cooperação do Brasil com os demais países que possuem território na Pan-Amazônia é essencial para preservação dessas riquezas naturais. Ressalta-se o conceito de ‘faixa de fronteira’ adotado pelo Brasil [...], embora esse conceito esteja preliminarmente ligado à Defesa Nacional, a preocupação com o adensamento e a gradativa presença brasileira ao longo da faixa refletem a prioridade atribuída ao desenvolvimento sustentável, à integração nacional e

à cooperação com os países fronteiriços nos aspectos referentes à segurança (BRASIL, 2018a).

A estratégia da cooperação é importante para o Brasil, pois cria vínculos com o país que a recebe, cuja consequência pode ser o apoio às posições brasileiras em contenciosos com potências extra-regionais. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica é um foro para aumentar a cooperação militar como propõe Rocha Paiva (2013):

O Brasil precisa convencer os parceiros a expandir a OTCA para os campos da segurança e defesa, propondo a criação de uma oitava comissão especial – Comissão Especial de Segurança e Defesa – destinada a coordenar as ações de segurança pública (Coordenadoria de Segurança Pública), particularmente o combate aos ilícitos transnacionais nas faixas de fronteiras, e defesa (Coordenadoria de Defesa), promovendo a cooperação militar (...), que além de contribuir com a Política Exterior, facilitaria a constituição de uma força combinada para operações reais num eventual conflito que afetasse interesses comuns entre países amazônicos.

Isso posto, é possível concluir-se que a PND sugere a permanente busca da integração regional, destacando a importância atribuída às ações de defesa, para esse fim, tendo como foco o fortalecimento da paz, com relevante destaque para a região Pan-Amazônica e a OTCA.

6.1.3 Colômbia

A Colômbia securitiza o narcotráfico como sua maior emergência, levando em consideração o desenvolvimento de atividades econômicas que colaborem com as linhas de esforços de seu sistema de defesa multidimensional, particularmente em áreas dominadas pelo narcotráfico, para diminuir o risco de depredação ambiental, bem como oferecer oportunidades econômicas para as comunidades envolvidas historicamente em cultivos ilícitos (COLÔMBIA, 2011).

A República da Colômbia enfrenta seus desafios, no setor de segurança e defesa, a partir da Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade (COLÔMBIA, 2011), documento que delinea metas para “terminar com o último ciclo de violência que se prolonga por mais de 45 anos, ao mesmo tempo em que atende suas necessidades de Defesa”.

Para o País, representa uma combinação de continuidade e mudança. Continuidade com as Políticas de Segurança Democrática (2002-2006) e de

Consolidação da Segurança Democrática (2006-2010), que visaram justamente ao combate aos grupos armados, à luta contra o narcotráfico e ao crime organizado, notadamente em face das atuações insurgentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN). Mudança pela identificação de metas mais ambiciosas e de novos objetivos estratégicos para que se alcancem ótimas condições de segurança para garantir a prosperidade democrática e progresso nacional.

Importante ressaltar nesta análise que, em razão de a Colômbia combater tal movimento de guerrilha, o esforço predominante da Defesa é contra o narcotráfico. Em toda a Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade (PISDP), não foram encontrados, de forma contundente, os indicadores “crescimento econômico” e “sustentabilidade ambiental”. Não obstante, diversos dados são relevantes para o contexto aqui investigado. (COLÔMBIA, 2011).

Ademais, o governo colombiano trabalha a “estratégia de diplomacia para a segurança, com a qual se busca aumentar ao máximo a efetividade na luta contra o crime transnacional e diminuir a possibilidade de uma crise de segurança regional” (COLÔMBIA, 2011), a qual pode se valer das políticas multilaterais da OTCA para incrementar estratégias que colaborem para tais intentos.

Quando se trata de seu alinhamento estratégico, a Política colombiana aborda fora do subcontinente. Definitivamente, o ambiente amazônico facilita as ações criminosas transfronteiriças, devido ao grande vazio demográfico, à falta de presença efetiva do Estado e às dificuldades de monitoramento dessas ações.

Apesar de não haver qualquer citação sobre a OTCA na PISDP, verifica-se a possibilidade de os projetos estratégicos dessa Organização ajudarem a mitigar as vulnerabilidades locais, com o cuidado de esses projetos não simplesmente otimizarem as relações transnacionais do narcotráfico.

6.1.4 Equador

O Equador analisa a segurança com uma visão integral, transversal, o que compassa o securitizado paradigma do Bem Viver como princípio para o desenvolvimento alternativo. Tendo o Bem Viver como paradigma, espera-se impedir a escassez de recursos e colaborar com o desenvolvimento social e

econômico, soberania energética e alimentar. Cabe às Forças Armadas a garantia e proteção da integridade do ser humano e da natureza (EQUADOR, 2011).

Desde 2006, o País vive o que seu governo chama de “Revolução Cidadã”, que orienta uma imediata transformação cultural na nação. Em razão dessa mudança de pensamento, elaborou-se o “Plano Nacional de Segurança Integral”, que substitui o Livro Branco, valorizando a segurança humana e incluindo uma visão estratégica que articula as orientações da “Constituição, da Lei de Segurança Pública e do Estado e [...] o Plano Nacional para o Bem Viver (EQUADOR, 2011).

Esse enfoque integral abarca a “segurança internacional, a segurança interna, a Defesa Nacional, a segurança econômica, a soberania alimentar, a segurança ambiental, entre outras”. Para a segurança do Estado, o Equador busca “o modelo de Segurança Cooperativa em lugar do modelo de Segurança Coletiva” (EQUADOR, 2012).

No campo “Relações Internacionais e Defesa”, o Plano entende como fundamental o respeito ao Direito Internacional e prioriza a cooperação e a integração Sul-Sul para assegurar a soberania, a integridade territorial e os recursos estratégicos. Por conseguinte, seguindo esse princípio equatoriano, deduz-se que a OTCA seria um vetor fértil para suas Relações Internacionais.

Quando trata do Sistema de Segurança Pública e do Estado, o Plano equatoriano abarca ações interministeriais. No objeto desta pesquisa, o Ministério de Relações Exteriores, Comércio e Integração:

[...] executa ações para alcançar o ‘Bom Viver’, garantindo a segurança econômica [...] e a democratização dos organismos [...] internacionais, como acordos e compromissos internacionais relacionados com a soberania energética, a soberania alimentar, a soberania do conhecimento e a agenda internacional do meio ambiente e da mudança climática (EQUADOR, 2011).

O que, na Amazônia, corrobora para a importância da OTCA como instituição multilateral para o desenvolvimento sustentável e defesa da soberania local. Já o Ministério da Defesa Nacional:

[...] executa planos, programas e projetos a fim de garantir a manutenção da soberania e integridade territorial, assim como apoiar o desenvolvimento nacional. As Forças Armadas assumem novos papéis e tarefas relacionadas com a Segurança com Enfoque Integral para prevenir e enfrentar as novas ameaças, mediante ações concretas: no apoio à Segurança Interna e ordem pública [...] na defesa e proteção do meio ambiente e patrimônio natural (EQUADOR, 2011).

Defender e proteger o meio ambiente e o patrimônio natural poderiam ser de responsabilidade total dos agentes ambientais. Como é assunto considerado “emergencial”, entram o último recurso do Estado, suas Forças Armadas, que justamente possuem penetrabilidade em todo País, particularmente nas remotas regiões amazônicas.

Como visão de futuro, o Plano equatoriano busca a consolidação do multilateralismo, da não intervenção, do impulso ao “desenvolvimento das zonas fronteiriças por meio da maior presença do Estado (especialmente ao que se refere à saúde, educação, habitação, vias de comunicação etc.)” (EQUADOR, 2011) no campo das Relações Internacionais e Defesa.

Também segue a tendência ampliadora sobre as abordagens de segurança, valorizando a interdependência como vetor de cooperação, particularmente para captar recursos, o que seria um terreno fértil para os projetos da OTCA. Rechaça ideias de ingerências externas, em qualquer campo do poder, o que pode gerar suscetibilidades em negociações internacionais, particularmente quando se trata de recursos naturais. Ressalta-se que normatizou, em seu ordenamento jurídico, o emprego de suas Forças Armadas como garantes do desenvolvimento econômico e proteção de recursos naturais.

6.1.5 Guiana

Para a Guiana, a perspectiva de Segurança e Defesa deve ser total, de forma que também garanta o crescimento econômico e o investimento internacional, particularmente no comércio de suas *commodities*. O desmatamento, a degradação do meio ambiente pelo garimpo, o inadequado sistema de manejo de água são ameaças sobre as quais sua Força de Defesa deve atuar para prover um sistema seguro que garanta a venda das *commodities* e, conseqüentemente, o crescimento econômico (GUIANA, 2009).

O documento interno “Análise Organizacional da Força de Defesa da Guiana” prescreve estratégias para a Defesa do país, levando em consideração fatores externos, internacionais e regionais, abordando as “novas e antigas” ameaças, as iniciativas internacionais sobre segurança e os interesses geopolíticos do Sistema Mundial. (GUIANA, 2009).

Uma das metas imediatas guianenses é “apoiar iniciativas regionais, hemisféricas e internacionais de segurança”. Ademais, a Defesa da Guiana tem

como um de seus objetivos estratégicos “desenvolver parcerias com Estados, organizações não governamentais e forças militares estrangeiras para incrementar a capacitação humana e o material militar”. Nesse quadro, deve-se considerar que a Força de Defesa da Guiana é de reduzida projeção no subcontinente sul-americano, razão pela qual tende a assumir pressupostos de segurança coletiva para enfrentar suas ameaças e de cooperação militar para capacitar seus efetivos, mesmo que com forças extracontinentais.

É relevante dar ênfase que a análise organizacional da GDF não tece qualquer comentário sobre a OTCA, o que permite inferir a ineficiência de seu discurso para as ações para a Defesa da Guiana.

6.1.6 Peru

O Peru encarrega seu Ministério da Defesa na coordenação do campo militar ao campo do desenvolvimento, valorizando as oportunidades de cooperação e integração internacional. As Forças Armadas participam do controle do desmatamento ilegal e do comércio ilícito de madeiras, de forma que se atenda aos compromissos de cooperação, integração e proteção da Amazônia, impulsionando os investimentos e o desenvolvimento sustentável. A admissão de que crimes ambientais são praticados também por grupos que utilizam armas de guerra configura uma demanda do emprego de suas Forças nesses temas (PERU, 2005).

O Livro Branco da Defesa Nacional é visto, por seu País, como um instrumento de fomento à confiança mútua. Expressa o pensamento da Conferência Especial sobre Segurança de 2003, realizada no México, que definiu “novas ameaças, riscos e desafios correspondentes à situação atual que emergiu após a Guerra Fria”. Porquanto, valoriza, para o entorno regional peruano, o conceito de segurança coletiva em concordância com a promoção do desenvolvimento econômico e bem-estar social. (PERU, 2005).

Quando trata do entorno regional, cita que “na região sul-americana, o conceito de paz se vincula aos processos de governabilidade e ao desenvolvimento”. Por acreditar em todo esforço em revitalizar o sistema de segurança hemisférica, “continuar-se-á promovendo medidas de fomento à confiança, o fortalecimento de mecanismos de solução de controvérsias e o fortalecimento do sistema de segurança coletiva”. Verifica, como essencial, “o

fortalecimento do diálogo político através dos mecanismos de coordenação e concertação, segundo os distintos esquemas de vinculação bilateral” (PERU, 2005).

No tocante à Política de Segurança e Defesa Nacional, consta como fundamento que “as demandas da Segurança e da Defesa do Estado devem ser satisfeitas em concordância com o Desenvolvimento Nacional”, o que deve incitar investimentos duais no setor, a fim de captar recursos políticos.

Com esse diagnóstico, o Estado, que justamente se “compromete a prevenir e afrontar qualquer ameaça externa ou interna que ponha em perigo a paz social, a segurança integral e o bem-estar geral” (PERU, 2005), afirma que irá fomentar a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento da Amazônia.

Percebe-se que o discurso para projeção das Forças Armadas peruana é voltado para a cooperação, campo em que a própria OTCA pode ser vista como prioridade para a defesa e desenvolvimento da Amazônia, podendo resultar em projetos factíveis no Peru.

6.1.7 Suriname

No Suriname, a Defesa deve prestar assistência na elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento socioeconômico e proteção de seus recursos naturais. O enfoque central da política de defesa é a retórica da cooperação. Vislumbra-se que assim garantirá meios para defesa, combaterá os delitos transnacionais, protegerá os recursos naturais, desenvolverá as expressões econômica e social do País. O Suriname identifica suas fronteiras como atraentes para as organizações criminosas transnacionais. Seus planos indicam que o país deve investir em suas Forças Armadas para vigiá-las e para proteger seus recursos naturais (SURINAME, 1996 e 2012).

As principais políticas e estratégias de Defesa do País estão consolidadas no Plano de Desenvolvimento 2012-2016: Suriname em transformação, documento de governo com diretrizes multiministeriais. O capítulo 5 versa sobre “Segurança e Política Internacional”. No que tange à segurança interna, o documento descreve que o País é um local atraente para as organizações criminosas, requerendo controle mais apurado nas fronteiras. Para a segurança externa, aborda que a cooperação internacional é o instrumento para garantir a integridade territorial e a soberania, assim como colaborar na garantia da segurança interna, objetivando a implementação do desenvolvimento social e econômico. Para a proteção sustentável

dos recursos naturais, o Estado deve investir mais na melhoria da infraestrutura de apoio à ação das Forças Armadas. (SURINAME, 2012).

O Plano ainda aborda a política de segurança internacional e a conseqüente ampliação do conceito de segurança. Se a estratégia da Defesa é a cooperação para o desenvolvimento, infere-se que a OTCA seria o fórum adequado para as questões de fronteiras com o Brasil e a Guiana.

Em suma, verifica-se que o enfoque da atenção do Suriname na segurança e política internacional é a retórica da cooperação. A OTCA é um meio relevante para essa consecução, o que ainda é potencializado pelo fato de o cargo principal da Organização estar a cargo do País. Sem embargo, o contexto da cooperação gera um ambiente de interdependência complexa, o que pode favorecer a geoestratégias extracontinentais.

6.1.8 Venezuela

Para a Venezuela, a segurança da Nação está fundamentada no desenvolvimento integral e o principal objeto em processo de securitização é o petróleo. Sua Força Armada possui o encargo, em lei orgânica federal, de defender os pontos estratégicos que garantam o desenvolvimento nacional (notadamente o petróleo), bem como tomar providências para evitar seu uso por qualquer potencial invasor (VENEZUELA, 2002 e 2011).

Quando versa sobre a política exterior, a Lei Orgânica menciona que a projeção do Estado venezuelano:

ante a comunidade internacional está baseada fundamentalmente na autodeterminação, na solidariedade e cooperação entre os povos, promovendo e favorecendo a integração em sintonia com o desenvolvimento integral da Nação (VENEZUELA, 2002).

Tal discurso de cooperação para o desenvolvimento alinha-se aos objetivos da OTCA. Não obstante, a concepção bolivariana anticapitalista pode afastar a iniciativa privada regional dos projetos para desenvolvimento naquela Amazônia.

Certamente, essa demanda estratégica da Defesa venezuelana estará circundando seu posicionamento nas rodadas da OTCA, o que pode gerar dissensos na aprovação de medidas para cooperação amazônica, como exemplo, em 2006, durante a Primeira (e única) Reunião Ministerial de Defesa e Segurança Integral da OTCA, a Venezuela vetou a criação de uma Comissão Especial de Defesa da

Amazônia, que agregaria a dimensão militar às políticas e estratégias da OTCA (OTCA, 2013).

Em face do exposto, verificou-se que pouco se aborda sobre a Amazônia na atualidade da Defesa venezuelana. Os documentos analisados também não se referem à OTCA. Focado nos ideais da Revolução Bolivariana e, atualmente, enfrentando grupos de oposição interna, o Estado se preocupa em assegurar o seu bem maior, o petróleo, e de planejar a Guerra Popular Prolongada contra uma intervenção estrangeira.

6.2 CONCLUSÃO PARCIAL

Entre os condôminos da OTCA, Bolívia, Colômbia, Guiana e Venezuela não fazem qualquer citação do Tratado em seus principais documentos de defesa. Ou seja, a retórica de que a OTCA é um veículo para garantir a soberania amazônica de cada País não é legitimada nas políticas ou estratégias de todos os seus Estados membros.

Na Pan-Amazônia, há décadas, que avultam problemas envolvendo as questões ambientais e indígenas, as de direitos humanos e de minorias como quilombolas e comunidades extrativistas; as questões de cunho social; os conflitos resultantes ao manejo populacional em espaços impactados por projetos de desenvolvimento; os conflitos relacionados à posse, propriedade ou grilagem de terras; e os ilícitos transnacionais onde se pode incluir a biopirataria. Estes problemas e outros são agravados pelas grandes extensões de fronteiras entre os países e são de responsabilidade de outras instâncias do Estado que não as Forças Armadas, mas invariavelmente, acabam por envolvê-las direta e/ou indiretamente para solucioná-los.

Nesse sentido se veem conformadas as relações entre segurança e desenvolvimento nas políticas e estratégias de defesa dos países-membros da OTCA. Nesse ínterim, a OTCA deveria ser a instância primária oportuna para se encontrar as melhores práticas sustentáveis, soberanas e seguras dentro de uma lógica regional.

A OTCA, como organização multilateral que visa à promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia, é uma instituição de relevante potencial estratégico para a segurança e defesa da soberania de seus Estados membros.

A atual ausência de uma política de segurança integrada, isto é, elaborada em conjunto pelos países amazônicos, representa um grande óbice para o fortalecimento da segurança regional como um todo. Nenhum país amazônico pode alcançar isoladamente um nível de segurança adequado dentro de seu território, tendo em vista a existência de ameaças de caráter transnacional.

A dimensão militar deve estar presente nas estratégias da OTCA, pois seus projetos de integração regional podem ser mais eficazes para as organizações transnacionais ilícitas que propriamente ao desenvolvimento sustentável. Ademais, esse óbice ainda pode favorecer a ingerência internacional, particularmente em temas como narcotráfico, autodeterminação indígena, crimes ambientais e escassez de recursos naturais.

Por oportuno, observou-se que a soberania amazônica não deve somente ser avaliada em termos diplomático ou militar, mas também pelo aumento da presença do Estado e da iniciativa privada, objetivando a promoção de serviços básicos, a melhoria da infraestrutura local e o fortalecimento da identidade amazônica, tudo de forma sustentável. A OTCA deve se concretizar sob esse prisma multidimensional, aumentando sua efetividade a partir da inserção de maiores recursos estatais e privados dos próprios países da OTCA em seus projetos. O êxito na securitização interna dos temas amazônicos em cada país membro da OTCA, a partir de paradigmas multidisciplinares, é também um fator mitigador de ameaças extracontinentais na Amazônia.

7 CONCLUSÃO

“A responsabilidade exclusiva dos países amazônicos é exigência decorrente da própria natureza transnacional da bacia. Nada mais correto, portanto, do que reservar às nações amazônicas, e a elas só, a responsabilidade pelo destino da área.” (Gen Div Carlos de Meira Mattos).

Após mais de cinco séculos da descoberta da Amazônia, intensas modificações ocorreram na conjuntura internacional e o interesse e a cobiça pela região tomaram dimensões multifacetadas.

Pode-se afirmar que o determinismo fisiográfico é o principal aspecto para a integração entre as nações pan-amazônicas, posto que todas possuem, em maior ou menor escala, parte de seus territórios cobertos pela floresta. A região tem como núcleo o Brasil, uma vez que é o país que possui a maior extensão e fronteira com quase todas as nações amazônicas.

Em 1978, o Governo brasileiro posicionou-se com a liderança de um protagonista regional e teve a fundamental iniciativa de propor a criação do Tratado de Cooperação Amazônica, bem como as suas transformações decorrentes, nos últimos 40 anos. Em 1998, foi assinado o protocolo de emenda ao Tratado e, em 2002, foi criada efetivamente a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), sendo instalada a Secretaria Permanente em Brasília.

Entre 2002 e 2009, fase da consciência pan-amazônica, buscou-se implementar medidas que intensificassem as integrações regionais, com a elaboração do Plano Estratégico 2004-2012. Já em 2010, a OTCA aprovou a nova Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (2013-2020), renovando sua estrutura e atualizando seus projetos e seus programas.

Em quarenta anos de existência, a OTCA tratou efetivamente o tema Segurança e Defesa da Amazônia uma única vez, em 2006, quando da I Reunião de Ministros de Defesa da OTCA, sendo que as propostas apresentadas não foram levadas adiante. Pode-se inferir que mesmo conhecedores da problemática da região e da existência de ameaças comuns transfronteiriças, a OTCA ainda não despertou para a necessária e imprescindível cooperação regional em segurança, a qual, de certa forma, é transversal às demais áreas temáticas de atuação da Organização.

As dificuldades resultantes da imensidão amazônica poderão ser mais facilmente vencidas por intermédio do esforço sinérgico e harmonioso dos países que a integram, cabendo ao Brasil a responsabilidade de manter o mesmo espírito realizador e a liderança que outrora deu origem ao TCA.

Com o fim da Guerra Fria, as ameaças evoluíram e se diversificaram, caracterizando-se pela guerra assimétrica e de quarta geração. Assim, as nações repensaram os seus sistemas e estratégias de segurança e defesa como forma de fortalecimento, adotando a aproximação política-econômica regional, como a OTCA.

Dos doze países sul-americanos, excluindo-se apenas a Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, os demais pertencem à OTCA. Todos os países amazônicos participam, também, de outros organismos políticos e econômicos, regionais e mundiais, além de terem criado blocos econômicos sub-regionais bem sucedidos. Isto demonstra que as nações amazônicas possuem larga experiência no sentido de harmonizar interesses coletivos, facilitando os próximos passos de integração amazônica. É justo supor que a OTCA tem contribuído para o entendimento regional, a exemplo da criação da UNASUL, onde atuou ativamente desde os primórdios, em 2004.

Juntamente com a economia e com as relações exteriores, as áreas de segurança e defesa, no tocante às políticas públicas de Estado, são consideradas vitais para a própria sobrevivência de uma Nação. Evidenciando a importância da consolidação dos organismos regionais existentes, baseados em aspectos políticos (diplomáticos) e econômicos, passando a compor possíveis Complexos de Segurança Regional (CSR), vitais para a soberania de áreas geoestratégicas, como é o caso da Pan-Amazônia, a exemplo do Conselho de Defesa Sul-Americano, da UNASUL. A segurança coletiva, como um sistema de organização internacional, fortalece as relações pacíficas de reciprocidade, cooperação e integração entre os condôminos da Pan-Amazônia, tendo como objetivo a manutenção da paz e da segurança regional.

Por possuir um caráter multidimensional, a ideia de segurança, não pode ser associada somente ao uso da capacidade militar de um Estado, mas na adoção de medidas que englobem todos os campos do poder. A atual estrutura da OTCA já atua nas diferentes expressões, exceto segurança e defesa, sua grande lacuna, mesmo tendo a facilidade de que todos os seus países membros já possuem a

estrutura de Ministério da Defesa, o que fortalece a cooperação da diplomacia militar.

Da análise dos principais documentos de defesa dos condôminos da OTCA, verificou-se que Bolívia, Colômbia, Guiana e Venezuela não fazem qualquer citação do TCA. Ou seja, a retórica de que a OTCA é um veículo para garantir a soberania amazônica de cada País, não é legitimada nas políticas ou estratégias de todos os seus Estados membros.

Entre os países da Pan-Amazônia, há décadas, que são identificados, de maneira geral, os seguintes problemas: questões ambiental e indígena; questões de direitos humanos e de minorias (quilombolas e comunidades extrativistas); questões de cunho social; conflitos pelo manejo populacional motivado por projetos de desenvolvimento; conflitos relacionados à posse, propriedade ou grilagem de terras; ilícitos transnacionais, incluindo a biopirataria; presença de grupos guerrilheiros e do narcotráfico; instabilidade política e perturbação da democracia; e contenciosos territoriais.

A maioria destes problemas, entre outros, são agravados pelas grandes faixas de fronteiras entre os países e são de responsabilidade de outras instâncias do Estado que não as Forças Armadas, mas invariavelmente, acabam por envolvê-las direta e/ou indiretamente para solucioná-los. Daí percebe-se a estreita relação entre segurança e desenvolvimento nas políticas e estratégias de defesa dos países-membros da OTCA.

Desta forma, a OTCA como uma instituição de relevante potencial estratégico para a segurança e defesa da soberania de seus Estados membros, que visa à promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia, deveria ser a primeira instância para a definição das melhores práticas sustentáveis, soberanas e seguras que atendam uma lógica regional.

A atual ausência de uma política de segurança integrada representa um grande óbice para o fortalecimento da segurança regional como um todo. Nenhum país amazônico pode alcançar isoladamente um nível de segurança adequado dentro de seu território, tendo em vista a existência de ameaças de caráter transnacional.

Por oportuno, observou-se que a soberania amazônica não deve somente ser avaliada em termos diplomático ou militar, mas também pelo aumento da presença do Estado e da iniciativa privada, objetivando a promoção de serviços básicos, a

melhoria da infraestrutura local e o fortalecimento da identidade amazônica, tudo de forma sustentável. A OTCA deve se concretizar sob esse prisma multidimensional, aumentando sua efetividade a partir da inserção de maiores recursos estatais e privados dos próprios países da OTCA em seus projetos. O êxito na securitização interna dos temas amazônicos em cada país membro da OTCA, a partir de paradigmas multidisciplinares, é também um fator mitigador de ameaças extracontinentais na Amazônia.

Garantir a segurança e a defesa da Pan-Amazônia é buscar seu desenvolvimento sustentável, preservando e protegendo o meio ambiente, conduzindo políticas adequadas que beneficiem a região e reduzam as desigualdades regionais. Portanto, as fronteiras de separação do passado devem constituir-se em elo de ligação entre os países, pois se trata agora do envolvimento das nações pan-amazônicas tanto no nível interno, quanto no externo, em suas expressões política, econômica, psicossocial, científico-tecnológica e militar do poder nacional, a fim de garantirem as suas respectivas soberanias.

A segurança da exuberante Pan-Amazônia será mais facilmente alcançada à medida que ela atinja um maior grau de desenvolvimento, e o caminho passa pela integração regional com base na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, cabendo a responsabilidade ao Brasil, de manter a mesma iniciativa e liderança que outrora conduziu os países amazônicos à assinatura do Pacto Amazônico.

A história não tem sido benevolente com as nações cujos governantes e cidadãos não estiveram à altura de enfrentar as ameaças à sua integridade territorial, seus recursos naturais e seus patrimônios nacionais, culturais e históricos. Se não a perceberam a tempo, se não fizeram o necessário para superá-las, cabe então somente sofrer as consequências e serem julgadas ao longo da história.

REFERÊNCIAS

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves Tanaka. **O Conselho de Defesa Sul-Americano: objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

ABREU, Gustavo de Souza. A segurança do Estado brasileiro diante das ameaças características do limiar do século XXI. **A Defesa Nacional**, nr 798, p. 18-33. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2004.

ABRIL, Almanaque. **2013**. São Paulo: Editora Abril, 39. ed. 2013.

ABRIL, Almanaque. **2015**. São Paulo: Editora Abril, 41.ed. 2015.

ALMINO, João. **Inserção internacional de segurança no Brasil: A perspectiva Diplomática**. In: BRIGAGÃO, C; PROENÇA JR, D. (Org.). Brasil e o mundo: novas visões. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 2002. p. 87-160.

ANTIQUERA, Daniel de Campos. **A Amazônia e a política externa brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica e sua transformação em Organização internacional (1978-2002)**. Dissertação de Mestrado do Programa San Tiago Dantas, UNICAMP. Campinas, 2006.

ARAUJO, Fabiano Espínola. **A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica: suas implicações para a segurança e defesa para a Amazônia brasileira**. 2008. 179 f. Dissertação de Mestrado – ECEME, Rio de Janeiro.

_____. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica: integrar é preciso**. Rio de Janeiro: ECEME, 2007. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br/portaallee/arquivos/>>. Acesso em 20 de março de 2008.

ARKHOSBIOTECH. **Internacionalização da Amazônia**. Disponível em: <[//arkhosbiotech.com](http://arkhosbiotech.com)>. Acesso em 16 de agosto de 2007.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Tradução de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1986.

ARON, Raymond et al. **Curso de Introdução às Relações Internacionais: o Estado-Nação e as relações internacionais**. 2. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1983.

ASSIS, Paulo R. Corrêa. O Comando Militar da Amazônia. **Military Review**. Kansas, USA: Fort Leavenworth, Ed. Brasileira: 4º Trimestre, 1995.

BARRADAS, Jaqueline Santos. Defesa e Segurança: conceituação e entrecruzamento entre disciplinas. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 30, Nr 61. Rio de Janeiro: ESG, 2015.

BARTOLOMÉ, Mariano César. **La Seguridad Internacional: después de la Guerra Fria**. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1999. 468 p.

_____. As guerras assimétricas e de quarta geração segundo o pensamento venezuelano em assuntos de segurança e defesa. **Military Review**. Kansas, USA: Fort Leavenworth, Ed. brasileira de janeiro-fevereiro, 2008.

BAVA, Silvio Caccia. O império contra-ataca. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, junho de 2008. Matéria de capa, p. 4 – 6.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Série Princípios, nr 192. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BILAC, Olavo. **A defesa nacional (Discursos)**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1965.

BOLÍVIA. **Bases para la discusión de la doctrina de seguridad y defensa del Estado Plurinacional de Bolivia**. La Paz: Ministério de Defensa, 2010.

BRANCO, Walter Romero Castelo. **Amazônia: a crise da integridade do Estado**. 2001. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares) – ECEME, Rio de Janeiro.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos. **Análise comparativa das políticas de defesa dos países sul-americanos**. Rio de Janeiro: ECEME, 2003.

_____. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Trabalhos acadêmicos na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2004a.

_____. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Formatação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Rio de Janeiro: ECEME, 2008a.

_____. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. VIII Ciclo Estudos Estratégicos. **Concepção Estratégica Nacional**. Participação no ciclo. ECEME, 03 a 05 de junho de 2008b.

_____. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012a.

_____. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Formatação de Trabalhos Científicos**. Rio de Janeiro: ECEME, 2017.

_____. Escola de Guerra Naval. **Reuniões Internacionais**. Rio de Janeiro: EGN, 2007e.

_____. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico: Elementos Fundamentais**. Volume I. Disponível em: <http://www.esg.br/images/manuais/ManualBasicoI2014.pdf>. Acessado em 21 de junho de 2018. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

_____. Exército Brasileiro. Centro de Comunicação Social do Exército. Personagens da história. **Revista Verde Oliva**, Edição Especial, nr 158, p. 76. Brasília: CCOMSEX, 1997.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **C 124-1: Estratégia**. 4. ed. Brasília, DF, 2004b.

_____. Decreto nº 5.484 de 30 de junho de 2005. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF: 2005a.

_____. Decreto Presidencial de 08 de novembro de 2002. **Comissão Nacional Permanente da OTCA**. Brasília, DF, 2018g.

BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. **Cenários estratégicos para o Brasil e seu potencial para geração de crises.** Palestra realizada em Brasília, 2005b.

_____. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. **VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos.** Brasília-DF, 06 a 08 de novembro de 2007. Disponível em <<http://www.eceme.ensino.eb.br>> Acessado em 25 de maio de 2008c.

_____. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. **Encontro de estudos: mudanças climáticas.** Brasília: GSI/PR, 2008d.

_____. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. **Crises na América do Sul: lições e perspectivas.** Seminário realizado em Brasília, 2008e.

_____. Ministério da Defesa. **Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança.** Secretaria de Estudos e de Cooperação. Brasília, DF, 2004c, 1 CD-ROM.

_____. Ministério da Defesa. Disponível em:<<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 27 de março de 2007.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa - 2012.** Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2018a.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa - 2012.** Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2018b.

_____. Ministério da Defesa. **Apoio a imigrantes venezuelanos.** Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/40604-defesa-viabiliza-apoio-a-imigrantes-venezuelanos-em-roraima>>. Acesso em 15 de março de 2018c.

_____. Ministério da Defesa. **Situação de imigrantes venezuelanos.** Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/39529-em-boa-vista-rr-defesa-justica-e-gsi-discutem-propostas-para-a-situacao-de-imigrantes-venezuelanos>>. Acesso em 15 de março de 2018d.

BRASIL. Senado Federal. **Imigrantes haitianos no Brasil**. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/depois-do-terremoto-no-haiti-imigrantes-haitianos-buscam-refugio-no-brasil-e-recebem-vistos.aspx>>. Acesso em 15 de março de 2018e.

_____. Ministério da Saúde. **Informações sobre sarampo em Roraima**. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/noticias/svs/42721-nota-do-ministerio-da-saude-atualiza-informacoes-sobre-sarampo-em-roraima>>. Acesso em 15 de março de 2018f.

_____. Ministério das Relações Exteriores (200?). Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: 31 de março de 2007d.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012b.

BUZAN, Barry. **People States & Fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era**. 2. ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991.

BUZAN, Barry e WÆEVER Ole. **Regions and Powers: The Structure of Internacional Security**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CABRAL, Ricardo Pereira. **O Complexo Regional de Segurança Sul-Americano: uma análise comparada**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

CAMARGO, Enjolras José de Castro. **Estudo de Problemas Brasileiros**. 11. ed. 3. tiragem. São Paulo: Atlas, 1991.

CAPOZZOLI, Ulisses. Amazônia: tesouros. **Scientific American (Brasil)**. São Paulo: Duetto Editorial, v. 2, 2008.

_____. Amazônia: destinos. **Scientific American (Brasil)**. São Paulo: Duetto Editorial, v. 3, 2008.

CARRASCO, Lorenzo. **Máfia verde 2: ambientalismo, novo colonialismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2005.

CARRASCO, Lorenzo (Coord). **Máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial**. 10. ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2006.

CARVALHO, Leonardo A. de (Coord.). **Geopolítica & relações internacionais**. Curitiba: Juruá Editora, 2002.

CASTRO, Celso. **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CASTRO, Therezinha de. **Atlas-texto de geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1981.

_____. **Brasil da Amazônia ao Prata**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1983.

_____. Amazônia – geopolítica do confronto e geoestratégica da integração. **A Defesa Nacional**, nr 755, p. 71-74. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1992.

_____. **Geopolítica, princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, v. 355, publ. 686, 1999.

CASTRO, Tiago Castro de. **Espaços geográficos: sistemáticas de estudo**. 2. ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1994.

CBC NEWS. **Canada votes “no” as UN native rights declaration passes**. Disponível em: <<http://www.cbc.ca/canada/story/2007/09/13/canada-indigenous.html>>. 13 de setembro de 2007. Acessado em: 22 de agosto de 2008.

CEA, Conferência dos Exércitos Americanos. **Conferência dos Comandantes**. Brasil, 2006. Disponível em <<http://www.redcea.org>>. Acesso em 25 de maio de 2008.

CHAGAS, Carlos. Querem internacionalizar a nossa Amazônia. **Revista Manchete**, nr 2361, p. 26-30. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1997.

COELHO, Pedro Motta Pinto. **Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado**. Coleção Relações Internacionais, nr 14. Brasília: FUNAG, 1992.

COLÔMBIA. **Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade**. Bogotá: Imprensa Nacional, 2011.

CÔRTEZ, Marcos Henrique Camillo. A Defesa Nacional diante do pós-modernismo militar. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nr 40, p. 18-47. Rio de Janeiro: ESG, 2001.

_____. **Amazônia Bege: eventual teatro de operações**-. Palestra realizada em 23 de março na III Jornada de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro, 2007a.

_____. **A conjuntura internacional e o Brasil**. Palestra realizada em 02 de abril para o CPEAEx na ECEME, Rio de Janeiro, 2007b.

_____. **A natureza das relações internacionais**. Palestra realizada em 02 de abril para o CPEAEx na ECEME, Rio de Janeiro, 2007c.

COSTA, Gino F. **Las relaciones económicas y diplomáticas del Brasil con sus vecinos de la cuenca amazónica – 1974/1985**. 2. ed. Centro Peruano de Estudios Internacionales. Lima (Peru): CEPEI, 1987.

COSTA OLIVEIRA, José C. da. **Possibilidades e reflexos de uma integração militar regional na América do Sul: a integração das Forças Armadas dos países do Mercosul e seus reflexos para a segurança regional**. 2006. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Política e Estratégica Marítima – EGN (CPEM), Rio de Janeiro.

CRUZ, Anamaria da Costa. **Apresentação de trabalhos acadêmicos e dissertações**. Niterói: Intertexto, 2003.

CUELLAR, Javier Peres de. **Declarações dos Secretários-Gerais**. EUA, 1985. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Javier>>. Acesso em 05 de junho de 2008.

DE OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional**. São Paulo: Fundação Memorial, 2007

DE OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes e PAGLIARI, Graciela De Conti (Org). **Defesa e Cooperação Interagências**. Coleção Defesa e Fronteiras Virtuais, v. 2. Recife: Editora UFPE, 2015.

DE OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes (Org). **Comparando a Defesa Sul-americana**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

DIAS, Michel de Souza. **A integração regional de segurança e defesa no âmbito da OTCA e seus reflexos para a Defesa Nacional**. 2016. 102 f. Monografia. Rio de Janeiro: ECEME, 2016.

DEUTSCH, Karl. **Análise das relações internacionais**. Tradução de Maria Rosinda Ramos da Silva. 2. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982.

DONADIO, Marcela (Coor). **Atlas comparativo de la defensa en América Latina**. 1 ed. 2007. Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <www.resdal.org>. Acesso em 18 de junho de 2008.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Henrique A. **História das Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2014.

EQUADOR. **Plan Nacional de Seguridad Integral**. Quito: Manthra, 2011.

ESTADO DE SÃO PAULO. A Amazônia tem dono. **Estado de São Paulo**, de 25 de maio de 2008. Disponível em: <<http://txt.estado.com.br/editorias/2008/05/25/edi-1.93.5.20080525.1.1.xml>>. Acesso em: 25 de maio de 2008.

EUR, Comissão Européia. **Proposição para definição dos limites geográficos da Amazônia**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias, 2005.

FACTBOOK, The World. CIA. **América do Sul**. EUA, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/refmaps.html>>. Acesso em 10 de junho de 2018a.

_____. **Bolívia**. EUA, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/refmaps.html>>. Acesso em 10 de junho de 2018b.

_____. **Colômbia**. EUA, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/refmaps.html>>. Acesso em 10 de junho de 2018c.

_____. **Equador**. EUA, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/refmaps.html>>. Acesso em 10 de junho de 2018d.

FACTBOOK, The World. CIA. **Guiana**. EUA, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/refmaps.html>>. Acesso em 10 de junho de 2018e.

_____. **Peru**. EUA, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/refmaps.html>>. Acesso em 10 de junho de 2018f.

_____. **Suriname**. EUA, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/refmaps.html>>. Acesso em 10 de junho de 2018g.

_____. **Venezuela**. EUA, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/refmaps.html>>. Acesso em 10 de junho de 2018h.

_____. **Brasil**. EUA, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/docs/refmaps.html>>. Acesso em 10 de junho de 2018i.

FAVARO, Thomaz. Cai o número 1 do terror. **Revista Veja**, nr 2063, p. 132-133. São Paulo: Editora Abril, 2008.

FERNANDES, António José. **Relações internacionais: Factos, Teorias e Organizações**. Lisboa (Portugal): Editorial Presença, 1991.

FERRAZ, José Sergio Machado. **Amazônia – defesa territorial. A posição brasileira perante as demais nações do continente sul-americano**. 1996. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares) – ECEME, Rio de Janeiro.

FIALHO, Ivan. Reflexões sobre o Sistema de Defesa Nacional – parte I. **A Defesa Nacional**, nr 789, p. 46-58. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001a.

_____. Reflexões sobre o Sistema de Defesa Nacional – parte II. **A Defesa Nacional**, nr 790, p. 113-132. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001b.

FILHO, José Luiz Niemeyer dos Santos. Política nacional de defesa. **A Defesa Nacional**, nr 800, p. 51-52. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2004.

FLORES, Mario César. **Reflexões Estratégicas: repensando a Defesa Nacional**. São Paulo: É Realizações, 2002.

FOLHA ONLINE. Governo inglês divulga plano para privatizar a Amazônia. **Folha de São Paulo**, 03 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u15277.shtml>>. Acesso em: 05 de outubro de 2006.

FORTUNA, Hernani Goulart. Amazônia: visão político-estratégica. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nr 39, p. 43-57. Rio de Janeiro: ESG, 2000.

FRANÇA. **Forces Armees em Guyane**. Service d'Information et de Publicité. Toulouse, France : COMSUP GUYANE, 1997.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro : BIBLIEX, v. 405, publ. 750, 2004.

FREGAPANI, Gelio. **Defesa da Amazônia**. Quinto Poder. 29 mar. 2005. Disponível em < http://www.oquintopoder.com.br/soberania/ed62_II.php>. Acesso em: 16 de junho de 2008.

FURTADO, Rogério (Organizador). Amazônia: origens. **Scientific American (Brasil)**. São Paulo: Duetto Editorial, v. 1, 2008.

GALDINO, Mauricio Augusto Cabral. **Amazônia: problemas ecológicos, questão indígena e ameaças latentes**. Brasília, 2007. CD Rom, 77,5 KB. Última modificação em 13 jun. 2007.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2000.

GARRIDO, Luiz Fernando Azevedo. A presença militar brasileira na Amazônia como fator de dissuasão. **A Defesa Nacional**, nr 770, p. 93-117. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1995.

GFP. **Global Fire Power Index**. Disponível em:<<http://www.globalfirepower.com>>. Acesso em 30 de julho de 2018.

GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELLO, Laerte Peotta (Org.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015.

GLOBO. **Suspeita de sarampo em Roraima**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/saude-de-roraima-investiga-outros-7-casos-suspeitos-de-sarampo-em-criancas-venezuelanas-e-brasileira.ghhtml>>. Acesso em 15 de março de 2018.

GONÇALVES, Willians. **Relações internacionais**. Ciências sociais passo-a-passo; 11. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

GUERREIRO, Antonio C. Soares. **Integração militar regional na América do Sul: a viabilidade de um sistema regional de segurança coletiva**. 2006. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Política e Estratégica Marítima – EGN, Rio de Janeiro.

GUIANA. **Organisational analysis of the Guyana Defence Force**. Georgetown, 2009.

HERZ, Mônica. **Regionalismo e segurança regional: perspectivas analíticas**. Brasília: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 2005. Disponível em: <www.unb.br/irel/ibsa/docs/relatorio030305.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico escolar**. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Institucional**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 03 de Maio de 2008.

IIRSA, Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (200?). **Institucional**. Disponível em: <http://www.iirsa.org/acercadeiirsa_Por_asp?CodIdioma=POR>. Acesso em 21 de junho de 2008.

IISS, International Institute for Strategic Studies. **The Military Balance**. ed 2017. Disponível: <www.iiss.org/publications/the-military-balance/military-balance-2017/>. Acesso em 10 de junho de 2018.

INPA, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. **Acta Amazônica**. Belém: Falangola, v. 10, nr 4, 1980.

ISHIDA, Eduardo. **A Cooperação Regional de Segurança e Defesa no Pós-Guerra Fria: O Caso dos Países Amazônicos**. 1º Encontro Nacional da ABRI - Segurança Internacional. Brasília: 2007?

JARRIN, Edgardo M. **Un sistema de seguridad y defensa sudamericano**. 1. ed. Centro Peruano de Estudios Internacionales. Lima (Peru): CEPEI, 1989.

JOHNSON, Rigoberto C. e FERNANDEZ, Augusto V (Editores). **Percepciones de amenaza y políticas de defensa en América Latina**. 1. ed. Centro de Estudios Estratégicos de la Armada de Chile e Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Santiago (Chile): S.R.V. Impresos, 1993.

JUNIOR, Luiz Demarchi. **A política externa brasileira e o Pacto Amazônico**. 1988. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares) – ECEME, Rio de Janeiro.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Tradução de Saul S. Gefter, Ann Mary Fighiera Perpétuo. Revisado por Heitor Aquino Ferreira. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Ordem mundial**. Tradução de Cláudio Figueiredo. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LAKE, David e MORGAN Patrick. **The New Regionalism in Security Affairs. Regional Orders: Building Security in a New World**. Estados Unidos: The Pennsylvania State University Press, 1997.

LAPSKY, Igor; SCHURSTER, Karl; SILVA, Francisco Carlos Teixeira (Orgs). **Estratégias regionais na América do Sul: caminhos de integração**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

LESSA, Luiz Gonzaga Schroeder. **A Amazônia**. Palestra realizada em 13 de outubro no Clube Militar, Rio de Janeiro, 1999.

LIMA, Afonso A. de Albuquerque et al. **Problemática da amazônia**. Rio de Janeiro: BIBLIX, v. 90, publ. 415, 1971.

LIMA, Onias de Castro. **Um sistema de segurança coletiva na América do Sul: Uma realidade ou uma utopia?**. 2007. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Política e Estratégica Marítima – EGN (CPEM), Rio de Janeiro.

LOURENÇÃO, Humberto. Concepções de Políticas de Defesa e desenvolvimento da Amazônia de 1985 a 2006. **Revista da Escola Superior de Guerra**. v. 29, Nr 59. Rio e Janeiro: ESG, 2014.

MACHIAVELLI, Niccolo. **O príncipe: comentários de Napoleão Bonaparte**. Tradução e notas de Edson Bini. Rio de Janeiro: BIBLIEx, v. 344, publ. 672, 1998.

MADUREIRA, Mário Matheus de Paula. **O Brasil e a fronteira norte: política e estratégia**. 2000. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso – ECEME, Rio de Janeiro.

MAGALHÃES, João Batista. **A compreensão da unidade do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2. ed, v. 385, publ. 725, 2002.

MAGLUF, Alei Salim. **A Amazônia: novas ameaças e seus reflexos para o Exército Brasileiro no próximo quarto de século**. 2000. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares) – ECEME, Rio de Janeiro.

MATOS, Sérgio Ricardo Reis. Entre o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental: reflexos na defesa dos países amazônicos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 29, Nr 59. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

_____. Segurança e desenvolvimento nas políticas de defesa dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. **Revista Boletim Meridiano 47**, v. 15, Nr 144. Rio de Janeiro: IPRI, 2014.

MATTOS, Adherbal Meira. **Pacto Amazônico: cooperação e integração**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1982.

_____. **Em defesa da Amazônia brasileira & outros estudos**. Belém: Editora CEJUP, 1995.

MATTOS, Adherbal Meira et al. **A viabilidade de um sistema de defesa dos países membros do Pacto Amazônico**. Atividade de Extensão Especial (AEE) – ESG, Rio de Janeiro, 1993.

MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, v. 152, publ. 472, 1977.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, v. 181, publ. 501, 1980.

_____. **Geopolítica e modernidade: geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, v. 386, publ. 726, 2002.

_____. A tese de internacionalização da Amazônia. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nr 45, p. 9-16. Rio de Janeiro: ESG, 2006.

_____. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, coedição com a BIBLIEX, v. I, 2011.

_____. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, coedição com a BIBLIEX, v. II, 2011.

_____. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, coedição com a BIBLIEX, v. III, 2011.

MENEZES, Roberto Santana de. **A ocupação da região amazônica: uma necessidade estratégica**. Curso de Altos Estudos de Políticas e Estratégias Militares (CAEPEM) – ESG, Rio de Janeiro, 1994.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MITRANY, David. **A paz por meio da cooperação e da integração**. in BRAILLARD, Philippe. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

MOREIRA, Heleno. A integração sul-americana: situação atual e perspectivas. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 25, Nr 51. Rio de Janeiro: ESG, 2010.

NETO, Petrônio De Tilio. **Soberania e Ingerência na Amazônia Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2003. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/projetos/militares-amazonia/htm/bibliografia.htm>. Acessado em 13 de fevereiro de 2008.

NEWS, 24horas. **Governo aperta cerco contra ONGs na Amazônia.** Disponível em <<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=255729>>. Acessado em 25 de maio de 2008.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais.** São Paulo: Editora Campus, 2005.

NYE, Joseph S. Júnior. **Compreender os conflitos internacionais:** uma introdução à teoria e à história. Tradução de Tiago Araújo. Lisboa, Portugal: Gradiva, 2002.

OEA, ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Aportes a un nuevo concepto de seguridad hemisférica - seguridad cooperativa.** Comisión Especial sobre Seguridad Hemisférica de la OEA, 1993. Disponível em: <www.ser2000.org.ar/articulos-revista-ser/revista-4/mayer4.htm>. Acesso em: 21 de junho de 2007a.

_____. **Conferência Especial sobre Segurança. México: Comissão de Segurança Hemisférica.** 2003. Disponível em: <www.rbjid.com/discurso%20embx%20ces.doc>. Acesso em: 05 de setembro de 2007b.

_____. **OEA aprova resolução que inicia processo de suspensão da Venezuela.** Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

OLIVEIRA, Ney Coe de. Temas amazônicos. **A Defesa Nacional**, nr 755, p. 53-55. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1992.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração da ONU sobre o Direito dos Povos Indígenas.** Disponível em: <www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/09/13/materia.2007-09-13>. Acessado em 25 de fevereiro de 2008a.

_____. **Press Conference on Declaration of Indigenous People's Rights.** Department of Public Information. Disponível em: <http://www.un.org/News/briefings/docs/2006/0612R_Indigenous.doc.htm>. 12 de dezembro de 2006. Acessado em: 22 de agosto de 2008b.

OTCA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Disponível em: <<http://www.otca-oficial.info/home>>. Acesso em: 25 de março de 2018a.

OTCA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. **Plano Estratégico 2004/2012**. Brasília, DF: Editora Positiva, 2004a.

_____. **O coração da América do Sul**. Boletim Nr 01, de junho/agosto de 2004. Brasília, DF: OTCA, 2004b.

_____. **Integrando a Amazônia Continental**. Relatório de Gestão, de maio de 2004 a abril de 2005. Brasília, DF: OTCA, 2005.

_____. **Novos desafios**. Boletim Nr 09, de junho/agosto de 2006. Brasília, DF: OTCA, 2006a.

_____. **Cúpula**. Boletim Nr 10, de setembro/dezembro de 2006. Brasília, DF: OTCA, 2006b.

_____. **Integrando a Amazônia Continental**. Relatório de Gestão, de novembro de 2005 a outubro de 2006. Brasília, DF: OTCA, 2006c.

_____. **Informe de Gestão**. Síntese 2004-2007. Disponível em <http://www.otca.org.br/publicacao/informe_pequeno.pdf>. Acessado em 20 de maio de 2008.

_____. **Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica**. Brasília: OTCA, 2011.

_____. **Base Jurídica**. Brasília: OTCA, 2013.

PENTEADO, Carlos José Russo Assumpção. Será só a diplomacia o melhor instrumento da política externa do Brasil na atualidade? Uma visão crítica. **A Defesa Nacional**, nr 796, p. 28-36. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2003.

PEREIRA, Carlos Patricio Freitas. **Geopolítica e o futuro do Brasil: Amazônia Ocidental e Pantanal Comunidade Sulamericana**. Rio de Janeiro: BIBLIX, v. 434. publ. 795. 2007.

PERU. **Libro Blanco de la Defensa Nacional**. Lima, 2005.

PIGNOTTI, Dario. Brasília se afasta de Washington. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, junho de 2008. Matéria de capa, p. 6 – 7.

PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org). **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: FUNAG, 2012.

PINTO SILVA, Carlos A. A estatura político-estratégica do Brasil e o poderio bélico nacional: idéias para o planejamento estratégico. **Military Review**. Kansas, USA: Fort Leavenworth, Ed. brasileira de janeiro-fevereiro, 2008.

PORTALPARAMAZÔNIA. **Amazônia Legal Brasileira e Internacional**. Disponível em: <<http://portalparamazonia.blogspot.com.br/2016/01/amazonia-legal-e-internacional.html>>. Acesso em 20 de junho de 2018.

PROCÓPIO, Argemiro. **Destino amazônico: devastação nos oito países da Hiléia**. São Paulo: Hucitec, 2005.

QUIROGA, Antonio Aranibar e MARCOVITCH, Jacques. **Lineamientos estratégicos para la Organización Del Tratado de Cooperación Amazónica**. Brasília, DF: OTCA, 2003.

RABELLO, Miguel A. Campagnac. **Segurança cooperativa e integração militar no Mercosul: viabilidade de uma força multinacional permanente**. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – ECEME, Rio de Janeiro.

REBELO, Aldo e CARDIM, C. Henrique (Org). **Seminário de política externa do Brasil para o século XXI**. 2. ed. Brasília, DF: Coordenadoria de Publicação da Câmara dos Deputados, 2004.

RECH, Rui Cesar. Cooperação internacional para o desenvolvimento e segurança da Amazônia. **Revista A Defesa Nacional**, Nr 833, 2º Quadrimestre. Rio de Janeiro: ECEME, 2017.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Processo Histórico da Amazônia. in: **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1971.

RESDAL. Red de Seguridad y Defensa de América Latina. **Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina y Caribe**. Edición 2016. Disponível em: <<https://www.resdal.org/atlas-2016.html>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. 1. ed. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

ROCHA PAIVA, Luiz Eduardo. **Amazônia: vulnerabilidade – cobiça – ameaça.** PADECEME, nr 12, 2º quadrimestre, p. 57-64. Rio de Janeiro: ECEME, 2006.

_____. **O jogo do poder na Faixa Atlântica do Entorno Estratégico Nacional e seus reflexos para a Defesa e Projeção do Brasil.** Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Brasília: EME, 2013.

RODRIGUES, Maria das G. Villela. **Metodologia da pesquisa: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em ciências militares.** 2. ed. Rio de Janeiro: EsAO, 2005.

ROSA, Douglas Nunes. **Os organismos de segurança coletiva junto ao Tratado de Cooperação Amazônica.** Curso de Altos Estudos de Políticas e Estratégias Militares (CAEPEM) – ESG, Rio de Janeiro, 1994.

SANTOS, Jorge Calvário dos. Amazônia: quinhentos anos de cobiça. **A Defesa Nacional**, nr 788, p. 98-119. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000.

SILVA, Jan Pinheiro da. **A política externa brasileira e o Pacto Amazônico.** 1989. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares) – ECEME, Rio de Janeiro.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. **Eu sou da América do Sul.** Brasília: FUNAG, 2012.

SOS MATA ATLÂNTICA. Disponível em: <www.sosmatatlantica.org.br>. Acessado em 01 de maio de 2008.

SOUBLIN, Jean. **História da Amazônia.** Tradução de Lais Andrade. Rio de Janeiro: BIBLIEX, v. 401, publ. 743, 2003.

SOUSA, Fernando de. **Dicionário de Relações Internacionais.** Porto: Edições Afrontamento, 2005.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em transição. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 49, n. 2, p. 42-59, jan/jun. Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Cláudio B. Coutinho de. **A crescente importância geopolítica da Amazônia no contexto mundial: uma proposta de preservação dos interesses nacionais**. 2007. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Política e Estratégica Marítima – EGN (CPEM), Rio de Janeiro.

SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Amazônia: novo universo**. Rio de Janeiro: Guavira, 197?.

SURINAME. **Wet Nationaal Leger**. Paramaribo, 1996.

_____. **Ontwikkelingsplan 2012 – 2016**. Paramaribo, 2012.

TECNOLOGIA & DEFESA, Revista. **Os Exércitos da América do Sul em 2015**. São Paulo: Tecnologia & Defesa, ano 32, nr 140, 2015.

TEIXEIRA, Vinícius Modolo. **A cooperação em defesa na América do Sul como base para a integração do continente**. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2014.

UNASUL, União das Nações Sul-americanas. Disponível em: <<https://www.unasursg.org/es/historia>>. Acesso em 12 de março de 2018a.

_____. Conselho de Defesa Sul-americano. Centro de Estudos Estratégicos de Defesa. Disponível em: <<http://ceed.unasursg.org/Portugues/08-CDS-port/08-CDS-port.html>>. Acesso em 12 de março de 2018b.

VEJA, Revista. **Amazônia**. São Paulo: Editora Abril, nr 1527, 1997, Edição especial.

VEJA ONLINE. **Sob o domínio do mal**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/120308/p_048.shtml>. Acesso em 25 de março de 2008.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de Seguridad de la Nación**. Caracas, 2002.

_____. **Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2007-2013)**. Caracas, 2008.

_____. **Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana**. Caracas, 2011.

VERMELHO, Diário. **Direitos indígenas.** Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0416/0416_raposa.asp>. Acessado em 05 de maio de 2008.

VIDIGAL, Armando A. Ferreira. **Integração sul-americana: segurança regional e defesa nacional.** Caderno Premissas. Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos Estratégicos. Campinas, n. 14, p. 103-138, Dez 1996.

VIEIRA, Gleuber. Perspectivas para um futuro sistema de segurança hemisférica. **A Defesa Nacional**, nr 765, p. 4-13. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1994.

VILLAMIL, Ximena Andrea Cubajante. **Unasur: ¿hacia la consolidación de un complejo regional de seguridad?**. Centro de Estudos Estratégicos sobre Segurança e Defesa Nacionais. Revista Estudos em Segurança e Defesa. Vol. 7, Nr 2, Ed.14. Colômbia: CEESEDEN, 2012.

VILLAS BOAS, Eduardo da Costa. Amazônia: ocupação e desenvolvimento como condicionantes da segurança. **Revista do Exército Brasileiro**, nr 143, 1º quadrimestre, p. 25-27. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Amazônia: desafios.** Palestra realizada em 20 de março de 2007, na III Jornada de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Amazônia uma visão estratégica.** Palestra realizada em 27 de setembro de 2013, no Ministério da Defesa, aos alunos do Colégio Interamericano de Defesa dos Estados Unidos da América, Brasília, 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985).** Porto Alegre: Ed. Da Universidade / UFRGS, 1998.

WIKIPÉDIA. **Amazônia.** Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>> Acesso em: 31 de janeiro de 2008a.